



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

THAYANA PRISCILA DOMINGOS DA SILVA

**ESCOLA DE APLICAÇÃO DA PARAÍBA: REPRESENTAÇÃO DA CULTURA
ESCOLAR PRIMÁRIA (1935-1946)**

João Pessoa – PB
2022

THAYANA PRISCILA DOMINGOS DA SILVA

**ESCOLA DE APLICAÇÃO DA PARAÍBA: REPRESENTAÇÃO DA CULTURA
ESCOLAR PRIMÁRIA (1935-1946)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, na linha de pesquisa de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como parte de requisitos parciais para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Dr. Prof. Charliton José dos Santos Machado

João Pessoa – PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Thayana Priscila Domingos da.
Escola de aplicação da Paraíba : representação da
cultura escolar primária (1935-1946) / Thayana Priscila
Domingos da Silva. - João Pessoa, 2022.
169 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Ensino primário. 2. Escola de aplicação. 3.
Instituição escolar. 4. Cultura escolar. 5. Campo de
experimentação. I. Machado, Charliton José dos Santos.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 373.3(043)

THAYANA PRISCILA DOMINGOS DA SILVA

**ESCOLA DE APLICAÇÃO DA PARAÍBA: REPRESENTAÇÃO DA CULTURA
ESCOLAR PRIMÁRIA (1935-1946)**

Tese defendida em 29/06/2022

BANCA EXAMINADORA



Dr. Prof. Charliton José dos Santos Machado (orientador)
(Programa de Pós Graduação em Educação – UFPB)



Dr. Prof. Jean Carlo de Carvalho Costa
(Programa de Pós Graduação em Educação – UFPB)



Dr. Prof. Severino Bezerra da Silva
(Programa de Pós Graduação em Educação – UFPB)



Dr. Prof. Francisco Ari de Andrade
(Programa de Pós Graduação em Educação – UFC)



Dr.^a Prof.^a Sara Raphaella Machado de Amorim
(Programa de Pós Graduação em Educação – UERN)

AGRADECIMENTOS

Diante de uma sociedade patriarcal, meritocrática e excludente, não é fácil na condição de mulher, trabalhadora, mãe, dona de casa e as infinitas atividades que nos cabem, chegar a esta etapa de formação. Portanto, agradeço a todos e todas que estiveram presentes, direto ou indiretamente, nesta construção acadêmica.

Aos meus pais, fonte de motivação, desde minha infância batalharam para me proporcionarem melhores condições na vida estudantil. A minha mãe, motivadora maior, que apostou seus sonhos nos meus e só depois de 25 anos do meu nascimento continuou seus estudos se formando num curso superior. Hoje, sigo sendo a primeira (e espero que não a última) da família a concluir este nível de formação.

Ao meu filho, razão maior para eu não ter desistido de nem um dia dessa batalha. E ao meu companheiro, que vivenciou e apoiou cada tentativa e conquista dos meus sonhos.

Ao meu orientador, um professor compreensível. Agradeço todo o apoio na minha longa caminhada acadêmica, seguindo juntos desde a minha graduação.

A todos/as aqueles/as professores/as do CE e do PPGE, ambos UFPB, bem como funcionários/as, que significativamente contribuíram com minha formação enquanto docente e pesquisadora.

Também aos amigos e as amigas dessa longa trajetória acadêmica, da graduação, do mestrado e doutorado, tornando os momentos mais leves e alegres.

A cada experiência profissional pela qual passei, sobretudo, a minha condição de professora substituta na UFCG campus Cuité, UEPB campus Guarabira e UFPE campus Recife, que me oportunizaram estreitar a profissão com o ensino superior e as pesquisas acadêmicas.

Por fim, e não menos importante, as minhas avós. Especialmente, a minha voinha Nice (Eunice, d. Nicinha) fonte inspiradora desse trabalho. Sem as suas narrativas, sua trajetória de vida e nossa relação afetuosa, nada disto seria possível.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender o processo de institucionalização da Escola de Aplicação da Paraíba, localizada na cidade de João Pessoa, que se constituiu enquanto representação da cultura escolar primária na condição de escola-modelo. O recorte histórico caracterizou-se a partir da Reforma da Instrução Pública sob a Lei nº 16 de 1935, que dispõe sobre a criação da Escola de Aplicação, encerrando-se anterior as transformações advindas das Leis Orgânicas de 1946, que reformulou a organização do Ensino Primário, início da redemocratização e fim do Estado Novo. O campo teórico-metodológico situou-se na Nova História Cultural, elucidando teóricos como Roger Chartier (1990) e Michel de Certeau (1994), dialogando sobre representações e práticas sociais. Na perspectiva da historiografia da educação, as questões teórico-metodológicas situaram-se na categoria de análise da Cultura Escolar e Instituição Escolar dialogando com Dominique Julia (1995), Antonio Viñao Frago (1995), Luciano Faria Filho (2004), Diana Vidal (2004) e Saviani (2007). No argumento de tese justificou-se que a instituição teria sido espaço de inovações pedagógicas, se constituindo aos moldes de uma escola-modelo, caracterizada como *campo de experimentação, demonstração e prática*. Assim, pretendeu-se empreender uma pesquisa documental de fontes nos Arquivos, percorrendo as investigações das leis, dos materiais iconográficos, dos projetos arquitetônicos presentes no jornal *A União* e na *Revista do Ensino* (1932-1942). Também analisamos estudos, especialmente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. O escopo possibilitou dialogar sobre o surgimento da Escola a partir da criação do Instituto de Educação da Paraíba, garantindo, um ambiente propício para as jovens normalistas, atendendo a prática no ensino primário. Entretanto, a implantação da Escola de Aplicação Paraibana se diferenciou dos demais contextos brasileiros, sendo possível situar alguns elementos em torno da implantação, funcionamento, arquitetura, direção, professorado, semanas pedagógicas e serviços de instituições auxiliares.

Palavras – chave: Escola de Aplicação; Ensino Primário; Instituição Escolar; Cultura Escolar; Campo de Experimentação.

RESUMÉ

Cet article a visé à comprendre le processus d'institutionnalisation de l'École d'Application de Paraíba, située dans la ville de João Pessoa, qui a été constituée comme une représentation de la culture scolaire primaire en tant qu'école modèle. Le découpage historique a été caractérisé de la Réforme de l'Instruction Publique en vertu de la loi n° 16 de 1935, qui prévoit la création de l'École d'Application, finissant avant les transformations résultant des Lois Organiques de 1946, qui ont reformulé l'organisation de l'enseignement primaire, début de redémocratisation et la fin du Estado Novo. Le champ théorique et méthodologique se situent dans la Nouvelle Histoire Culturelle, élucidant des théoriciens tels que Roger Chartier (1990) et Michel de Certeau (1994), discutant des représentations et des pratiques sociales. Dans la perspective de l'historiographie de l'éducation, les questions théoriques et méthodologiques ont été situées dans la catégorie de l'analyse de la Culture Scolaire et de l'Institution Scolaire en dialogue avec Dominique Julia (1995), Antonio Viñao Frago (1995), Luciano Faria Filho (2004), Diana Vidal (2004) et Saviani (2007). L'argument de la thèse a justifié le fait que l'institution a été le berceau des innovations pédagogiques, se constituant selon les lignes d'une école-modèle, caractérisée comme un *champ d'expérimentation, de démonstration et de pratique*. Ainsi, nous avons voulu entreprendre une recherche documentaire des sources dans les Archives, en passant par les investigations des lois, des matériaux iconographiques, des projets architecturaux présents dans le journal A União et dans la Revista do Ensino (1932-1942). Nous avons également analysé des études, notamment du Programme d'études supérieures en Éducation de l'Université fédérale de Paraíba. Le champ d'application a permis de discuter de l'émergence de l'école depuis la création de l'Institut de l'Éducation de Paraíba, garantissant un environnement propice aux jeunes normalistas, en s'occupant de la pratique de l'enseignement primaire. Cependant, la mise en œuvre de l'école d'application à Paraíba diffère d'autres contextes brésiliens, et il est possible de situer certains éléments autour de la mise en œuvre, du fonctionnement, de l'architecture, de la direction, des enseignants, des semaines pédagogiques et des services d'institutions auxiliaires.

Mots clés: École d'Application; Enseignement Primaire; Culture Scolaire; Institut Scolaire; Champ d'Expérimentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quadro com escolas de aplicação vinculadas as Universidades Federais e Estaduais

Figura 2: Capas da Revista do Ensino da Paraíba.

Figura 3: Provas Manuscritas da disciplina de Metodologia da Escola de Professores.

Figura 4: Rubrica de Francisca de Ascensão Cunha em prova (1941) e inscrição de curso (1942).

Figura 5: Construção do prédio principal do IEP em janeiro de 1938.

Figura 6: Noticiário sobre a 3ª Semana Pedagógica.

Figura 7: Dados das Instituições Escolares registradas nos serviços de Instituições Auxiliares do ensino do Departamento de Educação incluindo da Escola de Aplicação.

Figura 8: Artigo sobre a Caixa Escolar.

Figura 9: Comunicado sobre a movimentação das Caixas Escolares do Estado incluindo a Escola de Aplicação.

Figura 10: Caixas de arquivos do IEP referentes à Escola de Aplicação.

Figura 11: Plano geral do Instituto de Educação da Paraíba – IEP (1936).

Figura 12: Construção do prédio do Jardim da Infância do IEP, 1938.

Figura 13: Perspectiva do Prédio da Escola de Aplicação.

Figura 14: Seção transversal do Prédio da Escola de Aplicação.

Figura 15: Comemoração do Dia da Árvore na Escola de Aplicação do IEP.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produções acadêmicas sobre escolas/colégios de aplicação a partir da perspectiva de análise histórica no catálogo da CAPES.

Quadro 2: Pesquisas acadêmicas sobre escolas/colégios de aplicação em periódicos e anais a partir da perspectiva de análise histórica.

Quadro 3: Nomenclaturas recebidas pelos Campos de experimentação, demonstração e prática.

Quadro 4: Publicações da Revista do Ensino (1932-1942).

Quadro 5: Revistas do Ensino (1932-1942) contendo dados sobre a Escola de Aplicação.

Quadro 6: Relação das professoras da Escola de Aplicação em 1936.

Quadro 7: Instituições auxiliares do ensino da Escola de Aplicação entre 1935 a 1942.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
APPF – Associação Paraybana pelo Progresso Feminino
ANPED SUL – Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação Região Sul
APPF – Associação Paraibana pelo Progresso Feminino
Art. – ARTIGO
CAP – Colégio de Aplicação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE – Centro de Educação
CODAP – Colégio de Aplicação
Dep. – Departamento
Dr. – Doutor
ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAFI – Faculdade de Filosofia
FEUSP – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FUNESC – Fundação Espaço Cultural
GT/PB – Grupo de Trabalho Paraíba
HE – História da Educação
HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil
IE – Instituto de Educação
IEP – Instituto de Educação da Paraíba
IHGP – Instituto Histórico Geográfico da Paraíba
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Ms. – Monsenhor
Nº – Número
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEs – Programas de Pós-graduação em educação
PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sr. – Senhor
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF – Universidade Federal de Juíz de Fora
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
USF – Unidade de Saúde da Família
USP – Universidade de São Paulo

SÚMARIO

1. OS CAMINHOS E DESAFIOS DA PESQUISA	11
1.1. A escrita de si: percursos e veredas	11
1.2. Elucidando o objeto de estudo e suas implicações: pressupostos teórico-metodológicos	18
1.2.1. Instituição escolar como objeto de pesquisa: reflexões e direções	26
1.2.2. História das instituições escolares na categoria de análise da Cultura Escolar	34
2. ESCOLAS DE APLICAÇÃO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: rumos e apontamentos	39
2.1. Perscrutando os estudos atuais sobre as Escolas de Aplicação no Brasil	39
2.2. As Escolas Normais e suas escolas anexas: reflexões iniciais para a consolidação das Escolas de Aplicação	44
2.3. Os Institutos de Educação e a formação de Escolas de Aplicação	51
2.4. Contexto Político e Educacional no Brasil e na Paraíba nos anos de 1930: notas sobre o Movimento Escola Nova	55
3. A REVISTA DO ENSINO (1932-1942) E A CULTURA ESCOLAR PRIMÁRIA: indícios da prática educativa	66
3.1. A <i>Revista do Ensino</i> (1932-1942) e os elementos históricos da Escola de Aplicação da Paraíba	67
3.1.1 Escola de Aplicação nas páginas da <i>Revista do Ensino</i> (1932-1942)	75
3.1.2 Direção escolar	78
3.1.3 Professorado	90
3.1.4 3ª Semana Pedagógica	95
3.1.5 Instituições Auxiliares do Ensino	113
4. INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA E A ESCOLA DE APLICAÇÃO: relações, tensões e funcionamento	128
4.1. Lei nº 16 de 13 de dezembro de 1935: o instituir da Escola de Aplicação da Paraíba	134
4.2. Do projeto arquitetônico ao funcionamento: compreensões acerca da relação entre o IEP e a Escola de Aplicação	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
FONTES	167
APÊNDICES	169

1. CAPÍTULO CAMINHOS E DESAFIOS DA PESQUISA

1.1. Percursos e veredas: a escrita de si¹

A cronologia de vida, incorporada ainda na Antiguidade, acentua-se pela classificação dos sujeitos em adultos e crianças, construindo uma polaridade de vida segmentada entre a velhice e a juventude em que possuem valores diferentes e limitados, versando a velhice em sabedoria *versus* fraqueza, já a juventude em vitalidade *versus* imaturidade. Numa nova ética, chegar à velhice seria um ato de completude, uma *meta positiva*, um *abrigo seguro*.

[...] cabe registrar que o raciocínio polar voltado para classificação dos homens (mulheres²) em adultos e crianças possui uma larga tradição. Na antiguidade, essa polaridade se manifestava nos pólos da velhice e juventude, ambos descritos por meio de traços ambíguos. Se a velhice tem um valor, um reconhecimento, este é representado como limitado, restrito, parcial: velhice é sabedoria, mas também fraqueza. Por contraste, o jovem é vitalidade, mas também imaturidade. Nesse jogo, o que a cultura antiga procurou fazer foi tentar promover um deslocamento dessa representação da vida. Nesse sentido, a velhice não mais seria considerada como um termo de vida, nem percebida como uma fase em que a vida definha. No interior dessa nova ética, a velhice deveria ser considerada como uma meta, e uma meta positiva da vida. [...] Sêneca propôs considerar a vida como uma espécie de unidade dinâmica: unidade de um movimento contínuo que tenderia para a velhice. Velhice que passava a ser descrita como um lugar que oferecia um abrigo seguro. Assim, a velhice não seria apenas a cronológica. Ela também deveria ser uma velhice ideal, que de certo modo fabricamos e para a qual nos preparamos (GONDRA, 2007, p.215-216).

Entretanto, a memória da sociedade contemporânea anula as narrativas dos velhos. A habilidade de escutá-los se limita a conversas e lembranças de família com aqueles que ainda, pacientemente, estão atentos e que, por vezes, intrigam-se com as inúmeras repetições das histórias contadas.

A própria literatura iniciada em nosso país, com colaboração dos livros trazidos da Europa, e especialmente de Portugal, dava ao velho a função de

¹ Neste tópico, em alguns momentos, a escrita se fez em primeira pessoa do singular por se tratar da trajetória pessoal da pesquisadora.

² Termo adicionado pela pesquisadora.

narrador de contos e histórias, como figura imponente na arte de aconselhar e lembrar as tradições e lendas para os mais novos.

Para Bosi (1994), o tempo da memória é social. Lembrar é tarefa individual tanto quanto social. Logo, pode-se afirmar que o tempo do velho, como qualquer outra fase, conjuga-se com a substância social da memória. No entanto, Bosi (1994) assevera que a opressão da memória se dá não porque apenas o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também devido à história oral celebrativa que triunfa sobre a história dos vencedores que oprimem a tradição dos vencidos.

A memória se faz, se “presentifica”. Logo, a memória da minha avó se fez presente também em minha vida. Foi a partir dessa perspectiva que se materializou a pesquisa em foco. Ainda na infância escutava as histórias de trajetória de vida da minha avó materna, com quem morei até minha mocidade. Sempre atenta a suas palavras, procurava desvendar a origem da nossa família, sendo uma das poucas pessoas que se dedicava àquela escuta, quase que diária, sobre sua infância na Mata do Buraquinho³, local onde ela morava com a sua família e onde seu pai trabalhava como vigilante na área de abastecimento d’água da cidade, sendo servidor do Governo do Estado. Eu ficava atenta também aos relatos sobre suas brincadeiras da infância a beira do rio e sobre as raízes de imensas árvores centenárias, ou ainda sobre sua avó indígena nascida na região do litoral sul paraibano, o que coincidia com a origem étnica dos Tabajaras⁴. Relatava ainda sobre a sua vida escolar difícil na condição de menina pobre. Cada detalhe dito por minha avó era para mim uma descoberta sobre a origem da minha família, o que me fazia ter anseio em ouvir.

Ainda no mestrado do Programa de Pós-Graduação no ano de 2014, no momento da apresentação do copião⁵ com os professores Dr. Jean Carlo e Dr.^a Mauricea Ananias, a aluna Mariana Marques Teixeira, no tempo doutoranda do programa, dialogou com seu trabalho sobre o Instituto de Educação da Paraíba – IEP, abordando sobre o conjunto de prédios que pertenciam ao complexo educacional, aparecendo também às edificações da Escola de Aplicação da

³ O Jardim Botânico Benjamim Maranhão da cidade de João Pessoa – PB é popularmente chamado de Mata do Buraquinho.

⁴ Povo indígena que esteve situado no litoral do Brasil. Na Paraíba localizavam-se na região do litoral sul, com destaque para as cidades do Conde, Alhandra e Pitimbu, conforme os estudos de Farias, Barcellos e Nascimento, p.39, 2012.

⁵ Produção da escrita do capítulo introdutório das pesquisas de dissertação e teses.

Paraíba. De imediato, rememorei as conversas com minha avó e me prontifiquei a narrar sobre a sua condição de ex-aluna desse estabelecimento.

Diante do desafio lançado, devido à insuficiência de fontes internas sobre o IEP e, principalmente, da Escola de Aplicação, imergi na tarefa de tentar ressignificar a historiografia da educação paraibana pelos fios das memórias de ex-alunas.

Nos debates sobre a história e memória, Thomson, Frisch e Hamilton (2006, p. 66) afirmam que, nos anos 70, “o principal alvo das críticas era a memória não ser confiável como fonte histórica, porque era distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice [...]”. Nessa mesma compreensão, esses autores pontuam que havia ainda o menosprezo e a discriminação pela história oral, por esta se preocupar com as mulheres, os trabalhadores e as comunidades minoritárias.

Contudo, lancei a mão um roteiro de entrevista semiestruturado, um gravador de voz e busquei mais uma vez ouvir as narrativas da minha avó materna sobre sua experiência na instituição. Assim, encontrei algumas informações sobre o seu cotidiano escolar, ela apontava os nomes de ex-alunas e da professora, sendo elas: Mirtzi Chianca Franca, Lúcia Duarte, sobrinha de Samuel Duarte (político), Ieda (sem lembrança do sobrenome), consistindo estas em ex-alunas que participaram do seu convívio, e a Professora Maria Augusta (sem lembrança do sobrenome).

Eunice Amorim Domingos, minha avó, por mais algumas vezes se dedicou a narrar, espontaneamente, sobre a sua vida escolar. Na primeira vez, no grupo de idosos da Unidade de Saúde da Família – USF, do bairro do Castelo Branco, ela localizou outra mulher que também foi aluna da instituição e também havia estudado com a professora citada. Porém, posteriormente, não foi possível localizar a mesma ex-aluna. A segunda vez, em família, e nesse momento com a presença de demais pessoas, estava presente também meu companheiro, que ao ouvir atentamente os nomes das amigas da época, destacou conhecer uma delas: Mirtzi Chianca Franca, sua aluna, a quem ele prestava o serviço de Personal Trainer. Assim, foi possível entrar em contato. Diante das emoções e sentimentos saudosistas, as duas ex-alunas propuseram que a pesquisadora organizasse um

encontro que, até o momento, não foi realizado (período antes da pandemia da Covid-19).

Entretanto, além da entrevista concedida pela ex-aluna Eunice Amorim Domingos em 02 de dezembro de 2014, também foi possível conduzir uma entrevista com a ex-aluna Mirtzi Chianca Franca em 11 de fevereiro de 2020. Porém, devido aos dilemas pessoais enfrentados por esta última, a entrevista não se prolongou, obtendo poucas informações acerca do assunto tratado. Inclusive, em visita *in loco* da pesquisadora ao arquivo do IEP, encontramos alguns documentos pertencentes à irmã de Mirtzi Chianca França, mas dialogavam diretamente com a inscrição dela na Escola de Professores, inclusive sendo lembrada pela ex-aluna na entrevista a relação da sua irmã com a instituição.

A princípio esta pesquisa intitulava-se *Memórias de ex-alunas da Escola de Aplicação da Paraíba (1935-1950)*, compondo um capítulo destinado ao debate *Pelos fios da memória: narrativas de ex-alunas*, abordando as memórias a partir das histórias, memórias, experiências e vivências, legitimando a inserção e participação dessas mulheres na historiografia da educação paraibana a partir de suas condições enquanto discentes da instituição citada, trabalhando com determinado momento histórico e social de uma época, através das memórias relativas à educação paraibana, possibilitando pensar a escola e seus sujeitos como espaço produtor de cultura. A pesquisa instaurava-se em defesa de compor seu marco com a instituição escolar, considerando as memórias de ex-alunas que vivenciaram o cotidiano educacional nos anos finais de 1940, tenros anos, indo ao encontro temático do projeto maior do Projeto de Pesquisa do HISTEDBR “Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX⁶, sob a coordenação do orientador deste estudo” (MACHADO; NUNES; MENEZES, 2009).

Visto que a trajetória de vida não percorre direções lineares, correlacionado à produção da pesquisa ocorreram diversos acontecimentos que ressignificaram a sua elaboração, especialmente o contexto atual de pandemia da Covid-19, outros rumos se configuraram para o desenvolvimento deste trabalho, inclusive, justificando a partir disso uma solicitação de prorrogação para o exame de qualificação por 90 dias.

⁶ O projeto atual do CNPq, intitulado *A Mulher e a Educação na Paraíba do Século XX: escrita e leitura no cenário do Estado Novo (1937-1945)* em vigência (2022-2025), tendo o professor Charliton José dos Santos Machado como Bolsista de Produtividade em Pesquisa - PQ Nível 1/C.

Na condição de aluna da turma 2018, não bolsista, usufrui o direito de licença maternidade no primeiro semestre de 2019, porém, cumprindo com as demandas obrigatórias no prazo estabelecido pelo Programa. E, diante da situação que vivemos a partir de março de 2020, deliberada por circunstâncias pandêmicas de crise sanitária, ocorreu a necessidade de fechamento dos arquivos públicos e particulares, especialmente o Instituto Histórico Geográfico da Paraíba – IHGP, o Arquivo Histórico Waldemar Duarte – FUNESC, Fundação Casa José Américo e Arquivo Afonso Pereira. Bem como, a nova proposta de abertura gradual dos mesmos ocasionou a impossibilidade de continuação da catalogação das fontes históricas, sendo estas: impressos, periódicos, legislação, relatórios, entre outros do período estudado (1935-1950) e não estando disponíveis ao público em formato digital nos ambientes virtuais.

Desse modo, direcionamos a atenção, sobretudo, para as circunstâncias que dificultaram a realização das entrevistas orais com o público da pesquisa, grupo de idosas, vulneráveis as condições sanitárias atuais. Logo, na tentativa de construir questões relacionadas sobre o instituir da Escola de Aplicação da Paraíba lançamos o desafio de enfrentarmos os novos rumos, considerando também a limitação de fontes impressas coletadas, especialmente os documentos intramuros da instituição estudada.

O tempo, para nossas pesquisas, é muito curto para que possamos absolutizar ou esgotar determinadas comprovações. Mesmo diante das possibilidades de erros, não nos impedimos, por exemplo, de preservar e catalogar as fontes que referenciem o estudo da história das instituições escolares. E isto porque ponderamos que uma das marcantes características do historiador da educação é o enfrentamento de dificuldades, pois, mesmo que as [...] condições de uma exposição de conjunto da história que se desenrola diante de nossos olhos encerram inevitavelmente fonte de erros; ora, isso não impede ninguém de escrever a história dos nossos dias nem impede o abandono do necessário rigor científico que a pesquisa em história da educação demanda. (NASCIMENTO; SANDANO; LOMBARDI, 2007, p. vii).

Assim, os ajustes foram presumíveis considerando o curto prazo destinado às pesquisas, ainda mais diante das recentes restrições que dificultaram atender as demandas significativas para o trabalho. Não obstante, apesar dos velhos e novos desafios, compreendemos a necessidade de garantir o rigor científico numa pesquisa, notadamente numa tese de doutorado.

Embora seja necessário situarmos os desafios e as mudanças de percursos, a pesquisa foi realizada e redirecionada. Os novos rumos concentraram a investigação no processo de institucionalização da Escola de Aplicação da Paraíba, localizada na cidade de João Pessoa, que se constituiu enquanto representação da cultura escolar primária na condição de escola-modelo. Para isto, percorremos as fontes documentais de Arquivos, especialmente do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba para investigação das leis, dos decretos, dos projetos arquitetônicos, dos materiais iconográficos, entre outros, presentes no jornal oficial *A União* (1935-1942) e na *Revista do Ensino* (1932-1942).

A tarefa de tentar construir sentidos e significados de uma instituição escolar, ainda silenciada na historiografia, não foi uma condução fácil. Porém, construímos, neste trabalho, narrativas iniciais que situam o cenário da educação primária na Paraíba no recorte histórico demarcado a partir de 1935 a 1946.

A partir do que foi se configurando na catalogação e análise dos dados para a construção da escrita da pesquisa, fui relacionando-a a dinâmica indefinita de um quebra cabeça e, mais precisamente, um mosaico. Pela investigação de pistas/peças que nos informassem sobre o interior institucional, revivi um sentimento aleatório expresso pela minha memória escolar. Na disciplina de artes, no ensino fundamental, tive a experiência do conhecer o mosaico. Naquele momento havia me encantado com o detalhamento daquelas pedrinhas colocadas lado a lado numa tamanha paciência e numa construção de cores sólidas a se formar uma imagem. Percebia as vidraças, as cerâmicas... Como atividade foi solicitada a elaboração de um mosaico com tema livre. Custou-me a pensar o que fazer. A paciência não me cabia para uma alta produção artística.

Como de costume, ao andar na cozinha da casa da minha avó, local onde morava, percebi seu manuseio com as frutas, caju. Não tive dúvidas, sairia caju de mosaico. A escolha também considerou a facilidade em compor pedrinhas para construção da imagem do caju. Escolhi usar papel laminado, brilhoso. As cores não foram usuais, nem com uma composição de paleta perfeita. Foi

vermelho, amarelo, marrom. Um caju completo de cores terrosas, pesadas. Tracei o desenho na folha, cortei os quadradinhos, alguns estavam desproporcionais: ora grande, ora pequeno demais, queria simetria. Enfim, fui colocando com cola branca cada quadradinho, lado a lado.

Por incrível que pareça, a simetria não deixou harmônico. Deixou espesso, rígido. Também me incomodava o branco da folha do caderno de desenho aparecendo. Tratei de cortar quadrados aleatórios e preenchi esse vazio branco como quem preenchia lacunas. E assim fui colocando um em cima do outro. Olhei e não parecia ser um mosaico. Agora tinha ficado escamoso. Já não ia desfazer, paciência não me cabia! Na apresentação em sala de aula uma infinidade de mosaicos formando imagens de uma ponta à outra nas folhas dos cadernos de desenho. O meu estava ali, centralizado. Entre a frieza do branco da folha, um caju fluorescente de papel laminado. Na claridade da sala ofuscava com o sol.

Com isso quero expor que o trabalho do/a historiador/a (da educação) requer esforços e paciência para juntar as peças na constituição de uma dada memória passada. O sentido conotativo dessa metáfora é ingênuo se comparado à complexa tarefa de um/a historiador/a, constituída por aportes teórico-metodológicos, por técnicas. Este trabalho, difícil de ser moldado, resistiu a partir do empenho para produzir o conhecimento sobre os indícios históricos da escola estudada, especialmente em fontes oficiais.

[...] tentando desvendar, pelo seu interior, as práticas educativas resultantes de uma dada concepção de ensino. [...] a construção de uma memória que pelo seu vigor permanecia aprisionada a história [...], dificultando a visibilidade do seu interior. (SANFELICE, 2007, p.87)

Sob os percalços e desafios da pesquisa que marcaram possíveis incompletudes, a investigação apresentou-se como um mosaico ainda a ser preenchido por mais peças que formam as representações da Escola de Aplicação da Paraíba por todo o seu contexto, visto que, esta vem tentando sobreviver até os atuais, mesmo com outras finalidades.

1.2.Elucidando o objeto de estudo e suas implicações: pressupostos teórico-metodológicos

O processo de institucionalização, funcionamento e as práticas educativas da Escola de Aplicação ainda são limitadas na historiografia educacional paraibana, aparecendo somente elementos pontuais e sintéticos em poucos estudos que não dialogam diretamente sobre esta instituição. Diante disso, compreender uma análise sobre a Escola de Aplicação da Paraíba se configurou em uma tarefa complexa.

Para Certeau (1994), o invisível interessa ao historiador do cotidiano conforme o sentido da invisibilidade dada aos acontecimentos ditos comuns. O historiador do cotidiano compreende o sentido e as significações das histórias singulares construídas em torno das relações, dos sujeitos. O interesse pelo cotidiano evidencia os acontecimentos rotineiros da vida e os significados se constroem pelo que os sujeitos vão estabelecendo como *hábitos*, rituais, e aqui, subscrevesse-se também a escola, a sala de aula, expressada pelo sentido social, cultural e política dessas *práticas comuns* e suas representações.

Muitos trabalhos [...] dedicam-se a estudar seja as representações seja os comportamentos de uma sociedade. Graças ao conhecimento desses objetos sociais, parece possível e necessário balizar o uso que deles fazem os grupos ou os indivíduos (CERTEAU, 1994, p, 39).

A invenção do cotidiano nas escolas pode ser representada pelas suas distintas finalidades, formas de se organizar, saberes pedagógicos, políticas e reformas educacionais que também reorganizam o cotidiano das práticas educativas dos professores/as, formação dos alunos/as, entre outros, inferindo a dialética da vida cotidiana na prática escolar: “O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizadas” (CERTEAU, 1994, p. 38). De tal modo, podemos refletir: quais são as representações que constituíram as instituições escolares e reorganizaram o cotidiano de suas práticas? Quais são as representações atribuídas a uma instituição escolar por uma dada sociedade? E ainda: Quais as representações conduzidas por um ideário pedagógico a uma instituição escolar?

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam (CERTEAU, 1994, p. 40).

Conforme Certeau (1994, p. 38), partindo para um lado da análise:

[...] a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais.

Assim, este trabalho apoiou-se no campo teórico da Nova História Cultural, à luz de autores que preconizam a concepção de que os objetos de análise constituídos a partir de representações e práticas cotidianas, aparentemente banais, são tão importantes quanto os grandes objetos, tais como o Estado, a luta de classes, as revoluções, os grandes personagens, numa visão macro, que é característica da história tradicional. Em contrapartida, a Nova História Cultural desloca a sua atenção para as práticas sociais e culturais, considerando suas experiências da mudança social.

No percurso histórico, a antiga Escola de Aplicação da Paraíba, localizada na atual cidade de João Pessoa, integralizava-se ao Instituto de Educação da Paraíba – IEP. Contudo, especialmente a partir dos dados internos, pouco se sabe sobre o cotidiano, as práticas escolares, tempos e espaços dessa instituição. Confirmou-se também, que a partir de outros estudos realizados sobre o IEP ou ensino primário paraibano e dentro do período histórico abordado, não foi possível encontrar evidências de pesquisas que situassem de modo mais significativo sobre a Escola de Aplicação da Paraíba, sendo esta apenas citada ao conjunto de prédios do IEP e outros elementos pontuais, conforme a relação dos estudos no **Apêndice 1**.

Assim, a pesquisa situou a análise compreendendo o recorte histórico entre os anos de 1930 a 1940. No estudo sobre *Ensaio da Escola Nova na Paraíba (1930-1942)*, de Kulesza, o autor aponta que nesse período, no primeiro momento, manifestava-se o desejo por uma educação popular a partir de

entusiasmos escolanovistas⁷ que percorriam os rumos nacionais e que também alcançaram a educação paraibana. Entretanto, em 1937 instituiu-se o Estado Novo, assumindo na política de Getúlio Vargas⁸ uma aproximação com as oligarquias e a anulação de outros setores mais radicais, o que nesse momento culminou com o governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940)⁹ que permaneceu no cargo na Paraíba durante a vigência do Estado Novo como interventor federal.

É exatamente através da priorização dada pelo governo ao ensino médio para as elites que, na Paraíba, o autoritarismo político virá desfigurar o projeto de educação popular no qual o Instituto de Educação desempenhara papel fundamental (KULESZA, p.08 s/d).

Sobre a documentação relativa ao cotidiano escolar do IEP (e, conseqüentemente, da Escola de Aplicação), segundo Teixeira (2018, p. 30-31):

[...] uma parte significativa da documentação relativa ao cotidiano escolar produzida por alunas e professores, foi queimada logo após do advento da Ditadura Militar de 1964 no país. As razões para essa queima não são muito claras, comenta-se tão somente da necessidade de se liberar o espaço de “papeis velhos que não serviam para nada”. Talvez por isso a história dessa Instituição ainda seja tão lacunar.

É possível que a relação com a restrição dos documentos, especialmente dos dois períodos do Governo Vargas tenha sofrido controle, por parte dos próprios atores da escola, a partir da implantação do Estado Novo. Todavia, Bauer e Gertz (2013, 175) asseveram que “naquilo que tange à documentação do

⁷ Entendido como o movimento educacional brasileiro de renovação de ensino, Escola Nova, sendo os intelectuais Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971) os principais envolvidos e influenciados pelas ideias do norte americano John Dewey (1859-1952).

⁸ Nasceu no Rio Grane do Sul no dia 19 de abril de 1882 e faleceu em 1954. Advogado e político brasileiro, assumiu a presidência do Brasil de 1930 a 1945, instaurando o regime ditatorial Estado Novo em 1937.

⁹ Durante o período de 1930 a 1947 se configurou no Brasil a instituição de governadores do estado nomeados diretamente pelo governo central, ou seja, por medida de intervenção federal. Compreendendo este recorte histórico, teremos na Paraíba 13 governadores, sendo 9 deles interventores federais. O governador Argemiro de Figueiredo, do partido União Democrática Republicana – UDR, foi eleito e assumiu em 21 de janeiro de 1935, permanecendo no cargo durante a vigência do Estado Novo como interventor federal, ficando até 29 de julho de 1940.

primeiro governo Vargas, não houve preocupação especial com ela, quando o Estado Novo entrou em decadência e acabou caindo”.

Compreendeu-se que, o horizonte em torno da questão educacional, focaliza aspectos históricos particulares constituídos pelos modos de vida e práticas culturais. Segundo Chartier (1994), propõe-se que:

A partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. Sendo assim, o objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos (CHARTIER, 1994, p.102).

A dimensão social produz *estratégias e práticas* (sociais, escolares e políticas) que direcionam aos sujeitos a relação com seus interesses (CHARTIER, 2002).

Considerando que a finalidade da Escola de Aplicação da Paraíba tenha se direcionado pelo sua condição de oferta do ensino primário para crianças da sociedade paraibana, especialmente da atual cidade de João Pessoa, bem como servindo de campo de experimentação, atendendo as professorandas em formação no curso normal, indagamos: Em que contexto a instituição foi criada no cenário paraibano? Como se constituiu suas práticas educativas, os saberes com que formavam seus alunos/as, a concepção pedagógica praticada, os docentes e discentes que o frequentaram? Na qualidade de se efetivar como campo de experimentação, projetou-se como um modelo a ser seguido para o direcionamento do ensino primário? Teria se constituído ambiente das inovações teórico-metodológicas postas pelas concepções pedagógicas em voga, sobretudo através dos preceitos da Escola Nova? Aliás, o seu projeto pedagógico e o seu modelo didático pedagógico foi inspirado no ideário da Escola Nova? A partir disso, justificamos nosso argumento de tese: A escola de Aplicação da Paraíba teria sido espaço de inovações pedagógicas, se constituindo aos moldes de uma escola-modelo, caracterizada como *campo de experimentação, demonstração e prática*.

Várias destas indagações encontram respaldo a partir dos anos de 1935, quando é ratificada a criação do IEP, instituído a partir da Lei nº 16 de 13 dezembro de 1935. No levantamento das legislações da educação pública do estado da Paraíba, Ananias (2007) aponta que a Lei nº 16 reformou a instrução pública, criou o Departamento de Educação e a Escola Secundária do Instituto de Educação. O IEP seria composto por uma Escola de Professores, uma Escola Secundária, uma Escola de Aplicação e um Jardim da Infância. O projeto arquitetônico inicial do IEP envolvia a Escola de Aplicação que se destinava ao ensino primário.

Devido a isso, o período de 1935-1946 compreendeu o recorte temporal adotado por esta pesquisa, considerando a determinação desse período pela implantação, construção e funcionamento da atividade escolar, aspectos relativos ao instituir da Escola de Aplicação da Paraíba. O percurso de análise encerrou-se considerando as transformações advindas das Leis Orgânicas de 1946, que reformularam a organização do Ensino Primário e das Escolas Normais, início da redemocratização, após a queda do Estado Novo.

O tempo histórico vivido possibilita dar sentido às representações da escola. Assim, fez-se necessário entender como uma instituição escolar participa na formação do sujeito e da sociedade, conferindo a identidade cultural e educacional, corroborando para a memória social do lugar. As ressignificações em torno da questão educacional permitiram reconstruir o elo entre os acontecimentos e a educação paraibana. Logo, (re)intitulamos a pesquisa para *Escola de Aplicação da Paraíba: representação da cultura escolar primária (1935-1946)*.

Diante disto, este estudo teve como objetivo geral compreender o processo de institucionalização da Escola de Aplicação da Paraíba, localizada na atual cidade de João Pessoa, que se constituiu enquanto representação da cultura escolar primária na condição de escola-modelo. Desse modo, preocupou-se em ressignificar a sua história através de seu processo de implantação e funcionamento. Os objetivos específicos consistiram em: investigar os rumos que configuraram a constituição das escolas de aplicação na historiografia brasileira, inferindo nas dimensões que transitaram na construção da identidade institucional; identificar a implantação e o funcionamento da Escola de Aplicação

nos vestígios presentes na imprensa oficial e pedagógica; e reconhecer as representações educacionais da instituição partindo da configuração da cultura escolar, a identidade que a constituiu, direcionando aspectos que defrontaram sobre sua condição de escola-modelo e campo de experimentação.

A presença de representações na identidade institucional dialoga com o seu papel e sua função social. Neste diálogo, esta pesquisa dialogou com a representação da educação dada ao ensino primário a partir do contexto de uma escola modelar para experimentação da prática por alunas normalistas. Conjugou-se com as representações de uma determinada época, lugar e grupo social, sendo evidencia de um passado presente, mesmo que ainda silenciado, trazendo a representação de uma dada sociedade e temporalidade, de um dado grupo social, professoras, de uma ideia pedagógica e de impressas oficiais sobre uma instituição primária.

Para Chartier (1990, p. 17), as lutas de representação “[...] têm tanta importância como as lutas econômicas pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”.

Desse modo, abordaremos a ressignificação do processo de institucionalização associada às práticas culturais, pois concernem com as representações, crenças e valores da educação, tacitamente percebíveis pela condução conjuntural da sociedade no determinado espaço-tempo, tendo em vista as reformas educacionais, dialéticas de concepções pedagógicas, lutas sociais pela garantia da educação escolar, entre outros.

As instituições escolares são espaços de amplitude cultural, haja vista que, são nas relações cotidianas que se edificam os saberes e experiências dos sujeitos, por vezes, apagados pelo tempo e ignorados pelas versões históricas oficiais.

Assim, o estudo apresenta contribuições para o campo da História da Educação Paraibana, desvelando os horizontes institucionais, ainda poucos estudados, da Escola de Aplicação e reinterpretando os elementos das práticas educativas a partir das fontes disponíveis.

A dimensão cultural da vida escolar permite a ressignificação dos sentimentos, atitudes, valores e relações que caracterizam a vivência escolar, tal

como os rituais de aprendizagem, didática e conteúdos escolares. Aproximamo-nos da educação escolar oferecida aos sujeitos, compreendendo a relação entre educação e sociedade.

Portanto, na referida pesquisa, propagou-se a construção da historiografia da instituição escolar citada, seu instituir e sua institucionalização, interagindo com os acontecimentos e as tendências por um lado e as estruturas cotidianas por outro. Logo, a categoria de análise da Cultura Escolar auxiliou nas reflexões históricas ainda submersas no território do silêncio da escrita histórica tradicional da educação.

As contribuições trazidas pela Nova História Cultural ampliaram os tipos e as utilizações das fontes na perspectiva do enfoque da vida cotidiana. Sobre essa questão, Galvão (1996, p. 102) enfatiza que “[...] as fontes não mais se restringem aos documentos oficiais escritos”.

A ampliação das fontes se coloca como necessária para o conhecimento mais aprofundado de um grupo, de uma dada sociedade, buscando apreender as crenças e as tradições inerentes às práticas e às representações cotidianas dos modos de vida.

Sobre este fenômeno nas pesquisas do campo da História e História da Educação, Noronha (2007) explica:

O fenômeno da ampliação do campo da história incluindo novos sujeitos, novos objetos, novas temáticas e novas abordagens representadas principalmente pela história social e história cultural tem influenciado a escrita da história geral e da história da educação em particular. Este fenômeno, se, por um lado, pode representar uma nova contribuição por lançar luzes sobre novas fontes, novos sujeitos, novo símbolo e rituais que foram de modo geral relegados ao esquecimento pelo determinismo da história econômica, pelo modelo demográfico e pela história quantitativistas e pragmatista americana, por outro, aumenta a dificuldade metodológica de escrever a história (NORONHA, 2007, p.166).

Para dialogar com a institucionalização da Escola de Aplicação da Paraíba foram feitas, inicialmente, identificação, seleção, catalogação e análise das fontes documentais para obter dados informativos, através de referências mais diretas ao objeto estudado, na tentativa de compreender e refletir sobre as atitudes de

uma dada sociedade em seus aspectos mais singulares, condizentes com o seu contexto sociocultural.

As fontes existentes que trataram sobre a instituição dialogaram, sobretudo, de modo indireto, constituindo-se indícios na matéria informativa, uma vez que, a Escola não possuía medidas para preservação das fontes. De certo modo, as informações coletadas possibilitaram preencher lacunas da história institucional, cientes de que as fontes primárias internas se constituem subsídios importantes para compreendermos dados mais aprofundados.

[...] não há uma regra que determine um caminho único para se acessar a história de uma instituição escolar ou educativa. O que importa é que resulta do processo de pesquisa e que em grande parte está condicionado à formação teórica do pesquisador e ao alcance dos seus recursos metodológicos (SANFELICE, 2007, p.80).

Há de se reconhecer que a história enquanto representação da realidade que se refaz, se reformula, a partir de novas perguntas realizadas pelo historiador ou mesmo da descoberta de outros documentos ou fontes (THOMPSON, 1998).

Pretendeu-se empreender uma pesquisa documental de fontes (nos Arquivos) a partir dos registros documentais da instituição citada, fazendo uma releitura dos principais registros históricos. O levantamento das fontes percorreu: o Arquivo do atual Instituto de Educação da Paraíba – IEP, a procura dos documentos que envolvam a cultura escolar e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP para investigação das leis, dos decretos e jornal oficial, material iconográficos, projeto arquitetônico, entre outros. Compreendemos que o documento se configura como histórico em função do que se revela sobre uma determinada época, constituindo-se de valor social. Segundo Karnal e Tatsch (2013, p. 21) “um documento existe em relação ao meio social que o conserva”.

Deste modo, a pesquisa se propôs a trabalhar com fontes ou documentos legais, impressos e iconográfico, na perspectiva de se aproximar do período em foco, demonstrando possibilidades de outra visão dos acontecimentos em diferentes dimensões das experiências no âmbito da história da educação paraibana, apontamos a priori: Leis (disponível a Lei nº16 de 13 de dezembro de 1935 que dispõe sobre a criação do Instituto de Educação da Paraíba – IEP), entre outras leis e decretos; Projeto arquitetônico do conjunto de prédios do IEP

(disponível na imprensa oficial, especialmente no Jornal *A União*); Materiais iconográficos do conjunto dos prédios do IEP e iconografia do prédio onde funcionou a Escola de Aplicação durante o período (disponível no Jornal *A União*); Impressos, sobretudo o Jornal *A União* e a *Revista do Ensino* (1932-1942) da Paraíba que dialogaram com elementos da Escola de Aplicação, inclusive os indícios da prática educativa. Também construímos uma demanda investigativa partindo do levantamento da bibliografia disponível, com estudos e pesquisas, na possibilidade de se conhecer as historiografias registradas, num percurso entre livros, coletâneas, artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

1.2.1. Instituição escolar como objeto de pesquisa: reflexões e direções

Os estudos sobre as instituições escolares estão consolidados no ramo das pesquisas acadêmicas, envolvendo objetos que dialogam com a materialidade, os recursos didáticos, os conteúdos e as disciplinas, as práticas educativas, os sujeitos discentes e docentes, entre outros. A maioria realiza-se, “quase sempre, no âmbito dos programas de pós-graduação em educação (PPGEs)” (BUFFA, 2007, p. 152).

[...] pudemos concluir que as instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas são as mais estudadas, como por exemplo, as de ensino superior, as escolas normais, as escolas confessionais (principalmente femininas) e as escolas de referência. [...] há também estudos de instituição que privilegiam certos aspectos da escola com a formação dos professores, a evolução do currículo, experiências pedagógicas inovadoras etc. Quanto às principais fontes utilizadas, é possível citar: legislação, documentos oficiais da criação e da instalação da escola, questionários, livros didáticos, diários de classe, currículo e programa das disciplinas, cadernos dos alunos, materiais didáticos, jornais da época, fotografias etc. (idem, p. 154).

As instituições escolares possuem finalidades definidas que percorrem as funções sociais estabelecidas para sua atuação como formadora de sujeitos, sendo assim ambiente de práticas (sociais, culturais e pedagógicas) e histórias de vida. Logo, as atribuições na dinâmica da sociedade, suas crenças, valores, princípios e cultura se inserem nas funções das escolas. Desse modo, as

instituições escolares não se resumem a prédios, ao espaço físico, mas a sua funcionalidade se faz instituída pelas relações, interesses, conflitos e lutas. As transformações em torno da sociedade legitimam valores históricos, sociais e culturais que re incidem na organização das instituições escolares. Logo, argumenta-se que as *instituições são necessariamente sociais*.

Conforme Saviani (2007) as instituições são feitas para permanecer, o seu processo de produção não se vincula a uma necessidade passageira, transitória. Contudo, por ser produto humano, também são transitórias definidas pelo seu tempo histórico.

Assim, além de criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições. Essas necessidades são resolvidas na conjuntura não deixando marcas dignas de nota na estrutura. Isto, obviamente, não obstante o fato reconhecido e reiterado à exaustão de que as instituições, como todos os produtos humanos, por serem históricos, não deixam de ser, em última instância, também elas, transitórias. Mas sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico. Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de fábricas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a qual servem (SAVIANI, 2007, p.4-5).

Assim, para a identidade da instituição escolar devem-se considerar manifestações para além do interior dos seus muros, sendo fundamental olhar seu entorno (SANFELICE, 2007).

Posso buscar reconstituir suas práticas cotidianas, os saberes com os quais buscava formar seus alunos, a pedagogia exercida, os corpos docentes e discentes que o frequentaram, a vida

cultural, os currículos, a disciplina, os deveres escolares e muitas outras coisas que lá ocorreram (SANFELICE, 2007, p.78).

Restringindo-se a vida intramuros, podemos reconstituir suas práticas cotidianas e, voltando-se ao seu entorno, seu projeto diante da sociedade, o que “projetou de si na sociedade [...] Que imaginário a população local [...] construiu sobre o colégio?” (SANFELICE, 2007, p. 78).

Sobre a análise, Saviani (2007), através das considerações elencadas por Magalhães (2004) que aponta um esquema figurativo das instituições escolares, propõe o envolvimento de três aspectos: materialidade (o instituído), a representação (a institucionalização) e a apropriação (a instituição).

Interpretando livremente o esquema, é possível considerar que por **materialidade, se está entendendo a escola instalada (o instituído) em sua visibilidade mais imediata, envolvendo as condições físicas no seu aspecto arquitetônico (o prédio) com seus equipamentos, incluído o material didático, e sua estrutura organizacional.** Seria, digamos, assim, a materialidade-contínente, ou seja, o suporte físico das práticas educativas. **A representação traduziria o sentido atribuído ao papel desempenhado pela instituição escolar, envolvendo a tradição (memórias), a bibliografia selecionada, a prefiguração (planejamento) das ações, os modelos pedagógicos, os estatutos, o currículo e a disposição dos agentes encarregados do funcionamento institucional.** Seria, por assim dizer, a materialidade-conteúdo enquanto antecipação ideal daquilo que deverá constituir a atividade própria da instituição. **A apropriação, por sua vez, corresponderá à materialidade-conteúdo em ato, compreendendo as práticas pedagógicas propriamente ditas mediante as quais se realizam as aprendizagens entendidas como incorporação do ideário pedagógico, definindo-se a identidade dos sujeitos e da instituição e seus respectivos destinos de vida** (SAVIANI, 2007, p. 24). (Grifos nossos).

Para este estudo, indagamos sobre os aspectos da Escola de Aplicação da Paraíba que dialogaram no sentido de configurar sua origem, seu funcionamento, os indícios de suas práticas educativas e socioculturais bem como a sua relação e representação para com a sociedade do período. Assim, parcialmente, percorremos sobre os aspectos de sua materialidade (o instituído) e sua representação (a institucionalização).

Se tratando da relação de pesquisas sobre instituições escolares com os pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultura, Para Buffa (2007):

[...] temas como cultura escolar, considerando inclusive na sua materialidade, livros didáticos, disciplinas escolares, práticas educativas, questões de gênero infância, organização do espaço escolar, instituições escolares têm sido privilegiados por nossos historiadores da educação. A nova história, a história cultural, a nova sociologia, a sociologia francesa constituem as matrizes teóricas das pesquisas realizadas. O aspecto positivo dessa tendência, que perdura ainda hoje, diz respeito à ampliação das linhas de investigação, à diversificação teórico-metodológica e a utilização das mais variadas fontes de pesquisa (BUFFA, 2007, p.151).

Do ponto de vista teórico-metodológico o tratamento que se faz a partir da História das Instituições Escolares:

[...] essas referências analíticas [...] trazem consigo uma epistemologia e um conjunto de categorias que confere certa identidade. Cada um deles sugere um fazer da história ciência de um determinado modo e que também tem alcances diferentes. [...] Também inclui a história das instituições escolares ou educativas no universo das diferentes possibilidades de tratamento, tendo em vista as opções teórico-metodológicas dos autores das pesquisas (SANFELICE, 2007, p. 81).

As instituições escolares são consideradas *locus* de memória. A sua vida interna é conduzida por normas, práticas, ideias, valores, finalidades vinculadas às culturas sociais que envolvem os sujeitos do seu interior e exterior. Logo “[...] evidenciou-se que a instituição escolar é construída a partir da história dos homens [acrescentamos: e das mulheres], no processo pelo qual eles [acrescentamos: elas] produzem socialmente as suas vidas” (NASCIMENTO; SANDANO; LOMBARDI, 2007, p.viii). O legado da memória institucional se constrói pela dimensão coletiva através da história dos grupos que apresentam os aspectos de sua identidade.

Para Araújo (2007, p. 96),

[...] a instituição escolar está comprometida, dialeticamente, com a cultura a produzir-se e a reproduzir-se entre os educandos. Não é possível, portanto, afirmar as instituições escolares somente como expressões singulares, particulares, individualizadas ou ilhadas, mas, sim, como co-partícipes de projetos históricos, particularmente os vinculados às visões de mundo que se confrontam em uma dada conjuntura, fazendo valer uma dada concepção, que se põe – por exemplo, através das instituições escolares – como uma estratégia, como uma influência em vista do exercício de disputa e de hegemonia.

Diante das pesquisas e dos eventos acadêmicos com enfoque neste objeto, Saviani (2007, p.7) considera a abordagem do tema em três aspectos: história, historiografia e práticas.

[...] as instituições escolares brasileiras, consideradas sob três aspectos: sua história, sua historiografia e suas práticas. É claro que a distinção entre esses aspectos é apenas formal, pois incidem sobre o mesmo objeto, as instituições escolares brasileiras, sendo, pois, objetivamente inseparáveis.

Partindo disso, o autor evidencia uma problemática: “Se a instituição é, por definição, uma unidade e ação, um sistema de práticas, como fazer história das instituições escolares sem considerar as suas práticas?” (SAVIANI, 2007, p.7). Diante dessa premissa, ele concorda que a história das instituições “teria incidido mais sobre as formas de sua organização, a partir dos documentos que instituíram ou as reformaram, ficando de lado, ou em segundo plano, a análise das práticas por elas desenvolvidas” (SAVIANI, 2007, p.8).

Consideramos que essa problemática não é difícil de compreender quando adentramos nos arquivos das instituições escolares e verificamos as ausências de fontes internas que dialoguem diretamente com os aspectos das práticas educativas. Aqui não foi diferente. As buscas por informações sobre a Escola de Aplicação da Paraíba não estiveram em zelo dos espaços físicos onde funcionou. Miguel (2007) pontua que quando finalmente chegamos a uma documentação que diz respeito à instituição, esta não está guardada na escola e nem preservada em sua totalidade. A história das escolas, por muitas vezes, são constituídas *à luz das políticas educacionais*.

O estudo das instituições escolares por meio da documentação que registra suas histórias nem sempre está à disposição do pesquisador de forma organizada e em arquivos. Raramente a encontramos disponível para consultas. Na maior parte das vezes, a coleta, seleção recuperação e, finalmente, a organização das fontes demandam tempo; no entanto constituem também uma das etapas do trabalho. De qualquer forma, um arquivo ou a descoberta de novos registros que contenham informações sobre determinada instituição trazem sempre a expectativa da descoberta, a possibilidade de novos caminhos e podem até imprimir novos direcionamentos ao trabalho, apontando para novas interpretações. Para alguns autores, o arquivo é um nicho que contém não apenas registros e informações, mas também possibilita a sensação da descoberta do real (MIGUEL, 2007, p. 31).

A preservação dos documentos pelas instituições ofereceria garantias na prestação de informações com precisões detalhadas. Entretanto, para Miguel (2007) a preocupação do historiador deve ultrapassar *a poeira dos pequenos fatos*, buscando propiciar inteligibilidade e fatos compreensíveis.

Ainda sobre as lacunas na documentação escolar, Vidal (2007) advoga acerca do seu valor social que estabelece a guarda das informações administrativas e o descarte dos demais:

Os gestores da educação, em sua grande maioria, tendem a preocupar-se com o arquivo corrente da instituição, considerando o vivo em razão da importância de seus documentos como operativos na condução dos trabalhos administrativos da escola e comprobatórios de trajetória escolar de alunos e da profissional dos mestres. Simetricamente, os investigadores em história da educação reiteram queixas acerca do descaso institucional para com os documentos antigos, para com o que é considerado pela escola, em geral como arquivo *morto*, concebido no mais das vezes como um depósito da documentação que já perdeu sua validade legal e, portanto, não dispõe de valor. [...] a ênfase recai sobre as atividades-fim: são as finalidades da escola, ou seja, a própria relação ensino-aprendizagem que se coloca como problema na preservação da massa documental (VIDAL, 2007, p. 64).

Assim, para demanda do processo educacional e suas relações pedagógicas, os vestígios se tornam escassos. Se comparado aos registros das práticas docentes relacionadas aos registros das práticas discentes, este último ocupa maior invisibilidade na preservação.

Encontramos muito mais facilmente nos arquivos os testemunhos da atividade administrativa do que propriamente os vestígios dos processos de ensino e aprendizagem. Por uma espécie de seleção natural, alguns desses vestígios, entretanto, sobrevivem, escapando ao descarte intencional ou à deterioração. Mesmo considerando o caráter aleatório dessa sobrevivência, é possível identificar que uma espécie de hierarquia orienta o processo: são ainda mais dificilmente localizáveis os registros efetuados por alunos do que os feitos por professores. Talvez porque as práticas escriturais docentes sejam, por vezes, também práticas institucionais, testemunhos do exercício da profissão, ou porque os professores tendam a permanecer no espaço escolar por mais tempo (tanto no que diz respeito à duração do dia quanto no que concerne à duração da vida) que os alunos. Talvez, ainda, porque uma parcela das escritas discentes seja considerada de cunho pessoal – como, por exemplo, os cadernos – e guardada (ou não) no âmbito familiar (VIDAL, 2007, p. 67).

É fato que, a partir da catalogação das fontes históricas da Escola de Aplicação da Paraíba, nos valem de um intenso esforço para coletar informações significativas que dialogassem com a sua implantação e funcionamento. Consideramos que se fez pertinente prosseguirmos, uma vez que, dentro da historiografia paraibana a ausência de debates sobre a escola em foco configurou inúmeras questões em torno da sua institucionalização. Aqui, sugerimos recolher informações iniciais que permeariam para o direcionamento da escola, o que não se finda, permitindo aportes para outras pesquisas, ficando a disposição dos/as estudiosos/as da História da Educação, bem como no Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação”, GT/PB, as informações coletadas.

Contudo, esta pesquisa investiu no sentido de trazer à luz informações a partir da concepção histórica, na tentativa de desvendar os indícios de sua implantação e funcionamento, ou seja, o seu instituir e a sua institucionalização a partir da seleção de fontes disponíveis. Também compreendemos que a restrição das fontes, especialmente intramuros, não se relaciona com o grau de relevância da instituição.

[...] não há instituição escolar ou educativa que não mereça ser objeto de pesquisa. O maior ou menor grau de relevância de uma instituição, seja do ponto de vista econômico, político, educacional e segundo critérios específicos, não pode tolher a escolha do historiador. Não instituição sem história e não há instituição sem sentido. [...] Cada instituição escolar ou educativa responde às suas múltiplas determinações de forma única. A interpretação e o manuseio de aspectos da legislação, por exemplo, ganham originalidade em cada unidade escolar (SANFELICE, 2007, p.79).

A partir do contexto histórico escolhido para analisar a escola citada, percebemos as tensões em torno das configurações do contexto político, intelectual e social que provocam um movimento dinâmico e influenciam a institucionalização da escola. A Escola de Aplicação da Paraíba surgiu em decorrência de uma reforma educacional da instrução pública em 1935, a partir da lei nº 16 de 13 de dezembro.

Compreende-se que, o que são estabelecidos nos documentos relativos às declarações sobre as instituições, não conduz o que foi habitual no cotidiano escolar de modo absoluto. Para esta pesquisa nós preocupamos com a

investigação sobre os aspectos que se incidiram em revelações acerca da implantação, do funcionamento e desenvolvimento das práticas educativas da Escola de Aplicação da Paraíba, considerando elementos da sua condição de escola-modelo e campo de experimentação.

Entre as considerações trazidas por Sanfelice (2007) no trato sobre as pesquisas, as possibilidades para adentrar numa instituição são diversas:

Posso chegar à instituição pela legislação educacional, pelo seu currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participaram, pelos ex-alunos, pelo mobiliário, pelas memórias, pela historiografia preexistente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, imagens, sons e outras). O que me dá o passaporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, crítico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interditado (SANFELICE, 2007, p. 72)

Para o autor, a identidade da instituição transita pela dimensão micro e macro, não sendo apenas recortes de uma determinada realidade, além de compreendermos as determinações externas incorporadas no seu interior. É preciso decifrar as peças do *quebra-cabeça* considerando as múltiplas determinações.

[...] No interior das instituições há um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e infinitas outras coisas ali se cruzam. Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica, etc.) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade (SANFELICE, 2007, p.77).

Todavia, não é possível “manifestar sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para o seu entorno” (SANFELICE, 2007, p. 78). Para constituirmos a história da Escola de Aplicação da Paraíba, compreendemos que *não há instituição sem história e não há história sem sentido*.

1.2.2. História das instituições escolares na categoria de análise da Cultura Escolar

As pesquisas que se compõem a partir da historiografia educacional possibilitam estabelecer relações do universo escolar com diferentes interfaces: sociedade, cultura e poder político-econômico.

A pesquisa acadêmica em história da educação [...] tem se valido da conceituação para compreender as relações que a escola (nos seus diferentes níveis e modalidades) estabelece historicamente com a sociedade e as maneiras como constitui (e institui) seu funcionamento, entrelaçando dispositivos reguladores e ações de seus sujeitos, nem sempre conformes às regras impostas (BENCOSTTA, prefácio, 2007, p.10).

Significativamente, os estudos da Cultura Escolar se propagaram a partir dos debates em torno da História Cultural Francesa, que elucidaram diálogos sociológicos pertinentes para tratar a cultura, o cotidiano e a sociedade, possibilitando consolidar a relação cultura e educação em âmbito historiográfico.

Para esse estudo, constituiu-se o conceito de Cultura Escola atrelado às investigações histórico-educacional referente às instituições educativas, em foco, a Escola de Aplicação da Paraíba. Esta análise permite a configuração de tempos/espacos escolares, do cotidiano escolar, da arquitetura, do currículo, dos recursos didáticos, entre outros.

Os estudos em história das instituições educativas produzidos na última década dando ênfase à cultura escolar voltaram-se para a análise dos aspectos internos da escola – o espaço e a arquitetura, o currículo e as práticas escolares tornando visível a constituição material das escolas (SOUZA, 2007, p.171).

Conforme Faria Filho (2007, p.195), é a partir da escolarização, esta entendida como “ato ou efeito de tornar escolar, ou seja, o processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares”, que articulamos a escolarização cultural, denominando-a de cultura escolar.

Tal perspectiva leva-nos a indagar acerca dos imperativos produzidos e postos em funcionamento no interior das instituições escolares que, a um só tempo, permitem que a escola funcione

como uma agencia criadora e conservadora da cultura por meio de uma intensa prática de apropriação em relação às estruturas culturais mais gerais em que ela – a escola – está situada (FARIA FILHO, 2007, p.195).

Faria Filho (2004; 2007) e Vidal (2004) colaboram para a compreensão da Cultura Escolar enquanto uma categoria, entendendo sua articulação a diversos elementos da experiência escolar e “as práticas de divulgação, de imposição e de apropriação efetivadas no interior do campo educacional em dado momento histórico” (FARIA FILHO, 2007, p.197).

Cultura escolar é tomada aqui como uma categoria, como um constructo teórico que permite, metodologicamente, operacionalizar a pesquisa e, do ponto de vista analítico, organizar e compreender as múltiplas facetas da experiência escolar. Ou seja, penso que essa categoria – cultura escolar – tem um valor heurístico de cunho metodológico e sua utilização requer a explicitação das teorias da cultura e, de resto, da história que a sustentam. Tomar a cultura escolar como um conceito previamente definido, como uma definição puramente gnosiológica, pode levar-nos ao equivoco de, na prática da pesquisa, não conseguir discernir justamente aquilo que faz, do meu ponto de vista, a riqueza e a pluralidade das culturas escolares, que são justamente os sentidos e os significados experienciados e compartilhados (FARIA FILHO, 2007, p.196).

Considerados os argumentos de Dominique Julia (1995) no que diz respeito à Cultura Escolar, o teórico oportunizou aos historiadores da educação indagar sobre as práticas educativas, o cotidiano escolar e o funcionamento interno das instituições de ensino. Para ele, entendeu-se por cultura escolar normas e práticas:

[...] poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de

habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização [...] (JULIA, 2001, p. 10-11).

Já o teórico Antonio Vinão Frago (1995) relaciona Cultura Escolar as diversas manifestações das práticas no interior das escolas, constituindo as normas, as teorias, os sujeitos que as compõem, professores, alunos.

Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido que son elementos organizadores que la conforman y definen (VINÃO FRAGO, 1995, p.69).

Conforme análise de Faria Filho e Vidal (2004, p. 148), para Vinão Frago (1995) “haveria tantas culturas escolares quanto instituições de ensino”. O autor considera a existência de Culturas Escolares, no plural, mas vista em lugar de singularidade, ratificando que cada instituição de ensino produz uma cultura escolar, uma vez que, instituições de ensino diversas produzem culturas escolares diversas.

Puede ser que exista una única cultura escolar, referible a todas las instituciones educativas de un determinado lugar y período, y que, incluso, lográramos aislar sus características y elementos básicos. Sin embargo, desde una perspectiva histórica parece más fructífero e interesante hablar, en plural, de culturas escolares. (...) No hay dos escuelas, colegios, institutos de enseñanza secundaria, universidades o facultades exactamente iguales, aunque puedan establecerse similitudes entre ellas. Las diferencias crecen cuando comparamos las culturas de instituciones que pertenecen a distintos niveles educativos (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 33).

Considerando o aporte teórico de Faria Filho (2007), se faz pertinente evidenciar o termo em singular, cultura escolar, para referi-la enquanto categoria. O sentido pode articular a noção de uma cultura de uma escola em particular ou de uma cultura institucional, realizando uma investigação a partir de um macroprocessos ou microprocessos, sendo um campo de estudo da História da Educação. Todavia, o termo no plural, culturas escolares, seria mais apropriado enquanto um objeto histórico de investigação ou campo de estudos. Entretanto,

Mesmo assim, é preciso que se considere que as culturas escolares vistas desde o lugar singular ou sob essa escala

microanalítica, não podem ser compreendidas em sua singularidade e generalidade se não se realizarem as necessárias mediações com os processos sociais mais amplos (FARIA FILHO, 2007, p.196).

Assim, apesar das divergências de pressupostos conceituais, especialmente entre Dominique Julia (1995; 2001) e Vinão Frago (1995; 2001), trabalhou-se aqui com a perspectiva das semelhanças em torno da Cultura Escolar enquanto análise de investigação histórica e o reconhecimento dos princípios de espaço, tempo, instituições e práticas escolares nesta categoria.

De tal forma, compreendemos que os estudos direcionados as questões em torno das práticas escolares tem atendido mais ao que foi prescrito do que de fato o que foi realizado, considerando indícios históricos. Isto se caracteriza pela demanda das fontes encontradas, visto que, diante das fontes históricas escolares arquivadas, estamos lidando muito mais com o material de planejamento, de programas e reformas, do que com dispositivos escolares que ligam diretamente ao funcionamento e cotidiano relacionando a ação docente e/ou discente, cadernos, caderneta, atividades, provas, etc. Para efeito deste tipo de análise, a investigação envolve-se com uma representação da prática.

Pode-se argumentar, por um lado, que nosso olhar e perguntas devem nos levar a perceber, nos indícios, nos sinais, na materialidade, as práticas de que os objetos são portadores ou que formalizam. Se temos avançado muito nessa direção, isto, no entanto, não pode esconder o fato de que, em boa parte das vezes, estamos lidando com exercícios de prescrição de práticas, ou seja, em boa parte estamos lidando mais com culturas escolares prescritas do que com culturas escolares praticadas no interior das escolas (FARIA FILHO; VIDAL, 2004, p. 154).

Este estudo, com vista para o processo de institucionalização da Escola de Aplicação da Paraíba, dialogou com a representação da prática, de condutas e normas a fim de constituir a finalidade educativa, o funcionamento, os conteúdos e métodos em circulação no universo dessa instituição, reconhecendo o seu fazer escolar numa determinada época.

Portanto, a referida pesquisa constituiu-se, de quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Os Caminhos e desafios da Pesquisa*, apontou-se para as veredas da pesquisa, os rumos da construção do objeto, passando pelas escolhas teóricas e definições metodológicas. No segundo capítulo, *Escola de*

Aplicação na historiografia brasileira: rumos e apontamentos, pretendeu-se pôr em foco um levantamento sobre a identidade dessa instituição a partir do diálogo com livros, coletâneas e artigos que se debruçaram, especialmente, na sua função como escola-modelo, aproximando-a, em um dado período, das Escolas Normais, dos Institutos de Educação e, em outro, das Faculdades de instituições superiores. Dialogou-se também com o contexto político e educacional do período estudado traçando um breve percurso do Movimento Escola Nova no Brasil. A *Revista do Ensino (1932-1942) e a cultura escolar primária: indícios da prática educativa* se consolidou como o terceiro capítulo, constituindo aspectos da cultura e prática escolar da Escola de Aplicação da Paraíba, dando sentido a representação da prática educacional a partir dos elementos históricos e indícios que envolveram a direção, o professorado, o contexto didático-pedagógico e a concepção pedagógica exercida através das Semanas Pedagógicas e os serviços de Instituições Auxiliares que estiveram presentes no interior da instituição. O quarto capítulo, *Instituição de Educação da Paraíba e a Escola de Aplicação: relações, tensões e funcionamento*, dialogou-se com a relação entre as instituições citadas, abordando a implantação, o projeto arquitetônico, a construção de prédios do complexo educacional, o funcionamento, os desafios de ordens estruturais e pedagógicas, entre outros, compondo um enredo a partir do que se configurou na imprensa oficial, na legislação e nas reflexões das pesquisas acadêmicas.

2. CAPÍTULO

ESCOLAS DE APLICAÇÃO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: rumos e apontamentos

2.1. Perscrutando os estudos atuais sobre as Escolas de Aplicação no Brasil

As pesquisas nacionais com foco em escolas de aplicação a partir da perspectiva de análise histórica, conferindo contribuição aos estudos que se voltam à história da educação, são limitadas ao período de funcionamento dessas atreladas as Faculdades, sendo escassos os estudos sobre escolas de aplicação vinculadas a Escolas Normais ou Institutos de Educação.

Os caminhos que percorremos para seleção de pesquisas que abordam este assunto partiram desde a catalogação de obras, coletâneas, bem como na busca de pesquisas através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (periódicos e catálogos de dissertações e teses), repositório da UFPB, e trabalhos desenvolvidos da linha de pesquisa de História da Educação do PPGE/UFPB. Apesar disso, são muitos trabalhos que norteiam questões atuais sobre as escolas/colégios de aplicação ainda ativos e vinculados ao ensino superior¹⁰.

Quadro 1: Produções acadêmicas sobre escolas/colégios de aplicação a partir da perspectiva de análise histórica no catálogo da CAPES.¹¹

Catálogo de Mestrado e Doutorado da CAPES
GORDO, Nívia. História da Escola de Aplicação da FEUSP (1976-1986): a contribuição de José Mário Pires Azanha para a cultura escolar. 01/10/2010. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP.
Junior, Ademir Soares Luciano. Cultura Escolar e Perfil Discente no Colégio de Aplicação da UFSC (1966-1973). 01/02/2010. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca

¹⁰ O trabalho de Silva (2014) intitulado *O estado do conhecimento sobre os colégios de aplicação do Brasil de 1987-2013 na história da educação*, expõe dois quadros com as pesquisas de dissertação e teses que tratam sobre a temática, partindo do repositório da CAPES, constando 19 dissertações de mestrado e 9 teses de doutorado.

¹¹ A compreensão para perspectiva histórica aqui compreendeu análise do título e sumário mesmo possuindo trabalhos que não dialogando com a linha de pesquisa da história e/ou programas de pós-graduação da educação.

Central da UDESC.
SAÇÇO, Thays Alessandra. Colégio de aplicação João XXIII e Faculdade de Educação/UFJF: um estudo de caso das relações estabelecidas. 01/08/2009. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFJF.
ZAIA, Iomar Barbosa. A história educacional em risco: avaliação e descarte dos documentos do arquivo da escola de aplicação (1958-1985). 01/11/2003. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP
FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Experiência e o currículo da formação de professores: um estudo histórico do Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil. 01/02/2002. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: UERJ
SENA, GUIOMAR OSORIO DE. O colégio de aplicação no contexto das universidades brasileiras. 01/08/1987. Mestrado em Administração. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: undefined

Fonte: Informações coletadas no Catálogo de dissertações e teses da CAPES.

Quadro 2: Pesquisas acadêmicas sobre escolas/colégios de aplicação em periódicos e anais a partir da perspectiva de análise histórica.

Periódicos/Anais diversos
CORREIA, Evelline Soares Correia. Colégios de aplicação pedagógica: sua história e seu papel no contexto educacional brasileiro. Rev. Eletrônica Pesquiseduca, ISSN: 2177-1626, v. 09, n. 17, p. 116-129. jan.-abr.2017
SILVA, Rosiane Machado. O estado do conhecimento sobre os colégios de aplicação do Brasil de 1987-2013 na história da educação. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.
SANTOS, Adriana Regina; SILVA, Fábio Luiz da; OLIVEIRA, Marta Regina. Reverendo a história do Colégio de Aplicação da Universidade Estadual de Londrina: passado, presente e futuro. Interfaces Científicas. Educação. Aracaju – V.4, N.1, p.47-56. Out. 2015.
FRANGELLA, Rita de Cassia. Colégio de Aplicação e a instituição de uma nova lógica de formação de professores: um estudo histórico no Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil. Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000.
WAIANDT, Claudiani; SILVA, Manuela Ramos da. Legados da educação no Brasil: um estudo histórico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia. Investigação Qualitativa em Educação / Volume 2

Fonte: Informações coletadas em periódicos/anais com temas na área da Educação.

Considerando as pesquisas estabelecidas no quadro, situamos que estas abordam escolas/colégios de aplicação vinculados a Faculdades do Ensino

Superior, não sendo possível localizar questões em torno das escolas de aplicação vinculadas a Institutos de Educação ou outros, atendendo a estudos com recorte histórico em 1950, 1960, 1970 e 1980.

Os primeiros vestígios que trataram sobre o aparecimento do termo Escola de Aplicação na Paraíba relacionam-se com a Lei nº 16 de 13 de dezembro de 1935. Esta instituição se voltou a atender a demanda do ensino primário, sendo vinculada, especialmente, a Escola de Professores do IEP, ambiente de formação das professoras primárias¹². Assim, a palavra “aplicação” atendia ao objetivo de constituir o ambiente de prática, de demonstração e servindo de experiência para aquelas que estavam em processo de formação.

Em período histórico anterior, as escolas normais surgiram com a finalidade de preparação para o magistério da instrução primária. No Brasil, a partir do processo de institucionalização das escolas normais, ainda no século XIX, aparecem as escolas anexas e/ou escolas modelos, integradas ao processo de formação do professorado, servindo de espaço para a prática da profissionalização, reforçando os conhecimentos teóricos adquiridos nas escolas normais. A responsabilidade das aulas práticas nas escolas anexas ou modelo ficava sob a orientação dos professores de Pedagogia ou Prática de Ensino. Por mais que a institucionalização das escolas normais no Brasil não seja objeto nem finalidade desta pesquisa, muito menos o período histórico demarcado, consideramos que se faz necessário salientarmos alguns pontos que podem colaborar para chegarmos até a compreensão das Escolas de Aplicação.

Do mesmo modo, em período histórico posterior, a começar nos anos de 1930, teremos a institucionalização dos Institutos de Educação no Brasil que, vinculados ao projeto escolanovista e conjugando com a preocupação da prática dos alunos e das alunas em formação, versaram em escolas destinadas à demonstração da prática, por vezes aparecendo o termo Escola de Aplicação.

Em outro momento, a partir de 1946, as escolas/colégios de aplicação estiveram densamente vinculadas ao contexto de formação de docentes desenvolvida por instituições de ensino superior, condição distinta do cenário paraibano. A partir do decreto nº 9053 de 12/03/1946, criou-se um ginásio de

¹² Entendendo que, neste momento, as Escolas de Professores se voltam quase que exclusivamente a frequência feminina.

aplicação nas Faculdades de Filosofia do País, que diante do exposto no art. 1º estabeleceu nas *Faculdades de Filosofia federais, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados nos cursos de Didática.*

Nos anos 40 o ideário renovador povoava as discussões educacionais enredando-se na prática pedagógica de algumas escolas e no discurso dos educadores. Introduzidos no Brasil a partir do processo de redemocratização que marcou a sucessão do até então ditador Getúlio Vargas. As ideias escolanovistas ganham espaço privilegiado no processo de constituição dos Colégios de Aplicação (CAs). Apesar de ser uma ideia sem muita aceitação pelas iniciativas oficiais, o surgimento de um colégio de demonstração dessas ideias, nasce no interior das Faculdades de Filosofia tendo em vista a necessidade desta, no que se refere às aulas de prática de ensino ali ministradas, aos futuros professores do ensino secundário. Instituições de caráter semelhante já funcionavam na Alemanha e Estados Unidos (SILVA, 2014, p.8).

Contudo, conforme Frangella (2000) e Correia (2017), antes mesmo da aprovação do decreto pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), algumas decisões acerca dos colégios de aplicação já estavam em debate¹³.

Foi neste contexto político que os Colégios de Aplicação (CAP) foram criados, pouco antes da posse de Dutra, em 1944, quando Lourenço Filho, como diretor do INEP - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa, solicita a Álvaro Neiva os primeiros estudos para a implantação dos Colégios de Demonstração vinculados à Faculdade de Filosofia, inspirados pelos escolanovistas, o que mostra que os estudos para a inserção destes colégios já se faziam presentes na transição da ditadura para a democracia (CORREIA, 2017, p.117).

Assim, os colégios de aplicação foram instaladas em universidades públicas e privadas, por vezes mantidas até os dias atuais, como por exemplo: Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CAp -UFPE); Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAp-UFRN); Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS); Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp-UFRJ); Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CAp-UERJ); Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA); Antigo Colégio de

¹³ Um exemplo é o Colégio de Aplicação da Bahia que “[...] foi fundado pela congregação da Faculdade de Filosofia em 13 de junho de 1944, antes mesmo do Decreto-Lei nº 9.053. Todavia, somente iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 1949 [...]” (WAIANDT, SILVA, S/D, p. 590).

Aplicação: Colégio Teresiano da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), entre outros.

Figura 1: Quadro com escolas de aplicação vinculadas as Universidades Federais e Estaduais

<i>ESCOLA</i>	<i>DATA</i>	<i>OFERTA</i>	<i>ENDEREÇO</i>	<i>UNIV</i>
Colégio de Aplicação	1948	fundamental e médio	www.cap.ufrj.br	UFRJ
Centro pedagógico da escola de Educação Básica e Profissional	1954	Fundamental, médio e profissionalizante	www.cp.ufmg.br	UFMG
Colégio de Aplicação	1954	fundamental e médio	www.cap.ufrgs.br	UFRGS
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira	1957	Fundamental e médio	www.cap.uerj.br	UERJ
Colégio de Aplicação	1958	Fundamental e médio	www.ufpe.br/cap	UFPE
Colégio de Aplicação	1959	fundamental	www.ufs.br	UFS
Escola de Aplicação da Faculdade de Educação	1959	Fundamental e médio	www.ea.fe.usp.br	USP

Colégio de Aplicação	1960	Fundamental, médio e profissionalizante	www.uel.br	UEL
Colégio de Aplicação	1961	fundamental e médio	www.ca.ufsc.br	UFSC
Escola de Aplicação	1963	Infantil, fundamental, médio e EJA	www.escoladeaplicacao.ufpa.br	UFPA
Colégio de Aplicação	1965	médio	www.coluni.ufv.br	UFV
Colégio de Aplicação João XXIII	1965	Fundamental, médio e EJA	www.ufjf.br/joaooxxiii	UFJF
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicados à Educação	1966	fundamental e médio	www.cepae.ufg.br	UFG
Colégio de Aplicação	1968	Fundamental, médio e profissionalizante	www.colun.ufma.br	UFMA
Centro Integrado de Educação Assis Chateaubriand	1969	Fundamental e médio	www.uefs.br	UEFS
Colégio de Aplicação Pedagógica	1974	fundamental	www.uem.br	UEM
Escola de Educação Básica	1977	Infantil, fundamental e EJA	www.eseba.ufu.br	UFU
Núcleo de educação Infantil	1979	infantil	www.nei.ufrn.br	UFRN
Colégio de Aplicação	1982	Fundamental e médio	www.ufac.br	UFAC
Centro de Educação Infantil Criarte	1982	infantil	www.portal.ufes.br/creche	UFES

Fonte: Cavalcanti, 2011.

Desse modo, diante dos apontamentos através da construção histórica, a criação e funcionamento das escolas de aplicação, desde sua gênese, e nos casos aqui situados, estiveram integrados a formação de professores, sendo um campo de experimentação para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e atuação profissional.

2.2. As Escolas Normais e suas escolas anexas: reflexões iniciais para a consolidação das Escolas de Aplicação

A historiografia da institucionalização das escolas normais no Brasil é foco da dedicação de estudo de vários pesquisadores. Aqui, apontaremos considerações, sobretudo, a partir da obra *As Escolas Normais no Brasil: do império a república* (2008), sendo resultado das pesquisas de 31 pesquisadores que contribuíram com a análise do processo de formação dos professores, especialmente a partir do surgimento das escolas normais desde as províncias imperiais até os estados republicanos. Dado os resultados das pesquisas, percebemos a presença de escolas anexas ou escolas modelos integradas às escolas normais como ambiente de prática, dedicadas a demonstração das demandas didáticas, principalmente das abordagens metodológicas.

Assim, as escolas anexas apareceram de acordo com a consolidação da primeira Escola Normal do Brasil criada em 1835, na unidade federativa do Rio de Janeiro, cidade de Niterói. Villela (2008) aponta que a partir da direção de José Carlos de Alambardy Luz, nos anos 70 dos oitocentos, a Escola Normal passou por diversas mudanças sendo uma delas a “transformação das “anexas” em escolas “modelo” de prática sob a direção Pedagógica da Escola Normal” (VILLELA, 2008, p.40).

Na província da Bahia, a realização da prática de métodos funcionava anexa a Escola Normal (1836)¹⁴, indicando que os alunos ao final do curso “eram

¹⁴ As datas que acompanham as escolas normais nas suas unidades federativas representam a data de criação a partir de dispositivos legais ou por ato do poder legislativo ou executivo, não pontuando fechamentos ou reaberturas. Informações mais detalhadas encontram-se na coletânea citada.

submetidos à verificação do aprendizado das lições teóricas e dos exercícios práticos na escola anexa” (ROCHA, 2008, p.52).

Na implantação da Escola Normal de Cuiabá (1842), os pesquisadores relataram que, em 1911, a Escola Normal bem como a Escola Modelo Anexa funcionaram “num ambiente sem condições pedagógicas e higiênicas” (SÁ; SÁ, 2008, p.65).

Em São Paulo, na Escola Normal (1846) inicialmente as escolas anexas eram ausentes, no entanto, havia preocupação em demonstrar os métodos. Posteriormente, na segunda fase (1875-1878), a escola compôs na 1ª cadeira oferta de “exercícios práticos nas escolas da capital [...] ficando anexas duas escolas de instrução primária” (DIAS, 2008, p.83 -84). Ainda considerando o estado de São Paulo, Saviani (2014) abordou que para Caetano de Campos, diretor da Escola Normal, antes de reformar a Instrução Pública (1890) devia-se instalar escolas modelos de 2º e 3º graus:

Em consequência é criada a Escola-Modelo, anexa à Escola Normal de São Paulo, como um órgão de demonstração metodológica, composta por duas classes, uma feminina e outra masculina. Para reger a primeira foi contratada Dona Guilhermina Loureiro de Andrade e, para a segunda, Miss Márcia Browne (SAVIANI, 2014, p, 23) (Grifos nossos).

A reforma da instrução pública iniciou-se pela Escola Normal, mais especificamente pela criação da Escola-Modelo, considerada o coração da reforma. Destinada à prática de ensino dos alunos-mestres da Escola Normal, a Escola-Modelo funcionou como um campo de experimentação. Além de promover a formação técnica dos professores, atuou como centro de irradiação dos novos métodos de ensino – propriamente o método intuitivo ou lições das coisas – e ainda como referencia de organização da escola primária (SOUZA, 2014, p.105) (Grifos nossos).

Em Piauí, o regulamento da Escola Normal (1864) determinava que os exercícios escolares fossem feitos em escola primária da capital, ficando esta anexada a normal, a “[...] grade curricular comportava ainda uma aplicação prática dos conhecimentos adquiridos a ser feita em uma das escolas primárias da Capital [...]”. (LOPES, 2008, p.111). No período republicano de 1911, destacou-se a Escola Modelo para prática de professoras normalistas.

Para a organização da Escola Normal do Paraná (1870), uma das primeiras sugestões foi à criação de escolas anexas, *sendo oficinas para os normalistas*. Conforme Miguel (2008, p. 151) “A justificativa para as escolas de aplicação, Ildefonso Correia, vice-presidente da Província, buscou na reforma da educação na França, de 1887. Dizia ele que tais escolas representaram assim o importante papel que lhes assinalou na França a lei última do ensino público [...]”.

No caso da Escola Normal de Rio Grande do Norte (1873), na sua segunda etapa, período republicano, a partir do decreto de 1910, “as atividades da Escola Normal de Natal deveriam ser sistematicamente articuladas com as atividades programáticas do Grupo Escolar “Augusto Severo” [...]” (ARAÚJO; AQUINO; LIMA, 2008, p. 195).

Diferentemente das demais situações, a Escola Normal do Ceará (1878) surgiu com suas instalações em prédio próprio, construído nos anos de 1884 para essa finalidade “inclusive, com duas escolas anexas para a prática das professorandas, uma do sexo feminino e outra do sexo masculino [...]” (SILVA, 2008, p. 209).

Sobre a Escola Anexa do Ceará, pontuada por Olinda (2003):

Escola primária inaugurada em 1884 com a denominação de Escola Anexa. Fez parte da estrutura da Escola Normal até 1918 quando foi extinta pela lei que reformou o ensino normal. Reapareceu na Reforma de 1922 com a denominação de Escola Modelo, permanecendo como escola de referência para o ensino primário cearense e campo de experimentação das normalistas até 1975. Naquele ano, uma lei estadual transformou-a em Escola de 1º e 2º graus Marechal Juarez Távora (OLINDA, 2003, nota de rodapé, p. 157).

Assim, compreendeu que a Escola de Anexa do Ceará não recebeu propriamente o nome de Escola de Aplicação, sugerida pela autora, mas possuía finalidade típica de sua posição, condicionando a experimentação, a prática das alunas da Escola Normal, servindo de “laboratório de pedagogia”.

Em 1922, Lourenço Filho renovou o ensino com uma reforma educacional no Estado do Ceará, postulando a instituição como escola modelo. Apesar das mudanças metodológicas desde os anos de 1920 com a adesão das lições de coisas e em 1930 com os centros de interesse de Decroly, a autora defende que a Escola de Aplicação do Ceará manteve um ensino tradicional com algumas

modificações, pois, “mesmo quando os centros de interesse eram trabalhados, era a lógica disciplinar que orientava o ensino” (OLINDA, 2003, p.163). A autora justifica que esse hiato entre o discurso e a prática pode ser decorrente de vários fatores, entre eles: a indisponibilidade de matérias na escola, condição para atender as inovações educacionais; a própria legislação que exigia um padrão uniforme aos professores que foram formados numa perspectiva tradicional; e o consumo de uma literatura fragmentada e superficial que dificultava operacionalizar os novos métodos. Desse modo, veremos que métodos ditos novos e modernos conviviam com os fragmentos dos métodos tradicionais.

A formação da Escola Normal da Paraíba (1883) sofreu diversas tentativas desde o ano de 1864, demarcada por percursos que se iniciam desde o surgimento de uma cadeira de pedagogia no Liceu, posteriormente uma cadeira de ensino normal também relacionada ao Liceu em 1874, até chegar a sua consolidação através da inauguração em 1885, criada a partir da lei 761 de 1883, onde transformou o Liceu numa Escola Normal¹⁵. Mesmo diante dos dispositivos legais e após a sua criação, a instituição ainda prosseguiu com as tentativas de implantação.

Em outro momento, 1885, o ensino normal passou por uma reorganização através da reforma do presidente da Província Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho, onde se criou o Externato Normal voltado para o sexo feminino. Esta organização buscou seguir os rumos da instituição do Rio de Janeiro, ampliando para 3 anos de curso, incorporando as disciplinas e estruturando o tempo escolar na divisão do horários de aulas e intervalo, bem como o direcionamento de observações nas escolas anexas. Conforme Kulesza, (2008, p.273), “o regulamento do Externato Normal de 14 de janeiro de 1886 o artigo 14º afirmava explicitamente a escola anexa será mista”. A partir da reforma de instrução pública no ano de 1888, a Escola Normal foi regulamentada “trazendo como maior inovação o estabelecimento de escolas anexas, uma feminina e outra masculina” (KULESZA, 2008, p. 266).

¹⁵ Ver Araújo (2010). *Escola Normal na Parayba do Norte: movimentos e constituição da formação de professores no século XIX* (Tese de Doutorado).

Foi também neste período¹⁶ que a ex-aluna Amélia Garcez Alves Lima passou a ser titulada e dirigiu a escola anexa, sendo contratada pelo presidente da Província. Porém, anteriormente, em 1886, a primeira mulher a trabalhar no Externato Normal foi Maria Amélia Peixoto da Silva Jurema ministrando as aulas de Trabalho de agulhas e Economia Doméstica para as normalistas, sendo regente da instituição e assumindo responsabilidade com a escola anexa já que funcionava no mesmo prédio. Contudo, em 1887 a professora citada havia solicitado licença por um ano para tratamento de saúde, segundo dados de Kulesza (2008) através da lei nº 839.

Uma vez que, a direção da Escola Normal era destinada ao Diretor Geral da Instrução, a instituição careceu de uma direção direta. Competiu-se à professora Maria Amélia Jurema a inspeção com o ensino, visto que, possuía o título de regente o que oportunizada certa superioridade com relação aos demais professores. Entretanto, Souza Bandeira, presidente da Província, se apressou em corrigir essa situação, entendendo que era irregular, pois os professores da escola anexa seriam subordinados aos professores normalistas. O presidente da Província também esclareceu que a escola anexa fornecia ensino com *condições rudimentares e improprias para servir de exemplo as normalistas* (PARAHYBA DO NORTE, 1886, p.29), mesmo enfatizando que a professora possuía capacidade e prestava bons servidos, mas, sendo necessário destinar um diretor¹⁷.

A vinculação da escola anexa com a Escola Normal prossegue até suas instalações serem transferidas para um prédio projetado para o desenvolvimento das duas no ano de 1919, e permanecendo até a Reforma da Instrução de 1935, quando a partir de Lei nº 16 criou-se o Instituto de Educação da Paraíba - IEP em substituição a Escola Normal, que incorporou a Escola de Professores e no ensino primário a Escola de Aplicação sendo, esta última, campo de experimentação. Antes, funcionavam em prédios distintos, porém, próximos, não havendo organização em edificações próprias para o ensino, indicando que a escola anexa funcionava em espaço alugado. Mesmo com implantação do IEP em 1935 por força da lei, algumas fontes (a exemplo da *Revista do Ensino* 1932-

¹⁶ Em 1888 havia 27 normalistas numa sala e 63 alunos na escola anexa, sendo 53 meninas e 10 meninos sob a regência da professora Amélia Garcez Alves Lima, ver Kulesza (2008).

¹⁷ Para mais informações ver Kulesza (2008).

1942) não tratam a Escola de Aplicação vinculada ao instituto, mas sim a Escola Normal, aparecendo essa relação apenas em 1939 quando é inaugurado o prédio do IEP¹⁸.

No que concerne o caso da Escola Normal do Rio de Janeiro (1880), criação anterior ao da Paraíba, sabemos que a primeira iniciativa se organizou de modo particular, gratuita, no ano de 1874. Apenas em 1880 inaugurou-se a Escola Normal pública. A partir da modificação do regulamento em 1888, “Preveem-se Escolas de Aplicação separadas para a prática do ensino, não podendo faltar a masculina, indicando predominância desse gênero na Escola Normal” (ACCÁCIO, 2008, p. 218). Foi também neste período, através dessas modificações, que os professores da Escola de Aplicação teriam os salários equiparados ao do professor das cadeiras da Escola Normal. Portanto, a partir do que foi formalizado no Rio de Janeiro, podemos apontar para o primeiro indício do uso da nomenclatura Escola de Aplicação, considerando seu aparecimento ainda num contexto imperial vinculado a Escola Normal da Corte.

Em 1890 e 1891, apesar de várias mudanças alterarem a estrutura do curso da Escola Normal do Rio de Janeiro, que mesmo perdendo a cadeira de Pedagogia, a Escola de Aplicação seguiu ativa, prosseguindo com a finalidade de garantir a prática aos/as alunos/as em processo de formação. Como ressalta Accácio (2008):

A Escola Normal reassume, em maios de 1890, o caráter positivista, introduzindo a série hierárquica das ciências abstratas, segundo a classificação de Comte. O curso volta a ser noturno, cresce para cinco anos e a cadeira de Pedagogia desaparece, **mas continua a Escola de Aplicação diurna, no edifício da Escola Normal, onde alunos e alunas praticam, sem embasamento teórico.** A desconsideração de uma teoria da educação, desse modo, não se reflete em desvalorização da prática, em razão da consonância da estrutura da Escola Normal à filosofia positivista (ACCÁCIO, 2008, p. 218). (Grifos nossos).

A Constituição republicana de 1891 atribuiu competências quanto a instrução [...]. Atrela-se, assim, o ensino normal ao ensino primário regional na capital federal [...]. [...] o Conselho Municipal interfere na estrutura da Escola Normal, que permanece mista, com idade de ingresso mínima de 15 anos e mantendo a exigência do exame de admissão para os que não possuem o certificado de estudos primários de 2º grau. O curso, porém, se

¹⁸ Assunto a ser abordado no próximo capítulo.

volta a ser diurno, com currículo positivista somado às humanidades, desenvolvido em três séries (Programas, 1894). **Continua a não constar nenhuma cadeira pedagógica, mas a prática permanece valorizada na Escola de Aplicação**, dirigida por professor e professora com o mesmo salário dos Professores de Ciências e Letras. Assim, a formação profissional mantém a cópia da prática, sem estudos específicos de educação que a embasem (ACCÁCIO, 2008, p. 219). (Grifos nossos).

Desse modo, a ausência da cadeira de Pedagogia não interferiu na Escola de Aplicação como ambiente modelar para observação e experimentação da prática do ensino primário. O retorno da cadeira de Pedagogia se deu em 1897, quando também se exigiu fazer estágio de 6 meses em escolas primárias.

A reforma Afrânio Peixoto, em 1916, reestruturou novamente a Escola Normal e direcionou novos rumos a Escola de Aplicação. Esta deixou de ser uma escola primária autônoma para:

“[...] torna-se um instituto primário destinado aos alunos da Escola Normal, subordinado diretamente ao Diretor da Escola Normal e, finalmente, em 1915, é anexada à Escola Normal, embora situada em outro prédio escolar [...]” (ACCÁCIO, 2008, p. 220).

Assim, entre os anos de 1928 a 1930, por meio da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal vinculada a Fernando de Azevedo, predominou-se o projeto para a construção de um novo prédio para a Escola Normal do Rio de Janeiro. A intenção do projeto, além de outros fatores, se voltou para a garantia de uma melhor estrutura, unindo no mesmo ambiente o curso normal e seus anexos, compreendendo o Curso Complementar, a Escola de Aplicação e o Jardim da Infância (ACCÁCIO, 2008). Dois anos depois, através do Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, sendo Anísio Teixeira o novo Diretor, transformou a Escola Normal e seus anexos em Instituto de Educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro).

Para requisito de compreensão das distintas nomenclaturas recebidas, as escolas anexas, escolas de aplicação ou escola/grupo modelo, passaram apenas por modificação do termo, porém, possuíam a mesma finalidade atendendo o campo de experimentação e prática de jovens normalistas.

Quadro 3: Nomenclaturas recebidas pelos Campos de experimentação, demonstração e prática.

Campo de Formação	Campo de experimentação, demonstração e prática	Períodos
Escola Normal	Escola Anexa ou Escola de Aplicação	Décadas finais de 1800
Instituto de Educação	Escola de Aplicação ou Escola/Grupo Modelo	Décadas de 1920-1930
Faculdade	Colégio de Aplicação	Décadas de 1940-1950

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das informações coletadas.

É possível observar que, o contexto das escolas normais e suas escolas anexas contribuíram para compreensão que envolve a finalidade atribuída as escolas de aplicação, apontando para o uso do termo já nesse período em alguns casos. Em outras situações, veremos o surgimento da nomenclatura vinculado aos Institutos de Educação, porém, tal função destinada às escolas de aplicação expressou herança conduzida desde os princípios dos cursos de formação de professores/as no Brasil.

2.3. Os Institutos de Educação e a formação de Escolas de Aplicação

Conforme Marilda Iwaya (2000) já havia rumores sobre a criação do Instituto de Educação do Paraná desde 1870 quando as autoridades começam a se preocupar com um colégio feminino. No período posterior, 1940-1950, foi ocupado por uma diretora mulher.

[...] criado em 1876, atinge maturidade nas décadas de 1940 e 1950, época em que se consolida como a principal escola de formação de professores do Estado e seu discurso e prática pedagógica refletem importantes idéias educacionais da época. [...] Nesse período que o cargo de direção será ocupado pela primeira vez por uma mulher, a professora Eny Caldeira (IWAYA, 2000. p.4).

No entanto, por mais que a autora estabeleça a relação com a data inicial destacada com a nomenclatura do Instituto de Educação, a mesma pontua a criação de uma Escola Normal. Todavia, neste momento havia mais preocupação

com o ensino secundário do que com a formação de professores, pela omissão do ensino de Pedagogia no curso. Pelo que se apontou a lei nº 456 criou a Escola Normal e o Instituto: “Em 12 de abril do mesmo ano, pela lei número 456, é criada a Escola Normal e o Instituto Paranaense (antigo Liceu, e posteriormente Ginásio Paranaense)” (IWAYA, 2000, p. 6). Os cursos eram ofertados no mesmo espaço. Com o Regulamento orgânico da Instrução Pública, de 1876, a Instrução Normal dividiu-se em dois anos e compôs o mesmo corpo docente do Curso Normal, além de anexar ao instituto uma escola primária para a prática dos normalistas.

Art. 15 – A Instrução Normal será dada no Instituto Paranaense e o seu curso se dividirá em dois anos:

1º ano – gramática nacional, pedagogia, metodologia, instrução moral e religiosa.

2º ano – aritmética, geometria, geografia, história do Brasil e direito público.

Art. 16 – Os professores do Instituto serão os mesmos do Curso Normal.

[...]

Art. 18 – Ao Instituto Paranaense será anexada uma escola primária, onde possam exercitar-se no ensino prático os alunos da Escola Normal (IWAYA, 2000, p. 7).

Somente em 1917, como uma nova reforma do Curso Normal, os cursos tiveram as aulas separadas e com normas próprias, contudo, ainda situados no mesmo prédio e com o mesmo corpo docente. Seguindo a direção nacional, a escola Normal possuía um grupo anexo. Em 1922 o Instituto passa a ser instalado em novo prédio, nomeado de Palácio da Instrução, e a Escola Normal também assume instalações próprias. Logo, o Instituto de Educação ofereceu cursos de pré-escolar, primário, ginasial, administração escolar e mais tarde os cursos adicionais, tornando-se sinônimo de escola de magistério (IWAYA, 2000).

O Instituto de Educação de Porto Alegre seguiu a regra, originando-se da Escola Normal ainda do Império¹⁹. Posteriormente, consolidou-se sendo uma instituição feminina. Contudo, atendeu a mulheres da classe média da sociedade gaúcha²⁰ (LOURO, 1986).

¹⁹ Chamada de Escola Normal da Província de São Pedro, fundada em 05 de abril de 1869, originando assim o Instituto de Educação em Porto Alegre (LOURO, 1986).

²⁰ Guacira Lopes Louro (1986) afirma, em sua tese, que essa condição apareceu ao menos no período pesquisado (1930-1970).

Primeira escola normal do estado e por muitos anos a única, o I.E. teve o caráter de escola padrão, sendo o ensino ali ministrado e o perfil profissional proposto a base de orientação para os demais cursos normais do Rio Grande do Sul. Sua influência portanto era assim alargada, uma vez que servia de modelo a outras instituições regionais (LOURO, 1986, p.28).

A autora sinaliza que, durante sua longa trajetória, a instituição conjugou com as mudanças políticas do Rio Grande e do País, bem como acompanhou as “novas ideias e processos pedagógicos que surgiam”. Desempenhou um “papel pioneiro e difusor das tendências e teorias educacionais experimentadas no centro do país e no exterior” (LOURO, 1986, p. 28-39), formando desse modo às lideranças femininas.

No contexto do Rio de Janeiro, após assumir a Diretoria Geral de Instrução Pública nos anos de 1930, Anísio Teixeira transformou a Escola Normal em Escolas de Professores, incorporando o Instituto de Educação²¹ que também abarcava uma Escola Primária, uma Escola Secundária e um Jardim de Infância.

As Escolas Secundárias e Primárias e Jardim da Infância, mantendo, cada qual, sua organização autônoma e direção privativa, eram apontadas como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino aos cursos da Escola de Professores (Decreto 3810)²². Suas atividades giravam em torno das necessidades da formação para o magistério. Ao diretor da Escola de Professores competia a superintendência administrativa do conjunto, inclusive sendo responsável pela indicação dos demais diretores, que serviam em comissão (VIDAL, 2008, p. 236). (Grifos nossos).

A Escola Primária ficava distribuída no térreo do prédio. O Jardim da Infância funcionava em um pavilhão isolado e as demais escolas ocupavam o segundo e terceiro andar.

As aulas podiam ser matutinas ou vespertinas, sempre no térreo, dependendo do número de crianças matriculadas. Em 1933, para melhor cumprir os objetivos da reforma educacional realizada por Anísio Teixeira, foram reduzidas as turmas de primário, passando a funcionar a Escola apenas de manhã. Realizaram-se os ajustes necessários à nova função laboratorial do ensino. **A Primária tornava-se o campo de observação e pesquisa das alunas da Escola de Professores. Servia como local de investigação**

²¹ Posteriormente, a Escola de Professores do Instituto de Educação vinculou-se à Universidade do Distrito Federal.

²² Decreto 3.819, de 19 de março de 1932.

pedagógica às professorandas e de aprimoramento de sua prática docente. As professoras da Primária, assim, deveriam estabelecer seu planejamento em acordo com as necessidades da Escola de Professores sendo fiscalizadas no cotidiano das aulas pelo ingresso constante de professorandas observadoras. Seus métodos e sua conduta eram discutidos por alunas e mestres da Escola de Professores. A vigilância se fazia constante (VIDAL, 2008, p. 244). (Grifos nossos).

As professorandas realizavam observações e inquéritos sobre as disciplinas que cursavam, como Ciências Naturais, Literatura Infantil e Cálculo. Em grupos de três a quatro, sentavam-se em diferentes pontos da sala e anotavam o desenvolvimento da aula acompanhadas da professora responsável pelo ensino de Prática de Ensino da matéria que tinha ido observar. [...] Após uma hora de observações, saíam da sala e reuniam-se para debater a aula. As alunas expunham suas anotações, a professora ressaltava os pontos positivos e negativos da aula, o que tinha sido bem desenvolvido, o que precisava de retoques, de aprimoramento (VIDAL, 2008, p. 246).

Por mais que houvesse um ambiente para o desenvolvimento do ensino primário e que este fosse destinado como *campo de experimentação, demonstração e prática* para as professorandas da Escola de Professores, não foi possível encontrar, neste momento, a terminologia Escola de Aplicação destinada ao Primário.

Diante de um quadro docente com altos pedidos de transferências e licenças, a Escola Primária passava por dificuldades para funcionar. Assim, devido à ausência de professoras na Escola Primária, em certos momentos, as professorandas também ocuparam espaços atuando já a frente da função docente mesmo que ainda em processo de formação, sendo inclusive remuneradas por isso.

Tentando sanar as dificuldades iniciais da implantação da Reforma, professorandas da Escola de Professores foram encaminhadas para trabalhar junto ao primário. As alunas que mais se destacavam nas disciplinas de Prática de Ensino eram convidadas a atuar no próprio Instituto, geralmente no quarto e quinto anos, que a Reforma Anísio tinha transformado em “intermediário”, com formação em “regime de especialização”. Nestes, diferentes professoras ministravam as matérias de Linguagem, Cálculo, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Trabalhos Manuais e Desenho (VIDAL, 2008, p. 244).

A Escola Primária também recebia professorandas de outros lugares tendo em vista que a organização do Instituto do Rio de Janeiro instituiu-se como estabelecimento modelar para todo país. Logo, em 1933, recebeu “observadoras, professoras de outros Estados (Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro – Campo e Niterói), participantes dos Cursos de Aperfeiçoamento, oferecidos pelo Instituto” (VIDAL, 2008, p.246).

Assim, por mais que não assumisse outra vez a nomenclatura de Escola Aplicação no Rio de Janeiro, a escola destinada ao atendimento do ensino primário, nomeada somente de Escola Primária, prosseguiu no Instituto de Educação com o objetivo de ser ambiente de prática, campo de experimentação para as alunas em formação.

Diferente do contexto paraibano, em que o termo designado Escola de Aplicação emergiu a partir da institucionalização do IEP, no Rio de Janeiro a terminologia surgiu a partir da vinculação com a Escola Normal ainda Imperial permanecendo até o início da Segunda República, cumprindo a sua função, embora houvesse as decorrências das reformas educacionais.

2.4. Contexto Político e Educacional no Brasil e na Paraíba nos anos de 1930: notas sobre o Movimento Escola Nova

Em 1930, com o Governo Provisório do presidente Getúlio Vargas, a educação configurou-se como área importante, se enquadrando no interior de Projeto de Nação preocupado com a educação da população direcionada para o contexto de desenvolvimento socioeconômico frisado por um processo de urbanização e industrialização.

Ainda no período ditatorial marcado pelos anos de 1937-1945, Estado Novo, o Governo Federal continuou a desenvolver reformas educacionais atendendo a oferta de uma educação voltada à população brasileira. Entretanto, condicionou-se a um projeto com perfil mais conversador, uma vez que se situava em um período histórico autoritário.

A educação servia ao projeto desenvolvimentista articulada a atender de modo distinto as diversas classes sociais, ficando a serviço da nação, porém

ainda com baixo impacto nas pequenas cidades do país (MACHADO; NUNES, 2021).

Sobre o atendimento ao ensino primário nas décadas de 1930, Freire (2016) observa que este fazia parte do projeto de Vargas:

[...] educação primária a partir daquele momento foi elegida como de suma importância para auxiliar no projeto de Nação que Vargas tinha para o Brasil, pois a ideia geral do presidente e do grupo político que o apoiava era formar as crianças desde os primeiros anos de escolarização para o novo modelo social e econômico que o país estava vivenciando. (FREIRE, 2016, p.35).

Logo, neste período, a educação a nível nacional foi marcada pelas reformas educacionais, pela criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1930), pela Reforma Francisco Campos (1931) que atingiu o ensino secundário, pela instauração das Constituições Federais de 1934 e de 1937, conjugando enredos diferentes para a educação, e pela Reforma Capanema (1942), atingindo o ensino secundário e a organização universitária.

O sistema educacional nacional foi sendo construído a partir de um regime fragmentado, por leis e regulamentos distintos e ambíguos. Na tentativa de conduzir uma organicidade ao sistema, o Governo Federal, através do Ministro da Educação Gustavo Capanema²³, passou a produzir as Leis-Orgânicas ou os Decretos-Leis elaborados, sobretudo, durante o Estado Novo. Promulgou-se em 1942 a legislação para o ensino industrial e ensino secundário, em 1943 para o ensino comercial e em 1946 para o ensino normal, agrícola e primário. Desse modo, a Lei Orgânica do Ensino Primário (1946) traçou diretrizes gerais para esta etapa do ensino, visto que, continuou a ser incumbência dos estados. Os decretos-leis interviam e legitimaram-se politicamente como mecanismo autoritário, além de continuar a fragmentar os diferentes níveis de ensino. De toda forma, em vista ao período da nossa pesquisa, essas reformas pouco afetaram o

²³ Gustavo Capanema Filho (1900-1985): “Em 1924 o jovem Gustavo se forma na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais [...]. Volta, depois, para sua cidade natal Pintagui, onde advoga, dá aula de psicologia infantil e ciências naturais na Escola Normal e é eleito para a Câmara de Vereadores. Em 1930, vem para Belo Horizonte como oficial de gabinete de Olegário Maciel, de quem se torna secretário do Interior após a Revolução de 30, da qual participa ativamente. Assume interinamente a interventoria do estado em 1933, após a morte de Olegário Maciel, transferindo-a três meses depois para Benedito Valadares. Antes, havia participado da fundação do Partido Progressista Mineiro, que derrota o Partido Republicano Mineiro as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Assume o Ministério da Educação e Saúde em 1934, nele permanecendo até a queda do Estado Novo em 1945” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 15).

ensino primário, pois era de “competência dos estados, herança da legislação do Império e do caráter descentralizador da República” (ANDREOTTI, 2010, p. 108).

A posição de Capanema ao assumir o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, empossado em 26 de julho de 1934, conota evidências de um acordo entre a Igreja e o regime de Getúlio Vargas, aprovando na Constituição de 1934 “emendas religiosas”, trazendo no documento expressões de tendências conservadoras que favoreceram o ensino religioso.

Mais significativas, no entanto, são as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde como parte do acordo geral que então se estabeleceu entre a Igreja e o regime de Vargas, proposto anos antes por Francisco Campos (SCHWARTZMAN, 1984, p. 47).

Esta mesma Carta Magna abordou em seu art. 150, parágrafo único, alínea a, o “ensino primário integral e gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos” (BRASIL, 1934). Também definiu, pela primeira vez, receitas para a educação, ratificando no art. 156 que caberia à União e aos municípios aplicar “nunca menos de dez por cento e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento do sistema educativo” (BRASIL, 1934). Já a Constituição Federal de 1937 trouxe uma ideia de gratuidade empobrecida e persistiu numa tendência conservadora. Em seu art. 133 tratou sobre ensino religioso “matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias”, não se constituindo “objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (BRASIL, 1937).

As reformas da educação defendidas pelo poder central a partir leis orgânicas mostram também a preocupação do Ministro Capanema com a dualidade do ensino, uma educação para elite e outra para a classe popular, dando mais importância ao preparo das elites via ensino secundário. Pois, como assevera Schwartzman (1984, p. 206), para o ministro:

[...] era mais importante o preparo das elites do que a alfabetização intensiva das massas. Só com verdadeiras elites se resolveria, não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de nossa civilização.

Não é difícil perceber que este planejamento admitiu ações decisivas nos Institutos de Educação, como no caso da Paraíba em que o IEP assumiu formas distintas do projeto inicial, recebendo na inauguração, em 1939, somente as instalações do Liceu Paraibano, valorizando o ensino secundário.

Em contrapartida, Cardoso advoga que (2019, p. 12) poucos alcançariam a educação destinada a elite, sendo assim, “[...] o trabalho do Gustavo Capanema se destaca essencialmente pela elaboração de uma estrutura educacional voltada para as massas e que atendesse às novas demandas de um país em transformação”. Haja vista que, segundo Machado e Nunes, o ensino primário ainda “estava longe de satisfazer as necessidades de uma população dispersa em uma grande extensão territorial, estimada na época em cerca de 35 milhões de pessoas” (MACHADO; NUNES, 2021, p. 36).

De modo paralelo, ao assumir a Associação Brasileira de Educação – ABE²⁴, em 1920 e 1930, os educadores renovadores divulgaram a campanha pela causa “cívico-educacional”, sendo a primeira instância a propagar o movimento de renovação da educação (CARVALHO, 2005). Lançaram, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros, protagonizado pelos renovadores da educação ou pioneiros da Escola Nova, liderados por Anísio Teixeira²⁵, Fernando de Azevedo²⁶ e Lourenço Filho²⁷, preocupados com a elaboração e o desenvolvimento de uma política educacional baseada na gratuidade, obrigatoriedade, democratização, laicização e co-educação do ensino, um sistema único de ensino, princípios contrários aos defendidos pelas esferas conservadoras da Igreja Católica. No campo do ideário pedagógico é intensa a influência do escolanovismo, traduzido no Manifesto (1932).

²⁴ Criada em 1924, por Heitor Lyra. Segundo Saviani (2013, p. 178), foi uma “entidade ampla, capaz de congregar todas as pessoas, de várias tendências, em torno da bandeira da educação. A ABE, no entanto, constituiu-se num espaço propício em torno do qual se reuniram os adeptos das novas ideias pedagógicas. Sua força revelou-se diretamente proporcional à sua capacidade de organização. Em 1927 a ABE organizou a I Conferência Nacional de Educação, evento este que passou a ser promovido regularmente nos anos seguintes”.

²⁵ Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de Julho de 1900, na cidade de Caetité, na Bahia. Na sua condição de intelectual e educador difundiu as ideias do Movimento da Escola Nova no Brasil, reformando a educação do Rio de Janeiro e da Bahia.

²⁶ Fernando de Azevedo nasceu em 2 de abril de 1894, na cidade de São Gonçalo do Sapucaí – MG. Participou da organização do campo educacional que contribuiu para a propagação do Movimento da Escola Nova.

²⁷ Manuel Bergström Lourenço Filho nasceu em 10 de março de 1897, na cidade de Porto Ferreira – SP. Como educador contribuiu com o Movimento da Escola Nova, especialmente no campo da Psicologia Educacional.

Os embates dos renovadores com os educadores católicos persistiam desde as décadas de 1920, ficando mais acirrados a partir de 1930, quando os renovadores passam a protagonizar mais ações e cargos na educação pública. Diferentemente do que vinha sendo estabelecida a nível global, a Escola Nova no Brasil incorporou-se a partir do setor público, incidindo nas políticas educacionais.

O movimento dos pioneiros da Escola Nova entendido como o movimento educacional brasileiro de renovação de ensino, Escola Nova, atrelou-se ao método de ensino da Escola Ativa. Sobre a gênese da escola ativa: o termo escola ativa, conforme análise do autor Daniel Hameline (1995) por Vidal (2010),

não se explicava apenas pela admiração passageira de um grupo ou população, mas por uma conjunção de eventos ao ritmo de uma história que entretence curta e longa duração e que espelha uma evolução das práticas e dos discursos pedagógicos. [...] conhecer a própria história do termo escola ativa, que entre 1917 e 1920 se firmou como expressão de uma nova concepção educacional. Identificava em Hameline três razões que teriam permitido a aparição da fórmula escola ativa. Eram elas: a) a expressão reenviava à atividade engenhosa dos professores dentro da classe; b) constituía-se em um slogan mais que um conceito; c) entretencia-se de maneira inseparável a uma teoria do trabalho manual, concebida como um meio de educação do espírito (VIDAL, 2010, p.14).

Nas bases conceituais do desenvolvimento histórico das Tendências Pedagógicas, conforme Libaneo (2013), a Pedagogia Nova (Renovada/ Escola Nova) incorpora a linha pedagógica de cunho liberal, sendo crítica da Pedagogia Tradicional e posicionou o aluno no centro da ação educativa, ou seja, um aluno ativo, sendo o professor um auxiliar. Saviani (1999) atribuiu essa pedagogia ao grupo das Teorias não-críticas, que entenderam ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. Assim, no Brasil, a expressão mais típica para este movimento de reforma educacional ficou conhecido sob o termo de Escola Nova ou “escolanovismo”, influenciado principalmente pelas ideias do norte americano John Dewey²⁸.

É no centro dos debates e das iniciativas educacionais possibilitados por esta ampla mobilização que ganharão

²⁸ John Dewey (1859-1952) foi um filósofo, psicólogo e pedagogo liberal. Exerceu influência na pedagogia contemporânea, sendo o defensor e propagador da Escola Nova. “A educação preconizada por Dewey era essencialmente pragmática, instrumentalista. Buscava a convivência democrática sem, porém, pôr em questão a sociedade de classe” (GADOTTI, 2003, 143).

visibilidade as novas idéias e as novas práticas pedagógicas disseminadas na Europa e nos Estados Unidos (CARVALHO, 2004, p. 92).

Assim, este movimento emergiu a partir da crítica ao tradicionalismo escolar, substituindo-os pelos (ditos) métodos modernos, com uso de métodos ativos que direcionavam o/a aluno/a ao centro do processo de aprendizagem, traçando atividades em grupos, atividades experimentais, trabalhos manuais, entre outros.

Logo, no contexto geral o período de 1920 a 1940 foi marcado pelo crescimento demográfico, aumento de matrículas no ensino primário, construção de prédios e adesão de novos métodos de ensino. Verificou-se que administrar a educação na Primeira República constituiu-se em esforços para garantir a demanda de atendimento educacional à população. As relações com a precarização e as medidas de ampliação se alinhavam a situação econômica desfavorável decorrente de um processo de urbanização e industrialização ainda baixo. Contudo, a hegemonia econômica estava nas mãos de São Paulo e Minas Gerais que participavam da política alcunhada de “Política de Café com Leite”, que a partir das oligarquias acordavam a escolha dos líderes políticos para o âmbito do governo estadual e federal, em que esta última instância era intercalada entre paulistas e mineiros. Porém, na década de 1920, essa política passa a entrar em declínio.

Na verdade, o que se convencionou chamar Revolução de 1930 foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica (ROMANELLI, 2010, p. 47).

A república dos “coronéis” e das oligarquias [...] teve seu apogeu no período conhecido como *República Velha*, período assim denominado pelos seus opositores, que denunciavam publicamente suas mazelas e pregavam a necessidade de derrubá-la, para substituí-la por uma *República Nova*, livre dos males, da corrupção daquele sistema dominado pelos coronéis, pelos chefes políticos “carcomidos”. Em outubro de 1930, os referidos opositores tomam o poder através d movimento armado que ficou conhecido como a “*Revolução de 1930*” e anunciavam aos quatro cantos do Brasil a instalação de “*um novo regime*”, “*a renovação completa da política nacional*” (GURJÃO, 2001, p.51).

No aspecto das concepções pedagógicas, percebeu-se uma significativa contribuição decorrente de uma efervescência circulação de saberes através dos movimentos culturais e pedagógicos. Para Romanelli (2010),

A I República teve, assim, um quadro de demanda educacional que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo. [...] De um lado, no campo das ideias, as coisas começaram a mudar-se com movimentos culturais e pedagógicos em favor de reformas mais profundas; de outro, no campo das aspirações sociais, as mudanças vieram com o aumento da demanda escolar impulsionadas pelo ritmo acelerado do processo de urbanização ocasionado pelo impulso dado à industrialização após a I Guerra e acentuado depois de 1930 (ROMANELLI, 1986, p.45).

No início da Primeira República tivemos, a nível nacional, a reforma Benjamin Constant (1890), que atendeu a reforma do ensino primário e secundário, em defesa da gratuidade da primeira etapa de ensino, o primário. Assim, nas décadas de 1920 instituíram-se reformas educacionais a nível estadual, destacando as conduzidas por Reforma Sampaio Dória, no ano de 1920, em São Paulo; Francisco Campos, no ano de 1927, em Minas Gerais; Fernando de Azevedo, no ano de 1929, no Distrito Federal; Carneiro Leão, no ano de 1929, em Pernambuco; Lourenço Filho, no ano de 1922 em Ceará e, no ano de 1930, em São Paulo.

Essas reformas eram instauradas considerando que, além da responsabilidade do Estado com a educação primária, os reformadores eram sujeitos preparados e possuíam a confiança dos líderes políticos.

Os elaboradores desses documentos eram pessoas reconhecidamente preparadas e, além disso, gozavam da confiança dos líderes políticos locais, daí por que recebiam aval para produzirem de acordo com seus conhecimentos e os métodos modernos de ensino; leia-se, de acordo com o que era feito na Europa e no sul do País (OLINDA, 2003, p. 167).

As reformas promovidas em diversos estados foram inspiradas na Escola Nova, clamando por modernização do país e baseadas nas primeiras prescrições para uma educação gratuita e leiga. Assim, a partir das ideais republicanos e liberais, o movimento da Escola Nova no Brasil se consolidou. Apesar das tensões e dos conflitos entre os líderes do movimento escolanovista e as esferas

conservadores da Igreja Católica, muitas inovações eram aprovadas nestas reformas educacionais.

Diante da consolidação das políticas nacionais, as políticas locais por vezes entravam em discordância ou concordância. Deve-se considerar que,

[...] durante o regime ditatorial de Vargas, que foi de 1937 a 1945, pouco se poderia discordar do que era elaborado pelas diretrizes estabelecidas pelos órgãos federais, tais como o INEP e o próprio Ministério da Educação (FREIRE, 2016, p. 21).

A Paraíba foi cenário importante para constituir as cenas de 1930, destacando-se nos conflitos político-partidários e, sobretudo, com a morte de João Pessoa²⁹, candidato a vice-presidência neste período, porém, assassinado após a perda nas eleições. O fato foi o estopim para a tomada do poder que conduziu ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, político que encabeçou a chapa com o paraibano. Neste período teremos como governadores³⁰ interventores: Álvaro Pereira de Carvalho (1930), presidente substituto; José Américo de Almeida (1930); Antenor de França Navarro (1930-1932); Gratuliano da Costa Brito (1932-1934); José Marques da Silva Mariz (1934-1935); Argemiro de Figueiredo (1935-1940); Antônio Galdino Guedes (1940); Rui Carneiro (1940-1945); Samuel Duarte (1945); Severino Montenegro (1945-1946); Odon Bezerra Cavalcanti (1946); José Gomes da Silva (1946-1947).

[...] à mudança das lideranças políticas, em todo o Brasil os presidentes eleitos haviam sido substituídos por interventores. A figura do interventor não somente era necessária, mas também bastante conveniente ao contexto do Governo Provisório de Getúlio Vargas (CARDOSO, 2019, p. 18).

No que se trata sobre a educação, na Primeira República, a Paraíba empreendeu na ampliação do ensino através da criação de grupos escolares, instituindo a *Era dos Grupos Escolares*, conduzidos pelos vícios escolanovistas (PINHEIRO, 2002).

²⁹ João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1878-1930), nascido em Umbuzeiro no dia 24 de janeiro de 1878, foi um advogado e político brasileiro. Era sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da República (1919-1922) e pertencente à oligarquia local. Assumiu-se presidente da Paraíba no período de 1928 a 1930, sendo candidato em 1930 à vice-presidência da República na chapa de Getúlio Vargas. Gurjão (2001) considera que seu governo na Paraíba provocou desentendimentos, visto que tentava depurar o coronelismo, impondo medida de controle, além de medidas para o comércio que provocaram uma reforma tributária.

³⁰ Nomenclatura da época denominava-se presidente.

Diante da precarização do funcionamento das escolas municipais, aprovou-se o Decreto nº 33, de 11 de dezembro de 1930, que direcionou o ensino primário como serviço exclusivo do estado.

Art.1 - O ensino publico primario, em todo o Estado, a partir de 1º de janeiro de 1931, constituirá serviço exclusivamente estadual, subordinados às leis, regulamentos e direcção que actualmente regem a instrucção primaria do Estado e Instrucção Publica expedirá as necessárias instrucções, regulando a nova situação das cadeiras actualmente mantidas pelos municipios.

Neste corrente ano, assumiu a Direção do Ensino Primário o professor José Baptista de Mello³¹. As ações desse professor conjugaram com os anseios da Escola Nova, sendo representante do movimento na Paraíba. Conforme Chartier (1990, p.23) esses representantes “marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade”.

Logo em 1935, a Reforma da Educação Paraíba, Lei nº 16, baseou-se no *Plano de Reforma* (1935) elaborado pelo professor, conduzido a partir de uma viagem que fez para conhecer as Escolas do Rio de Janeiro, especialmente, o Instituto de Educação, inspirado em Anísio Teixeira. Assim, o professor encaminhou o seu Plano ao governo, organizando um Instituto de Educação da Paraíba idealizado também para qualificar os/as professores/as primários/as. Faz-se necessário sinalizar que a Reforma do Ensino de 1935, seguiu alguns aspectos produzidos pelo *Plano de Reforma* de José Baptista de Mello, contudo ocorreram mudanças significativas³².

Apenas em 19 de abril de 1939 foi inaugurado o Instituto de Educação da Paraíba, momento de homenagem e comemoração referente à data natalícia do presidente Vargas. Neste primeiro momento, seu objetivo inicial foi modificado, deslocando para o prédio central o Liceu Paraibano que funcionava em outro espaço. Esse direcionamento operou na contramão do que foi instaurado como finalidade inicial dessas instituições, pois, a criação do Instituto de Educação no Distrito Federal por Anísio Teixeira organizava-se destinado a atender a formação de professores/as da rede pública de ensino, atuando também em escolas experimentais (CARDOSO, 2019). Certamente, a associação desses

³¹ Nascido em Texeira-PB, em 22 de dezembro de 1895, falecendo em 09 de novembro de 1973. Foi o principal difusor dos preceitos da Escola Nova

³² A ser situado no capítulo 4 dessa pesquisa.

acontecimentos parte, sobretudo, de modo mais direto a situação política do período.

Na Paraíba, o projeto de renovação do ensino provocou mudanças, especialmente, no comportamento pedagógico do professorado, abarcando uma formação pelas Revistas de Ensino, Intercâmbios, Semanas Pedagógicas, entre outros. Pinheiro (2002) aponta:

A implantação do projeto da escola renovada demandava, porém, mudanças no comportamento pedagógico do professorado [...]. Os gestores do estado paraibano, visando melhor qualificar os professores e, conseqüentemente, transforma-los em agentes ativos na difusão das ideias escolanovistas, recorreram à publicação da Revista do Ensino, à realização de semanas pedagógicas e ao intercâmbio de professores, inspetores, diretores de grupos escolares com profissionais de outros estados, principalmente o de Pernambuco, que, segundo Batista de Melo, há alguns anos, [podia] orgulhar-se do Brasil". (PINHEIRO, 2002, p.187).

Desse modo, através do projeto de renovação tivemos a adesão de uma *Revista do Ensino* (1932-1942) da Paraíba; uma Escola de Aperfeiçoamento, criada pelo decreto 497 de 12 de março de 1934; um projeto para o Instituto de Educação da Paraíba, tomado como referência o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, inspirado por Anísio Teixeira; Serviço de Instituições Auxiliares do Ensino: círculos de pais e mestres, clubes agrícolas, museus, caixas escolares, cinema escolar, entre outros; além de um diálogo mais acentuado com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, acordando o ensino primário da Paraíba as diretrizes nacionais e ocasionando a visita de Lourenço Filho³³. Neste momento, o INEP situava-se como órgão de orientação do Governo Federal para os problemas educacionais.

Portanto, situamos o processo de institucionalização e funcionamento da Escola de Aplicação da Paraíba, a partir de 1935, entrelaçado com o contexto histórico, político e pedagógico do período de efervescência dos moldes escolanovistas nas políticas educacionais e a substituição dos métodos tradicionais pelos considerados modernos, protagonizados para além dos sujeitos

³³ Vale lembrar que no período do Estado Novo, Lourenço Filho, membro pertencente do grupo dos pioneiros da educação no Brasil, vinculou-se ao projeto de educação de Vargas e Capanema, assumindo a coordenação do INEP.

do macro história, dos grandes políticos e intelectuais, mas sob o comando de lideranças, professores e professoras locais.

3. CAPÍTULO

A REVISTA DO ENSINO (1932-1942) E A CULTURA ESCOLAR PRIMÁRIA: indícios da prática educativa

Para o desenvolvimento deste trabalho se fez necessário buscar indícios históricos nos impressos com a perspectiva de consolidar os fatos históricos sobre a instituição em pesquisa. Esse caminho não era um propósito planejado desde o princípio, porém, se concretizou quando nos deparamos com as fontes memorialistas orais escassas.

No diálogo cruciante sobre as veredas acadêmicas com uma amiga que estava a trabalhar com a *Revista do Ensino* (1932-1942) do estado da Paraíba como fonte de sua tese, fui surpreendida, posteriormente, com sua mensagem alertando-me para um achado na revista, onde apresentava o nome de uma professora diretora da Escola de Aplicação. Mais uma vez, me sentia convencida que os impressos também seriam um percurso de fontes a serem investigados³⁴.

Logo, me debrucei a folhear as páginas digitais da *Revista do Ensino* (1932-1942). A seleção por esta revista não foi aleatória. Após investigar, tanto na leitura passo-a-passo de suas páginas quanto no estudo de teses e dissertações que a envolviam, compreendi a relação e a importância desta para o ensino primário na Paraíba.

Apesar de a revista anteceder o período histórico desse trabalho, uma vez que surge em 1932, os elementos que envolveram a constituição da Escola de Aplicação apresentados neste impresso reforçaram o momento inicial orquestrado aqui, aparecendo indícios a partir dos anos de 1936.

Assim, a imprensa periódica é dividida entre jornais, revistas e outros:

A fonte imprensa periódica, composta de almanaques, anuários, jornais e revistas de época constituiu-se em fontes impressa fundamental para a pesquisa histórica do patrimônio, resultando, inclusive, em fontes e objeto de estudos patrimoniais. Sua importância para recuperação de imagens do passado, cotidianos e mentalidades revelou-se de tal ordem que ela própria se torna patrimônio cultural a ser preservado, objeto de estudo específico. Hoje, periódicos são disputados e colecionados, constituindo acervos preciosos de inúmeras representações históricas (MARTIN, 2013, p. 296).

³⁴ A escrita se fez em primeira pessoa por se referir à trajetória pessoal da pesquisadora.

Sobre o uso da imprensa como fonte, Nóvoa (2002, p.31) pontua que:

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre teoria e prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação. São as características próprias da imprensa (aproximidades em relação ao acontecimento, o caráter fulgaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto histórico e sociológico da educação e da pedagogia.

Estudos com uso de impressos e periódicos possibilitam constituir um campo de investigação importante para análise historiográfica. Cabe salientar que estes documentos não são imparciais e neutros, ao contrário, são carregados de discursos, opiniões, tendências e disputas manifestadas pelas relações sociais, culturais, pedagógicas e políticas. Ou seja, trata-se de um “agente ativo na seleção, ordenação e narração do que elegem como acontecimento publicável” (PORPINO; MACHADO, 2022, p. 5). Logo, a revista conjugou com vestígios do processo de institucionalização e da prática pedagógica prescrita.

3.1. A Revista do Ensino (1932-1942) e os elementos históricos da Escola de Aplicação da Paraíba

Ao longo do século XX, a imprensa periódica se constituiu como registro histórico, ou seja, fonte histórica. As revistas pedagógicas são direcionadas aos professores/as com o objetivo de fazer circular os saberes, os conhecimentos e as informações sobre o trabalho docente, podendo ser utilizadas na investigação de diversos temas nas pesquisas da História da Educação. Sobre a imprensa pedagógica,

[...] as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional (CATANI, 1996, p.117).

Neste tópico foram apontadas algumas especificidades da Escola de Aplicação da Paraíba que estão situadas no interior da *Revista do Ensino* (1932-1942). Para compreendermos a finalidade deste periódico elencamos estudos do campo da História da Educação da Paraíba, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB.

A *Revista do Ensino* (1932-1942) apresentou-se em estudos já consolidados como fonte histórica e/ou objeto de estudo em teses e dissertações³⁵, o que possibilitou não prolongar nesta pesquisa no que já vem sendo debatido sobre a existência deste impresso em suas mais diversas abordagens, considerando que o objetivo aqui presente se vale dos aspectos concernentes aos dados existentes sobre a história institucional da Escola de Aplicação da Paraíba. Assim, destacou-se a tese de Soares Júnior (2015)³⁶ que trabalhou com a revista, abordando questões sobre higiene e educação física. Já Assunção (2016)³⁷ analisou em sua dissertação as diretrizes pedagógicas para as escolas primárias e a proposta curricular do Ensino de História presentes neste mesmo periódico. A tese de Biserra (2019)³⁸ utilizou a revista como fonte histórica para analisar a imprensa pedagógica como espaço de atuação e formação docente.

Soares Júnior (2015) aponta que “a revista era publicada vezes de forma anual, vezes de forma semestral pelo Departamento de Educação do Estado da Paraíba” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 24 – nota de rodapé). O autor enfatiza que a reivindicação para publicação de uma revista já era mencionada no Regulamento da Instrução Primária que foi homologado em 1917 no governo de Camilo de Holanda. Conforme Pinheiro (2002), a criação e regulamentação da revista ainda em 1917, correspondeu com o sentido dos ideais escolanovistas principiadados naquele período histórico, condicionando ações no campo da educação escolar que dialogavam com o investimento em projetos como as

³⁵ Os estudos citados são teses e dissertações pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB.

³⁶ Tese de Doutorado em Educação: *Physicalmente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*, de Azemar dos Santos Soares Júnior, 2015.

³⁷ Dissertação de Mestrado em Educação: *Primaveras de destinos na Revista do Ensino no Estado da Paraíba – as prescrições na história da educação e as representações do ensino de história (1932 a 1942)*, de Albanisa Maria de Assunção, 2016.

³⁸ Tese de Doutorado em Educação: *“Conselhos e instruções a ti, professor”: a imprensa pedagógica da Paraíba como lugar de atuação e formação docente em torno das ideias renovadoras (1919-1942)*, de Ingrid Karla Cruz Biserra, 2019.

Revistas do Ensino, as Semanas Pedagógicas e os intercâmbios de professores e inspetores e diretores.

Os gestores do estado paraibano visando melhor qualificar os professores e, conseqüentemente, transformá-los em agentes ativos na difusão das ideias escolanovistas, recorrem à publicação da *Revista do Ensino*, à realização de semanas pedagógicas e ao intercambio de professores, inspetores, diretores de grupos escolares com que, segundo Batista de Melo, há alguns anos “[podia] orgulhar-se de ser o estado que melhor organização escolar [possuía] no norte do Brasil”. No que tange a ideia da necessidade de uma revista especializada sobre educação, destinada, principalmente, a professores primários, sua criação já havia sido regulamentada desde 1917, no contexto do Regulamento da Instrução Primária [...]. Entretanto, esse dispositivo regulamentar só foi executado em 1932, mediante decreto n. 278, de 8 de maio, lançado na gestão de José Baptista de Melo, diretor do ensino primário do estado da Paraíba (PINHEIRO, 2002, p.188).

Contudo, só no governo do interventor federal Antenor Navarro a revista foi concretizada a partir do decreto nº 287 de 1932. Assunção (2016) assevera que foi a partir da administração do Interventor Gratuliano Brito (1932-1935) que surgiu a revista e sua produção ficava a “cargo do Órgão responsável pelo Ensino Primário” (ASSUNÇÃO, 2016, p. 40).

Quadro 4 – Publicações da Revista do Ensino (1932-1942).

Ano	Número	Mês	Tiragem	Administração do Ensino Primário e Função
1932 – I	01	Abril	471	Gratuliano da Costa Brito – Sec. do Interior Prof.º Eduardo M. de Medeiros – Diretor Prof.º José Baptista de Mello – Diretor Interino
	02	Junho	884	Prof.º Eduardo M. de Medeiros – Sec. do Interior Prof.º José Baptista de Mello – Diretor Interino
	03	Setembro	1.434	Argemiro de Figueiredo – Sec. do Interior Prof.º Eduardo M. de Medeiros – Diretor Prof.º José Baptista de Mello – Diretor Interino
1933 – II	04 e 05	Março	719	Argemiro de Figueiredo – Sec. do Interior Prof.º Eduardo M. de Medeiros – Diretor Prof.º José Baptista de Mello – Diretor Interino
				Argemiro de Figueiredo – Sec. do Interior

	06 e 07	Setembro	1.278	Prof.º Eduardo M. de Medeiros – Diretor Prof.º José Baptista de Mello – Diretor Interino
1934 – III	08 e 09	Março	1.034	Argemiro de Figueiredo – Sec. do Interior Prof.º Eduardo M. de Medeiros – Diretor Prof.º José Baptista de Mello – Diretor Interino
	10	Julho	1.834	Prof.º José Baptista de Mello – Diretor
	11	Dezembro	Não informado	Prof.º José Baptista de Mello – Diretor
1936 - IV	12	Maio	Não informado	Mons. Pedro Anísio – Diretor Prof.ª Débora Duarte – Secretária
	13	Setembro	Não informado	Mons. Pedro Anísio – Diretor Prof.ª Débora Duarte – Secretária
	14	Dezembro	Não informado	Mons. Pedro Anísio – Diretor Prof.ª Débora Duarte – Secretária
1937 – V	15	Dezembro	Não informado	Argemiro de Figueiredo – Interventor Federal (Obs.: Sem informações acerca da direção do Ensino Primário neste período).
1938 – VI	16	Agosto	Não informado	Argemiro de Figueiredo – Interventor Federal Mateus Augusto de Oliveira – Diretor
1942 – X	17	Abril	Não informado	Ruy Carneiro – Interventor Federal Samuel Duarte – Sec. do Interior Pedro Calheiros Bonfim – Diretor
	18	Mai/Jun/Jul	Não informado	Ruy Carneiro – Interventor Federal Samuel Duarte – Sec. do Interior Pedro Calheiros Bonfim – Diretor

Fonte: ASSUNÇÃO, 2016 (p. 40-41). Adaptada pela pesquisadora.

A *Revista do Ensino* (1932-1942) constituiu-se como veículo oficial do estado³⁹ e propagava o ideário educacional da Escola Nova.

³⁹ Entretanto, Assunção (2016, p. 35) assegura que havia valores cobrados aos professores pela assinatura da revista ou compra avulsa da mesma. A assinatura custava 6\$000 contos de reis por ano e a compra a avulsa 2\$000, conforme o decreto de criação n 287. Os valores estão disponíveis nas capas finais das revistas. Não há dados sobre a arrecadação da venda das revistas pelo Estado.

[...] constituiu um conjunto de preceitos idealizados pelo Estado para a educação paraibana. Em uma década de produção foram elaborados dezoitos desses manuais. [...] os organizadores destacaram que essas publicações seriam trimestrais, para auxiliarem os professores primários das escolas públicas em suas práticas. [...] No momento em que é iniciada a produção desses impressos, o Brasil estava vivendo uma reforma educacional (ASSUNÇÃO, 2016, p.11).

Deste modo, o periódico serviu como mecanismo para proporcionar novos saberes aos professores, conforme Soares Júnior (2015, p.30), “esse periódico circulou como disseminador de saberes próprios destinados aos professores, portanto, tinha o objetivo de implementar uma formação considerada contínua”.

A Revista do Ensino criada pelo decreto 287, de 8 de junho de 1932 pelo Departamento de Instrução, sob a orientação da Diretoria do Ensino, tinha o objetivo de fazer circular os novos saberes em voga especialmente aos professores do interior. [...] levando ao conhecimento dos demais estados o que se fazia, além de transmitir ao magistério local planos de aulas pedagógicos, estruturas escolares eficazes, desempenho de funções de grande força, novos padrões normativos em circulação (SOARES JÚNIOR, 2015, p.71).

As propostas pedagógicas presentes na revista estabeleciam “orientações para o currículo das escolas do Ensino Primário, tais como regras de conviver, lições morais e civis, regras disciplinares [...]. Também figuravam conteúdos como nomeações e exonerações [...]” (ASSUNÇÃO, 2016, p.21). A autora sinaliza que a revista assumiu dupla funcionalidade, apontando as mudanças educacionais, anunciando o “novo, moderno”, como também propagando feitos políticos (ASSUNÇÃO, 2016, p. 40). Biserra (2019, p. 67) ratifica que este periódico teve a função de “tornar visível os atos oficiais do Departamento de Educação do estado e difundir os conhecimentos pedagógicos ao professorado”. Os proventos para custear a revista vieram do estado e dos assinantes, sendo o professor José Baptista de Mello⁴⁰ diretor nos anos iniciais.

Assim, esta revista se inscreve enquanto fonte impressa do campo pedagógico, ou seja, impressa periódica especializada em educação, objetivando, sobretudo, a formação profissional de professores/as. Com esta fonte é possível dialogar com materiais de *produção, circulação e apropriação* do saber

⁴⁰ Professor e Diretor da Instrução Pública do Estado da Paraíba, pioneiro das mudanças lançadas pela Escola Nova na Paraíba.

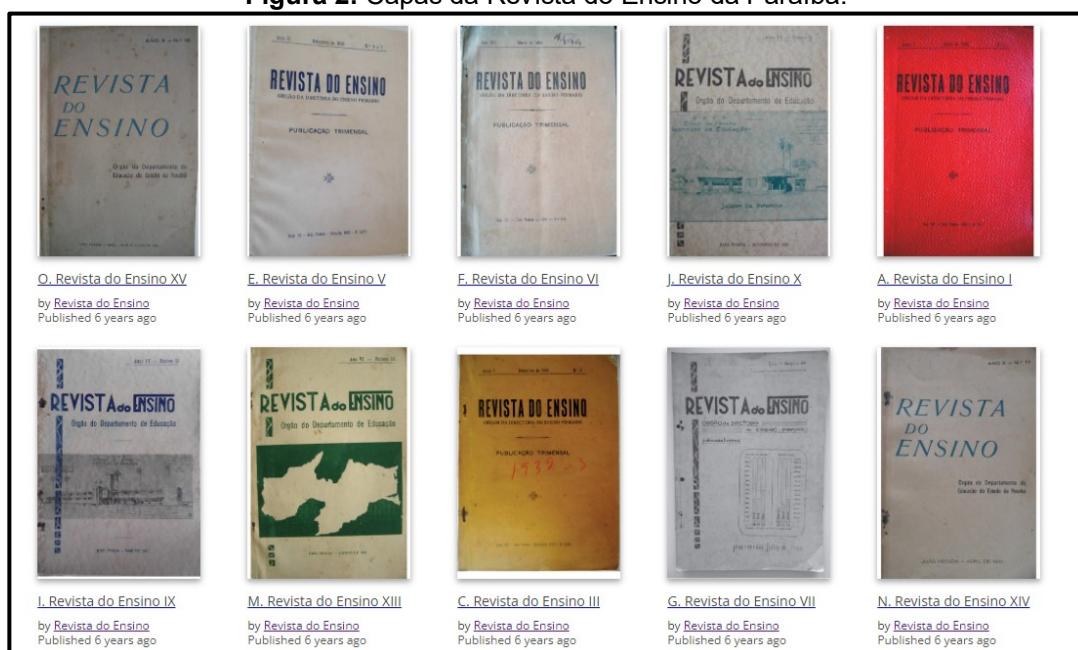
pedagógico. Sobre a materialidade textual, Chartier (1990, p.127) advoga que “não existe texto fora do suporte que o dá a ler [...] que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor”.

Nesse sentido, Carvalho (2007) evidencia três modelos de configuração material do impresso, pontuando as características de cada um, sendo: *caixa de utensílios*, *guia de aconselhamentos* e *o tratado*. Aqui, propomos nos deter ao primeiro e segundo modelos, uma vez que, se aproximam das finalidades da *Revista do Ensino*. Para a autora, a *caixa de utensílios* corresponde a impressos em que a materialidade fornece “coisas para usar”, provendo ao professor um planejamento curricular prescrito, atividades e recursos pedagógicos para a *arte de ensinar* com base nas concepções pedagógicas em voga.

O impresso materialmente configurado como *caixa de utensílios* organiza segundo a lógica de fornecer ao professor “coisas para usar” na sala de aula, compondo um programa curricular: uma poesia aqui, um canto ali, uma estorinha lá, um modelo de lição acolá. Nessa lógica, o impresso é composto como repertório de materiais cujos usos supõem regras que não necessitam de explicitação, sendo dadas como regras culturalmente compartilhadas (CARVALHO, 2007, p.23).

A *Revista do Ensino* da Paraíba (1932-1942) dialogava com a percepção normativa para atender o ideário pedagógico da Escola Nova, trazendo referências teóricas de Froebel, Pestalozzi, Decroly, entre outros, maiores exemplos da arte de ensinar. Além de cópias de modelos e exemplos de práticas, se aproximava das narrativas dos/as professores/as, sendo estes os intelectuais locais, que reproduziam e compunham o repertório em defesa dessas concepções pedagógicas, produzidos em artigos, conferências e palestras proferidas, sendo lugar de demonstração e circulação dos saberes culturalmente compartilhados e funcionando também como *guia de aconselhamento*. Logo, circulou um novo modelo de ser professor/a e do fazer pedagógico. Destacou-se também por ser redigida pelos próprios professores/as, funcionários da Instrução Pública, que, por vezes, ocupavam cargos de diretores de departamentos e/ou instituições de referências e inspeção. Algumas das capas da revista, especialmente dos anos de 1936, apresentaram imagens dos projetos arquitetônicos do complexo educacional do IEP, notadamente do prédio principal e o prédio do jardim de infância.

Figura 2: Capas da Revista do Ensino da Paraíba.



Fonte: <https://issuu.com/revistadoensino>

A organização no interior das revistas analisadas apresentou-se com artigos, noticiários, relatórios, atos oficiais, exaltação a personalidades, estatísticas educacionais, prescrições para a prática dos professores, entre outros. Contudo, a revista não tratou de modo explícito em seu sumário e/ou títulos dos conteúdos sobre a Escola de Aplicação, os assuntos surgem de modo esporádico, sendo visível apenas ao folhearmos minuciosamente suas páginas. Deste modo, foi feita análise nas edições da *Revista do Ensino* (1932-1942), aparecendo vestígios sobre a instituição citada a partir das publicações do ano de 1936. A princípio, configurávamos a existência da escola vinculada à criação e institucionalização do Instituto de Educação da Paraíba – IEP dada pelos anos de 1939. A consolidação do IEP se deu através da reforma de 1935, posta pela lei nº 16, quando criava o instituto que, respectivamente, contaria com uma Escola de Aplicação.

Na *Revista do Ensino* nº 12⁴¹ de maio de 1936, seguindo as páginas 3, 4, 5 apresentou-se a cópia da lei nº 16 de 1935 sobre a reforma da instrução pública do estado e criação do Departamento de Educação. O art. 2º discorreu sobre a

⁴¹ A capa desta revista chama atenção para o que seria o projeto arquitetônico do prédio principal do IEP. Na *Revista do Ensino* nº 13 de setembro de 1936 e na *Revista do Ensino* nº 14 de dezembro de 1936, as capas se apresentam com o modelo arquitetônico do Jardim da Infância, estabelecimento que estaria inserido inicialmente ao projeto do IEP.

divisão do departamento, aparecendo no inciso III, alínea c, apresentou o Instituto de Educação compreendendo a Escola de Aplicação.

Posteriormente, a *Revista do Ensino* nº 14 de dezembro de 1936 ponderou informações acerca da reorganização do ensino primário ressaltando a construção de edifícios escolares nas cidades. Assim, o relatório do diretor do Departamento de Educação Ms. Dr. Pedro Anísio Bezerra Dantas, indicou a construção de mais 26 grupos escolares, instituído pelo Decreto nº 687, de 24 de janeiro do ano em curso, e também a edificação do Instituto de Educação que poderia ficar com seu prédio central concluído neste mesmo ano, o que não incidiu, sendo uma:

“[...] obra de vulto, com todos os requisitos da Technica e da Pedagogia, que é mais propriamente uma Universidade de Letras, Sciencias e Artes e vae constituir-se em foco de viva tradição intellectual na Parahyba” (REVISTA DO ENSINO, 1936, p. 36).

O relatório procede dando continuidade aos grupos escolares existentes, contabilizando 26 instituições, além dos que estariam por inaugurar, citando o Grupo Modelo que seria a Escola de Aplicação.

A construção de edifícios escolares. Desde muito, os governos da Parahyba vêm se preocupando com o magno problema dos edifícios escolares. Assim é que, de anno a anno foram surgindo na capital e nas cidades do interior bellos e majestosos prédios destinados expressivamente às instituições educativas. Neste particular, o actual governo excedeu a todos os anteriores, pois não so determinou pelo Decreto n. 687, de 24 de janeiro do corrente anno a construcção de mais de 26 grupos escolares, senão também mandou **edificar o Instituto de Educação, obra de vulto, com todos os requisitos da Technica e da Pedagogia, que é mais propriamente uma Universidade de Letras, Sciencias e Artes** e vae constituir-se em foco de viva e irradiação intellectual na Parahyba. [...] Actualmente possui a Parahyba 31 grupos escolares, sem falar nos que vão ser inaugurados este anno, assim discriminados: 7 de 1ª categoria; 20 de 2ª, 2 de 3ª, 1 particular, de colaboração com o Estado – o grupo “Santo Antonio” e **o grupo Modêlo (Escola de Applicação)** (REVISTA DO ENSINO Nº14 DE DEZEMBRO DE 1936, p. 36-37) (Grifos nossos).

Neste momento, a narrativa se preocupou em enaltecer o investimento governamental nos últimos anos, na garantia de uma educação escolar para população, investindo no ensino primário, especialmente em grupos escolares,

chamada por Pinheiro (2002) de *Era dos Grupos Escolares*, espaço privilegiado pela difusão das ideias escolanovista na Paraíba. Dentro desse mesmo ideário pedagógico, destacou-se também o projeto de construção do Instituto de Educação da Paraíba – IEP.

Sabemos que a Escola de Aplicação da Paraíba surgiu vinculada ao IEP, a partir da investigação nos dispositivos legais. Entretanto, a análise construída através da *Revista do Ensino* (1932-1942) possibilitou associar a instituição a Escola Normal Oficial da Paraíba. Assim, podemos compreender a configuração de duas fases dessa instituição, a primeira voltada a Escola Normal em 1935 e a segunda quando foi institucionalizado o IEP em 1939. Nesta seção, a partir dos dados da fonte selecionada, predominaram, sobretudo, os registros dos indícios históricos referentes ao primeiro momento da Escola de Aplicação, colaborando para direcionarmos o seu instituir nos espaços que ocupou nas Semanas Pedagógicas, nos Institutos Auxiliares do Ensino e na formação do corpo professorado que incorporou seu fazer.

3.1.1. Escola de Aplicação nas páginas da Revista do Ensino (1932-1942)⁴²

Folheando digitalmente⁴³ as páginas da *Revista do Ensino* (1932-1942) do estado da Paraíba, através da disponibilidade no site <https://issuu.com/revistadoensino>, foi possível ter acesso aos 18 números publicados. Na observação minuciosa feita folha por folha da revista, nos deparamos com alguns elementos que caracterizaram a instituição em foco. Constataram-se nas páginas os nomes de professoras, as atividades pedagógicas elaboradas, entre outros, sendo apontados, especificamente, na parte dos atos oficiais administrativos no que dispõem sobre nomeações, transferências, licenças, bem como no corpo do texto de relatórios sobre o ensino primário na instrução pública da Paraíba. Assim, apontaram-se, gradualmente, os indícios que colaboraram para constituir a Escola de Aplicação, seguindo

⁴² Por vezes, a revista compõe na sua escrita o nome Escola de Aplicação, especialmente nos anos iniciais de publicação.

⁴³ Equipe de digitalização e publicação digital: Laís Venâncio de Melo; Melânia Mendonça Rodrigues; Meryglauca Silva Azevedo; Niédja Maria Ferreira de Lima; Pâmella Tamires Avelino de Sousa; Vívica de Melo Silva.

subtópicos organizados pela própria pesquisadora a partir de conteúdos extraídos das publicações da revista.

Para uma melhor compreensão, sinalizamos no quadro abaixo as revistas que apresentaram assuntos que envolveram informações acerca da Escola de Aplicação da Paraíba, o que não significa que somente estas foram abordadas ao longo do texto. De acordo com os assuntos debatidos, buscou-se dialogar com os apontamentos trazidos no periódico de modo geral.

Quadro 5 – Revistas do Ensino (1932-1942) contendo dados sobre a Escola de Aplicação⁴⁴

Nº	Revista do Ensino / Dados da Publicação	Assunto / Página ⁴⁵
1	Revista IX – maio de 1936, ano IV, n 13.	Legislação (cópia da lei nº 16) cria o IEP e a Escola de Aplicação – p. 3 a 5. Noticiário: nomeação diretora da Escola de Aplicação – p. 52 e 52.
2	Revista X – setembro de 1936 , ano IV, nº13.	Actos officiaes referente ao Departamento de educação: nomeação professora substituta da Escola de Aplicação – p. 97. Actos officiaes referente ao Departamento de educação: licença da professora da Escola de Aplicação – p.100.
3	Revista XI – Dezembro de 1936, ano IV, nº 14.	Relatório Construcção de edifícios escolares, incluindo a Escola de Aplicação – p. 37. Noticiário: Semana Pedagógica / Sessões technicas sobre a diretora da Escola de Aplicação – p. 84 e 85. Exposição pedagógica (referente à Semana Pedagógica incluindo a participação de professoras e professorandas da Escola de Aplicação) – p. 87.

⁴⁴Os dados também envolvem as informações de professoras que fizeram parte da instituição podendo aparecer na revista não vinculado diretamente com os elementos da escola, a exemplo de atos oficiais, necrologia, comunicados de cursos, entre outros.

⁴⁵ Na coluna destinada ao assunto manteve-se a grafia da época conforme escrita na Revista do Ensino (1932-1942).

4	Revista XII – Dezembro de 1937, ano V, nº15.	Semana Pedagógica (Inspeção Técnica sobre a diretora da Escola de Aplicação) – p. 55 a 57. Semana Pedagógica (atividades com nome das professoras da Escola de Aplicação) – p. 86 a 91.
5	Revista XIII – Agosto de 1938, ano VI, nº 16.	Comunicado da Secção de Publicações: Instituições auxiliares do ensino incluindo os serviços da Escola de Aplicação – p. 35 a 37. Necrologia: falecimento da professora da Escola de Aplicação – p.74. Comunicado: Movimentos das Caixas escolares incluindo a Escola de Aplicação – páginas finais.
6	Revista XIV – Abril de 1942, ano X, nº 17.	Comunicado nº 6: Curso de Aperfeiçoamento (diretora da Escola de Aplicação consta na composição) – p. 50 e 51.
7	Revista XV – Maio, Junho e Julho de 1942, ano X, nº 18.	Noticiário sobre o Curso de aperfeiçoamento (diretora da Escola de Aplicação consta na composição) – p. 99. Registro das Instituições escolares incluído a Escola de Aplicação – p.116. Subsídios para a História da Educação Brasileira (eleita e empossada a nova diretora da caixa Escolar da Escola de Aplicação) – p.120.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Portanto, foram encontrados indícios que contribuíram para constituir o processo de institucionalização e da prática pedagógica, sobretudo, prescrita, da Escola de Aplicação em 7 (sete) publicações da *Revista do Ensino* (1932-1942), compondo elementos que configuraram a direção, o professorado, as atividades pedagógicas e a participação em eventos, a exemplo da 3ª Semana Pedagógica, e a inserção da escola nos serviços de instituições auxiliares do ensino.

3.1.2. Direção Escolar

Observaram-se no impresso contribuições referentes à diretora da Escola de Aplicação e sua trajetória profissional que transitou em múltiplas funções no campo educacional. Deste modo, nas páginas 52 e 53 da *Revista do Ensino* nº 13 de maio de 1936, expôs-se a nomeação da educadora Francisca de Ascensão Cunha para Diretoria da Escola.

A nomeação exibiu o título *Escola de Aplicação*, localizando-se na parte destinada aos noticiários do Departamento de Educação, onde se apresentavam os atos administrativos ligados ao setor. No corpo do texto está redigida a seguinte mensagem:

Vem de ser nomeada Directora desse estabelecimento de ensino a provecta educadora Francisca de Ascensão Cunha. A nomeada que é possuidora de vasta cultura pedagógica tem se notabilizado como professora de didactica da Escola Normal Official, cargo este que exerce desde o governo do Presidente João Pessoa, continuando a exercê-lo hoje no Instituto de Educação (REVISTA DO ENSINO Nº 13, p. 51-52, 1936).

A partir do enunciado notou-se que a educadora possuía prestígio profissional sendo detentora de *vasta cultura pedagógica* dada à função que exercia como professora de didática da Escola Normal, evidenciando o motivo da sua escolha para direção. Nesta perspectiva, é essencial refletir sobre a condição de uma mulher frente à gestão de uma instituição perante este período, pois, mesmo em estabelecimentos de ensino primário, competia à figura masculina assumir a direção, como podemos constatar nos formatos dos Grupos Escolares do Estado e demais instituições.

As mulheres passaram a fazer-se cada vez mais presentes na instituição normalista e a procuravam para obter conhecimentos, preparo para a vida no lar e também para ter uma profissão que lhes permitisse sobreviver com seu próprio rendimento. Os homens que procuravam a escola, uma vez ingresso no magistério, aspiravam a cargos de chefia e direção, diferentemente das mulheres, que permaneciam nas salas de aula (ALMEIDA, 2014, P. 72).

Nesse direcionamento, Faria Filho (2007) ratifica a condição plural das culturas escolares, em que as modificações sofridas no processo de

escolarização deslocam, além dos eixos articulares dessas culturas, a posição dos sujeitos no interior delas. Logo, “ao longo do processo de escolarização é preciso considerar os deslocamentos dos lugares ocupados pelos sujeitos no interior das culturas escolares” (FARIA FILHO, p.198, 2007).

No Decreto nº 497 de 1934 do Departamento de Educação, em seu artigo 8º, determinou-se que só poderiam “ser nomeados diretores de grupo, professores de escolas complementares e inspectores do ensino os que tenham concluído o curso da Escola de Aperfeiçoamento” (REVISTA DO ENSINO, 1934, p.78). Deste modo, o/a portador/a de certificado do curso de Aperfeiçoamento teria preferência, “em igualdade de condições, para efeito de promoção na carreira de professor e para efeito de designação para cargos de direção ou comissão na chefia dos serviços de administração da educação e do ensino” (REVISTA DO ENSINO, 1942, p.99).

Entretanto, notou-se que este não é o caso da diretora, que atingiu tal função pela sua condição de provecta professora detentora do saber. Além do mais, sua atuação antecedeu a implementação da Escola de Aperfeiçoamento. Vale ressaltar que há certo conflito no que se trata sobre a Escola de Aperfeiçoamento (1934) e o Curso de Aperfeiçoamento (1941), este último ligado Escola de Professores do IEP e teve Francisca Cunha como colaboradora. Para isto, Pinheiro (2002) advoga que a Escola de Aperfeiçoamento foi criada em 1934 para melhorar o nível profissional dos professores, ministrado em um curso de dois anos.

Em 1934, além de ter patrocinado a segunda Semana Pedagógica, o governo estadual também fundou, mediante o decreto n. 497, de 12 de março, a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, destinada a “ampliar os conhecimentos dos nosso professores” [...]. Nessa escola, que funcionou durante algum tempo em um dos salões do Grupo Escolar Dr. Thomáz Mindello, os alunos-mestres assistiam aulas práticas. Posteriormente, a Escola de Aperfeiçoamento tornou-se o Instituto de Educação, fundado em 1935 (PINHEIRO, 2002, p. 189).

Compreendemos que a implantação do projeto do IEP sofreu mudanças, incorporando-o uma Escola Professores sendo instaurado apenas em 1939 após inauguração do prédio principal, mesmo que seu instituir tivesse ocorrido legalmente em 1935. As fontes, de certo modo, não colaboram para sanar tal

confusão, ora aparecendo o termo Escola Normal (predominantemente), ora aparecendo Instituto de Educação⁴⁶.

Posteriormente, a *Revista do Ensino* nº 15 de dezembro de 1937 anunciou a sua participação de Francisca de Ascensão Cunha um estágio na cidade de Recife no ano anterior, juntamente com inspetoras do ensino, com a finalidade de observar métodos modernos de ensino, fazendo uma visita particular a diretora da Escola de Aplicação de Recife⁴⁷. Após essa experiência, a referida professora debateu sobre temas relacionados ao método de ensino, explanando na 3ª sessão técnica sobre a tese *Testes pedagógicos* e na 4ª sessão técnica sobre os *Testes do A, B, C* na 3ª Semana Pedagógica (1936), sendo esta última presidida pelo próprio Diretor do Departamento Mons. Pedro Anísio. Conforme Teixeira (2018, p.171), os testes foram inspirados em preceitos educacionais escolanovistas, criados e difundidos por Lourenço Filho na década de 1920 e utilizados na alfabetização do ensino primário.

Nesta mesma ocasião, a diretora foi responsável por direcionar o material didático produzido pela Escola de Aplicação para a Semana Pedagógica, expondo junto com as professoras e as professorandas, suas alunas da Escola Normal⁴⁸.

Conforme analisado por Biserra (2019), a 3ª Semana Pedagógica de 1936 evidenciou maior disseminação da atuação de mulheres frente a palestras e comunicações orais do que os demais anos anteriores.

Observamos que ao longo dessas três semanas pedagógicas a participação de docentes mulheres sofreu mudanças. Primeiro, é relevante pontuar que a organização das comissões responsáveis pelo evento é um demonstrativo da configuração dos papéis que lhes eram destinados. [...] As mulheres figuram principalmente nas comissões de recepção e de festas. A participação delas adentra maiores espaços e as professoras passaram a ministrar palestras, isto é, assumirem o papel de protagonistas, na semana pedagógica de 1936 [...]. O protagonismo feminino, especialmente na 3ª edição da Semana Pedagógica, faz parte de um maior engajamento em torno do movimento de organização de

⁴⁶ Sobre a Escola de Aplicação (ensino primário) o termo predominante vincula-a a Escola Normal. Na 3ª Semana Pedagógica (1936), por exemplo, a professora Argentina Pereira Gomes apareceu vinculada a Escola Secundária do Instituto de Educação (figura 14).

⁴⁷ O *Jornal de Recife* (1858-1938) noticia em 1931 a professora Eulália Fonseca como vice-diretora da Escola de Aplicação de Pernambuco. A mesma informação aparece no *Jornal Diário de Pernambuco* (1931).

⁴⁸ Assunto a ser abordado no tópico sobre a Semana Pedagógica.

docentes, e de mulheres professoras enquanto grupo profissional e não vocacional (BISERRA, 2019, p.110-111).

Assim, a diretora não esteve na dianteira da comissão executiva, mas foi uma das mulheres a participar expondo teses sobre métodos de ensino para os demais professores/as presentes no evento.

Na *Revista do Ensino* nº 17 de abril de 1942, o Departamento de Educação do Estado discorreu no Comunicado n. 6, de 2 de abril de 1942 sobre o Curso de Aperfeiçoamento que seria ofertado ao professorado da capital, este teve o plano organizado pelo I.N.E.P – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

A fim de organizar o programa para o Curso de Aperfeiçoamento, a Comissão designada para esse fim, e composta dos professores Monsenhor Pedro Anísio, **Francisca de Ascensão Cunha**, Carmelita Gomes, Manuel Viana Junior, Debora Duarte, Júlia Vasconcelos e Mário Gomes, por intermédio do Departamento de Educação, entrou em entendimento com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão central do Ministério da Educação e recebeu dele a mais franca colaboração. O INEP organizou mesmo um plano para execução do Curso de Aperfeiçoamento, o qual, depois de convenientemente adaptado pelo Departamento de Educação foi aceito pela referida Comissão. (REVISTA DO ENSINO Nº 17, 1942, p.50). (Grifos nossos.).

Francisca de Ascensão Cunha esteve na composição da comissão de organização do curso. A mesma foi designada para ministrar aulas na primeira parte do programa junto com outros professores.

As aulas da primeira parte do programa do Curso de Aperfeiçoamento vão ser ministradas pelos professores Francisca de Ascensão Cunha: O professor na organização escolar. Funções capitais do professor, requisitos e qualidades (REVISTA DO ENSINO nº 17, 1942, p. 51).

O mesmo noticiário com a atuação da professora no Curso de Aperfeiçoamento também foi registrada na *Revista do Ensino* nº 18 de Maio, junho e julho de 1942.

Conforme o Decreto nº 497 de 12 de março de 1934, que criou a Escola de Aperfeiçoamento⁴⁹, em seu artigo 4º, o corpo docente seria “constituído de

⁴⁹ A criação da Escola de Aperfeiçoamento em 12 de março de 1934 pelo Decreto 497 do Departamento de Educação, como complemento a Escola Normal, culminou no compromisso em garantir professores capacitados para lidar com a docência, pois, conforme o seu regulamento (Decreto 508 de 3 de abril de 1934), destinava-se a “ampliar os conhecimentos dos professores

elementos do Magistério oficial e de pessoas outras que tenham conhecimentos especializados das matérias a que se propuserem” (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 78). O artigo 3º determinou aulas dos componentes de psicologia, educação sanitária, história de pedagogia, metodologia, artes e indústria doméstica, desenhos e trabalhos manuais, educação física, língua portuguesa e literatura nacional, matemáticas, ciências físicas e naturais, música. Tais conteúdos correspondem com o programa curricular destinado a educação primária no período histórico, firmando a necessidade de capacitar os professores/as para o atendimento dessas matérias. Adiante é possível conferir que a professora assumiu a disciplina de Metodologia, cadeira que ostentou desde o período do governo de João Pessoa (1928-1930) ainda quando atuava na Escola Normal Oficial.

No regulamento da Escola de Aperfeiçoamento pelo Decreto nº 508 de 3 de abril de 1934 e lançado na *Revista do Ensino*⁵⁰ do mesmo ano, a composição do corpo professorado, citado no Capítulo V – Artigo XXVI, seria de professores efetivos e contratados, sendo os efetivos nomeados pelo governo. O Artigo XXVIII indica que as nomeações seriam propostas ao Secretário de Interior pelo Diretor do Ensino Primário. Os professores efetivos que possuíssem funções públicas estaduais teriam o tempo de serviço na Escola de Aperfeiçoamento contabilizado para aposentadoria, ratificado no artigo XXIX. Podemos aludir que Francisca Cunha pertenceu ao grupo de professores efetivos nomeados pelo governo para assumir as demandas do curso.

No arquivo do IEP foi possível localizar as provas manuscritas do conteúdo de Metodologia⁵¹ corrigidas e assinadas pela mesma, referente à Escola de Formação de Professores, entre o período de 1941 a 1944. As provas

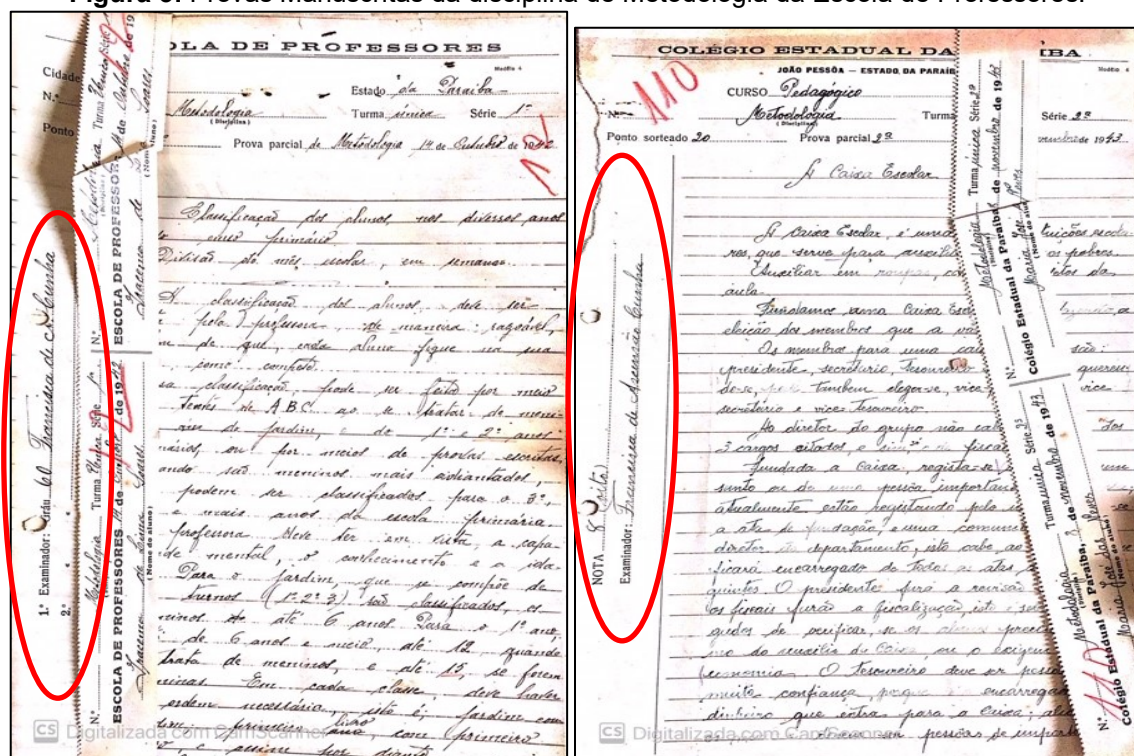
diplomados pelas escolas normais ou por estabelecimentos congêneres reconhecidos ou oficializados pelo Estado” (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 80). Entretanto, percebe-se que Curso de Aperfeiçoamento ocorre anos após a legislação, pois, as revistas dos anos de 1942 propagavam-no. Os estudos discutidos no quarto capítulo desta pesquisa chamam a atenção para a Escola de Aperfeiçoamento (1934) e o Curso de Aperfeiçoamento (1942) ser diferentes. A Escola de professores foi instituída e promovia os Curso de Aperfeiçoamento.

⁵⁰ Revista do Ensino de Março de 1934, ano III, n. 8 e 9.

⁵¹ Nos anos de 1942 e 1943, conforme os documentos analisados no arquivo do IEP (provas e boletins), as disciplinas abordadas pela Escola de Professores foram: Moral e Cívica, Metodologia, Psicologia, Biologia, Música, Trabalhos Manuais, Trabalhos de Agulha. No ano de 1945 abordam Sociologia, Psicologia, Metodologia, Música, Desenho, Trabalho Manuais, Trabalhos de Agulha e Educação Física. Contudo, o decreto que regulamenta o curso apresentou mais disciplinas acrescidas. Segundo Teixeira (2018, p. 185) a Lei nº 921, de 1946 acrescentou quatro: matemática, português, puericultura e artes aplicada.

enunciavam questões sobre: Quais são instituições auxiliares do ensino? (1941); Como ensinar leitura a uma classe de analfabetos pelo método analítico? (1942 e 1943); Classificação dos alunos nos diversos anos de curso primário – Teste do ABC (1942 e 1944); Como tomar lições de leitura nos diversos anos do curso primário? (1943); A linguagem e a escrita (1943); A caixa escolar (1943). Ficou evidente que a construção pedagógica deste curso se organizava a partir da base teórico-metodológica proveniente dos conceitos da Escola Nova, conjugando com uma preocupação no trato do fazer pedagógico: o método analítico, Teste ABC de classificação de alunos, instituições auxiliares, lições, entre outros.

Figura 3: Provas Manuscritas da disciplina de Metodologia da Escola de Professores.

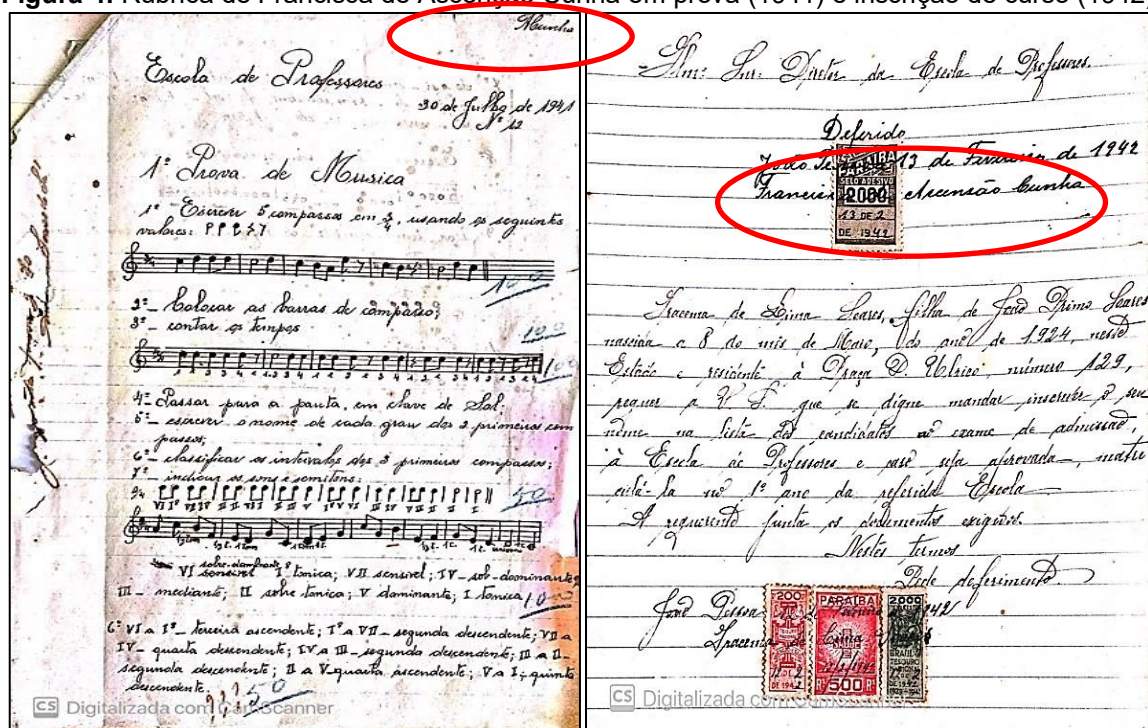


Fonte: Arquivos do IEP, 1942-1943. Digitalizados pela pesquisadora.

Também encontramos a assinatura da professora em outros documentos, como deferimento de inscrição de aluna para a Escola de Professores em fevereiro de 1942 e em outras provas, exemplo Música, onde constava a assinatura do possível professor dessa disciplina no espaço destinado ao examinador e a rubrica de Francisca Cunha em espaço avulso na folha do exame

de julho de 1941⁵². Este recurso pode indicar que a professora, em algum momento, também assumiu a função administrativa, uma vez que, este costume de firmar as provas configurava o aval por parte da gestão. Conforme a figura 8 apresenta, no documento do lado esquerdo expõe-se a prova manuscrita da disciplina de Música da Escola de Professores com rubrica de Francisca Cunha (diretora da Escola de Aplicação) no canto superior direito (1941) e no documento à direita exibe-se a Inscrição de aluna deferida pela diretora (1942).

Figura 4: Rubrica de Francisca de Ascensão Cunha em prova (1941) e inscrição de curso (1942).



Fonte: Arquivos do IEP, 1941-1942. Digitalizados pela pesquisadora.

Teixeira (2018) traz uma relação com os dados dos docentes que atuaram na Escola de Formação de Professores, apontando à disciplina ministrada, a natureza do cargo, a natureza de nomeação, entre outros. O quadro mostrou que Francisca de Ascensão Cunha atuou como professora do curso nos anos de 1941 a 1950, assumindo a cargo interino, nomeada em 06/05/1941⁵³ e atendendo a

⁵² A rubrica nas provas aparece em outros momentos com o nome de outras pessoas. No ano de 1942 a prova examinada por Francisca Cunha consta também com a rubrica de V. Coutinho (Vanda Farias Coutinho surge em 1943 como secretária em outro documento referente à Escola de Professores), e em 1943 aparece a rubrica de J.Coelho na prova avaliada pela professora.

⁵³ Nos anos de 1941 a 1943, Francisca de Ascensão Cunha possuiu natureza do cargo interino ocupando o padrão I. A partir de 1944 sua entrância ocupou padrão E. A regulamentação do

disciplina de Metodologia Geral e Prática de materiais no ensino primário. No entanto, vale ressaltar que as informações do ano de 1946 não apresentaram dados sobre a mesma, admitindo outra professora⁵⁴ na sua posição. Seu retorno ocorreu no ano seguinte, em 1947, sem datar sua nomeação. Neste momento ministrou a mesma disciplina juntamente com a professora que a substituiu, sustentando essa logística até o ano de 1950, quando em 1951 é substituída por Afonso Pereira da Silva⁵⁵ diretor do IEP (1951-1956). A autora também pondera que a direção da Escola de Formação de Professores apresentou como primeira diretora a própria Francisca Cunha, no período de 1941 a agosto de 1942 possivelmente, quando em 19/08/1942 assume o novo diretor Mario Antônio da Gama e Melo. Este fato corresponde com a justificativa das provas e dos documentos assinados por ela nos anos iniciais do curso. Sobre o cargo interino, Teixeira (2018, p.183) aponta para a definição considerando o artigo 9º da Lei 16 de 13 de dezembro de 1935, que em seu § único decreta que *na falta de normalista, o governo poderá nomear interinamente pessoas habilitadas em concurso*. A autora conclui que estes professores seriam concursados, mas que, provavelmente, não possuíam diploma de normalista. No caso da diretora da Escola de Aplicação, constatamos que a mesma diplomou-se pela Escola Oficial Normal da Paraíba durante o período de 1914, dados trazidos pela historiadora Carmem Coelho Freire (1978) e presente também no *Pequeno Dicionário de Escritores e Jornalistas do Século XIX* (2009).

Contudo, no arquivo do IEP não foi possível encontrar maiores informações que contribuíssem para dialogar diretamente com o contexto da Escola de Aplicação, existindo somente poucos dados sobre matrículas de alunas na Escola de Formação de Professores, documentos pessoais, provas, relatórios, boletins, entre outros, em arquivos sinalizados a partir dos anos de 1940⁵⁶.

decreto-lei nº 260, de 24 de abril de 1942, sobre a carreira do professor no estado da Paraíba, reestabeleceu os padrões ocupados pelos professores, sendo, B, C, D, E, F. Logo, um professor com padrão E recebia o vencimento de 380\$000 (TEIXEIRA, 2018, p. 184).

⁵⁴ Carmelita Pereira Gomes.

⁵⁵ Professor Afonso Pereira da Silva nasceu em 30 de outubro de 1917, em Bonito de Santa Fé, sertão da Paraíba. Para maiores informações consultar a tese de doutorado de Raquel Sabino (2021) em *O professor Afonso Pereira da Silva e a expansão da educação na Paraíba (1954-1974)*.

⁵⁶ O encontro com o material somente a partir deste ano justifica-se pela institucionalização para a formação de professores, pois conforme Biserra (2019, p. 83), a "Escola Normal funcionou no prédio construído em 1919 até o ano de 1939, e como previsto no artigo 15ª da Lei n. 16, logo que

Atualmente, a cidade de João Pessoa possui uma escola estadual⁵⁷ que apresenta como patronesse a diretora em foco. Em contato com a instituição, a procura de mais informações sobre a diretora, funcionários apontaram não possuir, indicando que a mesma poderia ter relação com uma família paraibana que esteve/está presente na política local, devido a carregar o sobrenome Cunha.

Embora saibamos que a nomeação de diretores/as, por vezes, configurava-se a partir do apadrinhamento político, com a atuação de membros da família tradicional paraibana, os vestígios presentes no *Pequeno Dicionário de Escritores e Jornalistas do Século XIX*, organizado pela professora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2009), foi possível encontrar a filiação da diretora, filha de do Sr. Firmino Cardoso da Cunha e da senhora Teonila Camarão da Cunha e se formou pela Escola Normal Oficial da Paraíba, em 21 de março de 1914, exercendo a função em diversos grupos escolares, inclusive no quartel da polícia, até chegar ao seu cargo na escola modelo. Conforme Carmem Coelho Freire⁵⁸ (1978), a diretora teve atuação na Escola Modelo e assumiu a cadeira de Metodologia como fundadora. Freire (1978) e Silva (2009) apontam que Francisca de Ascensão Cunha sofreu rebaixamento da sua categoria profissional, passando de professora secundária a professora primária, sendo caso inédito no país.

CUNHA, Francisca de Ascensão – Era filha do Sr. Firmino Cardoso da Cunha e da senhora Teonila Camarão da Cunha. Diplomou-se pela Escola Normal Oficial da Paraíba, em 21 de março de 1914. Lecionou com bastante eficiência no Engenho Central, de 1914 a 1918. No Governo de Camilo de Holanda, foi convidada para ensinar no quartel de polícia, posteriormente, foi nomeada por Camilo de Holanda, para lecionar no Grupo Tomaz Mindelo, depois foi nomeada para o Grupo Antônio Pessoa. Também foi nomeada para ensinar na Escola Modelo e depois para a Direção da Escola de Professores. Foi Fundadora da Cadeira de Metodologia e sua primeira professora. Era bastante considerada e admirada pela qualidade de professora, mas entretanto, foi rebaixada do seu nível de ensino (caso inédito no

os alunos do atual curso normal terminarem os seus exames será extinto esse curso, uma vez que o mesmo passará a ser feito no Instituto de Educação”. As instalações no prédio do Instituto de Educação foram inauguradas em 19 de abril de 1939.

⁵⁷ Nomenclatura atual dessa instituição: Escola Cidadã Integral Técnica – ECIT Francisca de Ascensão Cunha. A escola atende a etapa do ensino médio e as modalidades de ensino destinadas a Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Está localizada na Rua Gonzaga G. Vieira, 700, Bancários, João Pessoa.

⁵⁸ Informações colaboradoras a partir da dissertação de mestrado *Carmem Coelho de Miranda Freire (1912-2003): a biografia de uma educadora a partir de suas práticas de escrita*, de Niedja Ferreira dos Santos, 2013.

país), de professora secundária passou a ser professora primária. Contribui com artigos na Revista Era Nova, com artigos. Redator: FS (Favianni da Silva, acréscimo nosso.) (SILVA, 2009, p. 55).

Verificou-se a ampla atuação da diretora, possuindo lugar de prestígio no âmbito educacional, sendo requisitada pelas autoridades nos mais diversos campos pedagógicos, atendendo a palestra, direção, comissão organizadora e assumindo também sua função docente. Francisca de Ascensão Cunha foi protagonista e contribuiu com a educação paraibana, possuindo formação para tal condição. Além de ter assumido uma disciplina importante na condução de formação adequada as futuras jovens professoras. Também podemos perceber que esta foi admitida para a direção da Escola de Aplicação ainda em 1936, configurando a sua atuação neste espaço a partir da sua significativa importância profissional na educação paraibana. A partir de 1941, momento de institucionalização do IEP e funcionamento da Escola de Professores, a relação entre o complexo educacional se organizou configurando vínculos entre as instituições. Possivelmente sendo os mesmos diretores que conduziam o campo de formação e o campo de experimentação, correspondendo às inovações teórico-metodológicas em voga nos ambientes de ensino e de prática pedagógica.

Ainda assim, a trajetória da diretora não se limitou a condução escolar. Segundo as fontes da pesquisa de Sales (2005, p. 169), que trata sobre escritoras e professoras da Paraíba do início do século XX, Francisca Cunha teria participado inicialmente como tesoureira da Associação Paraybana pelo Progresso Feminino – APPF⁵⁹, instituição que se comprometia com a educação das mulheres, interessada, sobretudo, na elevação do nível cultural das mulheres paraibanas, e esteve integrada a Federação Brasileira para o Progresso Feminina (1922), liderada por Bertha Lutz no Rio de Janeiro.

⁵⁹ Costa (2016, p. 992) pontua que “A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino se instalou na Paraíba em março de 1933, como uma filial feminista com fins culturais e com a promessa de não pleitear direitos para as mulheres. O convite e as orientações oriundos da principal organização feminista do país, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Lylia Guedes, Albertina Correia Lima, Olivina Olívia, Alice de A. Monteiro, Analice Caldas e outras paraibanas foram impulsionadas pela líder feminista e presidente da FBPF, Bertha Lutz, a enfrentar os obstáculos do meio e a fundar uma filial feminista paraibana, tornando-as parte integrante do grande movimento em defesa das mulheres”. Para mais informações específicas sobre a Associação, consultar trabalho dissertação de mestrado de Verônica de Souza Fragozo (2011): Associação paraibana pelo progresso feminino: as contribuições educacionais para a mulher paraibana (1933 a 1939).

Sobre a Associação, a autora Simone Costa (2016, p. 1000) afirma que:

A Associação Paraibana também foi orientada para criar uma Comissão de Funcionárias Públicas e uma Liga Eleitoral e formar uma Caravana Feminista. A Comissão foi formada por Analice Caldas, Beatriz Ribeiro, Francisca de Ascensão e Davina de Queiros.

Silva (2007, p.87) também pondera que a através da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1936:

[...] organizou-se uma comissão de funcionárias públicas, composta por Olivina Carneiro da Cunha, Analice Caldas de Barros, Francisca de Ascensão Cunha, Davina de Queiroz e Beatriz Ribeiro, que planejava levantar as bases da “União das Funcionárias públicas”, a criar-se em todo país, já contando na época com mais de 120 sócias em todo o Estado.

Sobre as componentes da Associação, Fragoso (2011) indica que as senhoras e senhoritas participantes da APPF conduziram suas escritas nas páginas do jornal *A União* que destinou, a pedido dessas mulheres articulistas⁶⁰, uma coluna denominada *Página Feminina* editada quinzenalmente e destinada às informações, artigos, críticas, contos, poesias, entre outros, ficando ativa de 1933-1939. Logo, em 1933 o jornal anunciou:

Instalou-se no sábado 11 do corrente, como havia sido anunciado, esse nove associação sendo aclamada a seguinte diretoria: Presidente, Lylia Guedes; vice-presidente, Olivina Carneiro da Cunha; secretária Alice de Azevedo Monteiro; oradora, Albertina Correia Lima; tesoureira, Francisca de Ascensão Cunha e bibliotecária, Analice Caldas (A UNIÃO, 15 de março de 1933, p.3).

Na posição que ocupavam, fica nítido que essas mulheres pertenciam a alta sociedade paraibana, vindas de famílias tradicionais, assumindo postos de advogadas, professoras e escritoras. Uma realidade diferente diante do papel

⁶⁰ Fragoso (2011, p.108) cita como articulistas da *Página Feminina*: Iracema Feijó da Silveira, Maria de Lourdes Moura, Adília de Albuquerque, Maria Falcone, Arima Coimbra, Alice Guedes, Marina de Abreu, Jandira Pinto, Inez Maria Moura, Graziela Jenner, Osmaria Carvalho, Eugenia Clara, Alice de Azevedo Monteiro, Irene Jardim, Aurina Silveira, Lylia Guedes, Albertina Correia Lima, Ângela Moreira Lima, Beatriz Ribeiro, Estela Atavila, Antonieta Barreto, Olivina Olívia Carneiro da Cunha, Maria Eugenea Celso, Nenzinha Azevedo Lima, Fily de Almeida Rangel, Maria Ivete Cavalcante, Maria Sabina, Cotinha Carneiro da Cunha, Edwirges de Sá Ferreira, Aurélia Torres, Áurea Torres, Mirtes Albuquerque, C. Nery Carneiro, L.S., Fyly de Macedo, S.R., Juanita B. Machado, Luba Costa, Lourdes Maria, Analice Caldas, Santinha Sá, Adelina Patti e Maria Esteia Costa.

social feminino ainda limitado pela restrição da educação voltada as mulheres bem como as condições patriarcais que as destinavam ao casamento, cuidado do lar e dos/as filhos/as, selando dependência econômica, social e intelectual. O uso da imprensa oficial, e demais periódicos, marca o meio de circulação das suas ideias, promovendo discursos e possibilitando conquistas sociais, culturais e políticas.

Na *Página Feminina* de 1º de junho de 1933, Juanita Machado assina o artigo *Pela elevação mental da mulher Parahybana* que felicita as componentes que formavam a diretoria da APPF traçando seus perfis e destacando também a professora Francisca Cunha:

Todos os nomes que formam a directoria actual da novel sociedade, têm uma alta significação no seio do magistério e da sociedade parahybana. Nomes que são uma flammula da Victoria ganha na lucta diária por um logar de honra na vida humana. [...] Dra. Ascensão Cunha que harmoniza em todas suas qualidades com o conjuncto coheso que fôrma a cabeça desse “pássaro azul” que é a Associação (MACHADO, 1º de junho de 1933).

Na Associação havia preocupação também em atender questões assistencialistas. Segundo Sales (2005, p. 174), teria um Núcleo de Beneficência em que as sócias colaboravam com roupinhas para crianças, ajudando as mães desamparadas que não possuíam roupas para os recém-nascidos, ficando o empreendimento a cargo de Ascensão Cunha e outras consócias, aparecendo no *Jornal A União* de 19 de Abril de 1934:

Outra preocupação da associação foi ajudar as mães desamparadas que não dispõem sequer de roupa suficiente para os filhinhos recém-nascidos. Assim um grupo de sócias teve a ideia de confeccionar a noite, na sede ou mesmo em casa, roupinhas de crianças. Tomaram a frente desse simpático empreendimento as consócias Helena Meire Lima, Ascensão Cunha e Camerina Bezerra. A roupa foi feita e enviada para a Maternidade.

Desse modo, considerando os espaços públicos que ocupou, a diretora da Escola de Aplicação pertencia à elite intelectual feminina, não se limitando a circulação de matérias do fazer pedagógico. Os horizontes profissionais da professora em foco possibilitam ressignificar à condição vocacional da mulher

enquanto professora primária na construção de um imaginário limitado a função de cuidadoras de crianças. Francisca Ascensão Cunha assume um lugar importante, configurado pela demonstração da intelectualidade feminina. A *Revista do Ensino* (1932-1942) se constituiu como fonte histórica importante para situarmos a atuação profissional da educadora que assumiu a direção da Escola de Aplicação, desvelando uma trajetória ainda silenciada no campo educacional.

Além de seu exercício docente, a diretora esteve presente como palestrante em eventos educacionais, a exemplo da Semana Pedagógicas de 1936, e também escreveu artigos na *Revista Era Nova* (1921-1926)⁶¹, conduzindo uma produção intelectual demonstrada na circulação das imprensas locais especializadas em educação e/ou literatura que possibilitaram a presença de mulheres professoras/escritoras formadoras de opiniões e ideias no campo pedagógico e literário, como é o caso da revista acima. Assim, com a sua aspiração profissional e liderança, geriu a formação profissional da nova classe de professoras primárias, formando e supervisionando as professorandas da Escola de Aplicação.

3.1.3. Professorado

A composição do professorado da Escola de Aplicação apareceu nos dados destinados aos atos oficiais, relatórios pedagógicos e necrologia. Diante dos elementos trazidos pelo impresso, as mulheres constituíam o conjunto de professorado da instituição.

[...] educação das mulheres e da inserção feminina no magistério como resposta às demandas do projeto liberal republicano de universalizar a escolaridade [...] na imagética republicana e nas décadas que se seguiram ao longo do século XX, a inserção feminina no magistério fosse uma destinação natural em vista das

⁶¹ Conforme Sales (2005, p. 157), a Revista Era Nova (1921-1925) tinha com o objetivo “contribuir para o desenvolvimento literário do meio, caracterizando-se como um órgão de utilidade pública, comprometido tão somente com o incremento das letras [...]”. Assim, correspondeu a circulação de crônicas, moda, artes plásticas, anúncios, ficção e poesia. As referências no *Pequeno Dicionário dos escritores e jornalistas da Paraíba do século XIX* (2009) apontam a periodicidade da revista ter sido entre 1921 a 1926. Entretanto, nas edições das revistas digitalizadas e disponibilizadas pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA/UFPB, restritas apenas ao período de 1921-1925, não foi possível identificar artigos assinados por Francisca de Ascensão Cunha, visto que pode ter aparecido durante 1926 ou algumas edições não estão disponíveis na forma digitalizada.

qualidades das quais as mulheres eram/são possuidoras, capazes de promover uma educação integral às crianças desde a mais tenra idade (ALMEIDA, 2014, p. 59-60).

Na *Revista do Ensino* nº 13 de setembro de 1936, na parte destinada aos *Atos Officiaes referente ao Departamento de Educação no segundo trimestre de 1936*, encontramos a nomeação no mês de maio da normalista Lilia Souto Maior para a Escola de Aplicação substituindo temporariamente uma funcionária efetiva: “[...] normalista Lilia Souto Maior, para a Escola de Applicaçãõ, durante o impedimento da funcçionaria effectiva [...]” (REVISTA DO ENSINO Nº13, p.97, 1936).

A seguir, tivemos o enunciado da licença de 30 dias no mês de maio da professora Maria Amália Souto Maior atuante da Escola de Applicaçãõ: [...] “Maria Amália Souto Maior, com exercício na Escola de Applicaçãõ, 30 dias com os vencimentos [...]” (REVISTA DO ENSINO Nº13, p.100, 1936).

Logo, observou-se o grau de parentesco partindo do sobrenome Souto Maior na composição do nome das duas professoras acima, sendo possível alegar que a professora Lilia consistiu em indicação para substituir a irmã Maria Amália professora efetiva das atividades escolares da instituição durante a licença de 30 dias. Mesmo assumindo a função de substituta, a professora nomeada possuía o grau de normalista. Podemos sugerir que isto conjugou com o esforço para que cada vez mais estivessem presentes nas instituições de ensino professores com formação para tal.

A *Revista do Ensino* nº 15 de dezembro de 1937, traz uma lista com as atividades pedagógicas produzidas pelas professorandas, alunas da Escola Normal, e pelas professoras da Escola de Aplicação para a 3º Semana Pedagógica. Estas últimas aparecem com seus respectivos nomes e a relação de jogos educativos elaborados pelas mesmas, mencionando os nomes de Azeneth Carvalho de Tôledo, Maria de Lourdes Bonavides, Beatriz Correia Lima, Severina Barrêto, Laura Campello, Ergida Leal Lemos, Jasintha⁶² Neves e Alice Pinto Seixas que contribuíram para o desenvolvimento da exposição pedagógica da

⁶² Grafia correspondente a fonte.

Escola de Aplicação, conforme relatório da diretora datado em 17 de novembro de 1936⁶³.

Quadro 6: Relação das professoras da Escola de Aplicação em 1936.

Nome	Função
Francisca Ascensão Cunha	Diretora
Maria Amalia Souto Maior	Professora efetiva
Lilia Souto Maior	Professora substituta
Azeneth Carvalho de Tôledo	Professora. Aluna da Didática da Escola Normal Oficial.
Maria de Lourdes Bonavides	Professora. Aluna da Didática da Escola Normal Oficial.
Beatriz Correia Lima	Professora. Aluna da Didática da Escola Normal Oficial.
Severina Barrêto	Professora. Aluna da Didática da Escola Normal Oficial.
Laura Campello	Professora. Aluna da Didática da Escola Normal Oficial. .
Ergida Leal Lemos	Professora de Trabalhos Manuais.
Jasinthia Neves	Professora.
Alice Pinto Seixas	Professora.

Fonte: Informações elaboradas pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa.

Segundo Biserra (2019, p.87-88) as professoras Alice Pinto e Jacinta Neves pertenceram ao corpo administrativo da Sociedade dos Professores Primários da Parahiba. Alice Pinto esteve presente na organização da primeira eleição da diretoria em julho de 1917, exercendo a função de vice-tesoureira no

⁶³ Assunto a ser abordado no tópico sobre a 3ª Semana Pedagógica.

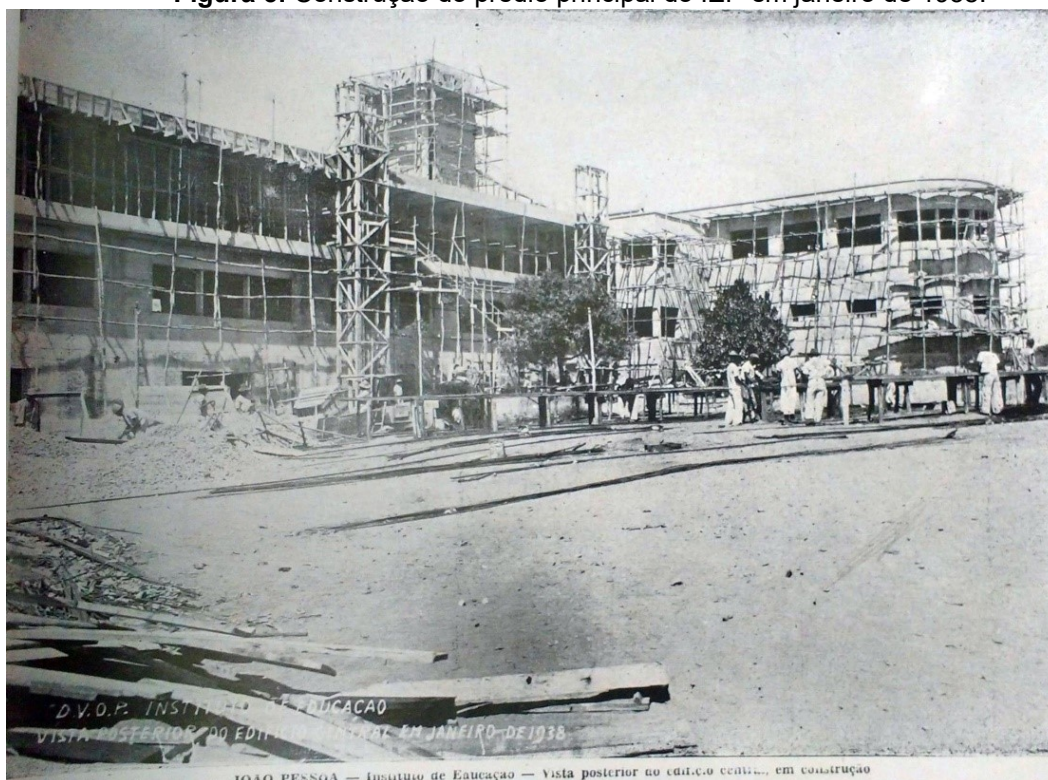
período de 1917-1918. Jacinta Neves atuou como bibliotecária/arquivista no período de 1919-1920.

Sobre a professora Alice Pinto Seixas, a *Revista do Ensino* nº 16 de agosto de 1938, na parte destinada a necrologia, registrou o seu falecimento sendo vítima de angina: “Temos ainda que registrar o falecimento da professora Alice Pinto Seixas, do Grupo Escolar Modelo o qual funciona no Instituto de Educação”. (REVISTA DO ENSINO Nº16, p.74, 1938).

A mesma era detentora de uma longa experiência e “[...] contava com grande sôma de serviços prestados à causa da Instrução na Paraíba [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 74). Na ocasião estava atuando no Grupo Escolar Modelo que funcionava no Instituto de Educação. No entanto, reiteramos que, o comunicado tratou a escola como Grupo escolar modelo e vinculado ao Instituto de Educação, diferentemente do que vem sendo dialogado até o momento. Vale destacar que a institucionalização do IEP decorreu somente a partir de 1939, quando foi inaugurado seu prédio principal.

Uma das considerações possíveis é que essa lógica proveio devido às datas das revistas não condizerem fidedignamente com suas reais publicações. A ausência de regularidade da revista possibilitou que em alguns períodos o impresso fosse editado para os anos sucedidos, de modo retroativo. Assunção (2016) destaca que nem sempre a data apresentada na contracapa da revista correspondia à data em que realmente havia sido publicada. Embora, em outra situação, o periódico indique que o prédio principal do IEP estaria pronto no final de 1936, fato não advindo, sendo improvável assegurar que as instalações do Grupo Modelo no IEP ocorreram de modo antecipado. Seria difícil ponderar que as atividades educativas teriam iniciado próximas ao término do ano letivo. Embora, como já citado, a Lei nº 16 de 1935 institua o IEP.

Figura 5: Construção do prédio principal do IEP em janeiro de 1938.



Fonte: Perfil do grupo Paraíba do Passado na rede social, acesso em 10/03/2017.

O nome da professora Ergida Leal de Souza Lemos apareceu na relação dos docentes da Escola de Formação de Professores organizada por Teixeira (2018), assumindo a disciplina de Trabalhos Manuais (agulha) no período de 1941 a 1951. Sua nomeação é datada em 06/05/1941⁶⁴, sendo a natureza do cargo prestador de serviço com padrão de professora primário⁶⁵. O texto da revista em 1936, sobre a semana pedagógica, pontua que a mesma era professora de trabalho, por se referir à disciplina de Trabalhos Manuais já neste momento. Uma vez que, houve destaque na sua produção de trabalhos com madeira. A partir de suas habilidades manuais, Ergida Leal produziu para a 3ª Semana Pedagógica caixas e jogos em madeira⁶⁶, inclusive, expostos na Escola de Aplicação.

A respeito das demais professoras citadas, não foi possível encontrar dados que dialogassem diretamente com suas trajetórias pessoais e profissionais. Todavia, procederam as atuações docentes voltadas aos modelos pedagógicos

⁶⁴ A partir de 1944 a data de nomeação ficou registrada em 09/05/1941 (Teixeira, 2018, p.179).

⁶⁵ Em 1946 o padrão indicou Professora Primária B (Teixeira, 2018, p.181).

⁶⁶ Assunto a ser abordado no tópico sobre a 3ª Semana Pedagógica.

na perspectiva dos ideários pedagógicos da Escola Nova, difundida nacionalmente nesse período.

Deste modo, verificou-se que as professoras pertencentes à instituição possuíam longas experiências educacionais e faziam parte da rede de profissionais que compunham a frente de ações destinadas a organizar a instrução do ensino primário na Paraíba, participando na dianteira de associações de professores/as. Assim, podemos refletir sobre a presença de professoras renomadas na composição da Escola de Aplicação, sendo esta um *campo de experimentação, demonstração e prática* para alunas em formação, cabia o investimento num corpo professorado competente, preparado para dialogar com os novos preceitos pedagógicos, não sendo difícil de compreender que assumiam também a função no campo de formação da Escola Normal e, posteriormente, da Escola de Professores do IEP.

3.1.4. 3ª Semana Pedagógica

A Semana Pedagógica surgiu nos anos de 1930 como um evento voltado aos professores/as a fim de capacita-los para o que havia de mais novo na perspectiva do ensino escolar, dispondo de palestras, socializações, trocas de experiências e visitas as exposições que exibiam atividades pedagógicas elaboradas pelos professores.

[...] receberão instruções e orientações variadas sobre os modernos processos de ensino preconizados pela Escola Nova. [...] Durante todo o periodo, serão dadas aulas praticas nos grupos desta capital, com assistencia dos professores convocados, sob a orientação dos Inspetores Regionais, bem como far-se-ão ouvir em palestras, sobre assuntos pedagogicos, na séde da “Sociedade dos Professores Primários”, varios técnicos do ensino (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 61).

Biserra (2019, p.102) advoga que a semana pedagógica foi uma estratégia organizada pelos professores que participavam da Sociedade dos Professores Primários da Paraíba, tendo colaboração de Jose Baptista de Mello⁶⁷, que além

⁶⁷ Principal precursor dos preceitos escolanovista na Paraíba, nasceu em na Vila de Teixeira em 22 de dezembro de 1895. Estudou na Escola Normal da Paraíba sendo professor normalista em 1917. Assumiu cargo como docente e também como diretor do Ensino Público Primário em 1930. Participou da Sociedade dos Professores Primário, da criação do Jornal O Educador, entre outros,

de pertencer à comissão administrativa da sociedade, estava como diretor do ensino.

Na República as associações docentes conferem novos significados às reivindicações e ao seu papel na sociedade. Elaboram conferências pedagógicas, subsidiam caixas escolares, promovem semanas pedagógicas e organizam impressos para formar professores em exercício (BISERRA, 2019, p. 86).

Entretanto, as semanas pedagógicas e as demais demandas educacionais, a exemplo da Sociedade dos professores, Cooperativa escolar, Caixa escolar, Museu escolar, Clube agrícola,⁶⁸ entre outros, não eram uma precedência do estado da Paraíba, também estavam presentes no cotidiano educacional de outros locais, como Pernambuco. Desse modo, faziam parte da composição de uma organização nacional para um novo modelo pedagógico na instrução pública.

É interessante registrar que a Sociedade dos Professores Primários da Paraíba mantinha, à época, estreita relação com educadores pernambucanos: professores eram convidados a proferir palestras nas semanas pedagógicas promovidas pelos dois Estados, a publicar artigos nas revistas destinadas ao professorado [...] (PINHEIRO, 2002, p.221, nota de rodapé).

As semanas pedagógicas “[...] funcionaram como uma espécie de formação continuada para os docentes do ensino primário, e tinham o viés renovador” (BISERRA, 2019, p.64). Assunção (2016) refere-se sobre a proposta:

[...] articular o ensino a partir dos reformadores, assegurados pelo discurso escolanovista, ressaltou e organizou semanas pedagógicas de formação dos professores, para que pudessem aprender a planejar e a elaborar planos de aula sob influência dos “afetos e emoções”, e, assim, formar as crianças para o futuro (ASSUNÇÃO, 2016, p. 49).

Conforme descrito nas revistas, a primeira Semana Pedagógica ocorreu em outubro de 1933, a segunda em novembro de 1934, tendo como presidente José Baptista de Mello que também era diretor do ensino primário. A terceira e

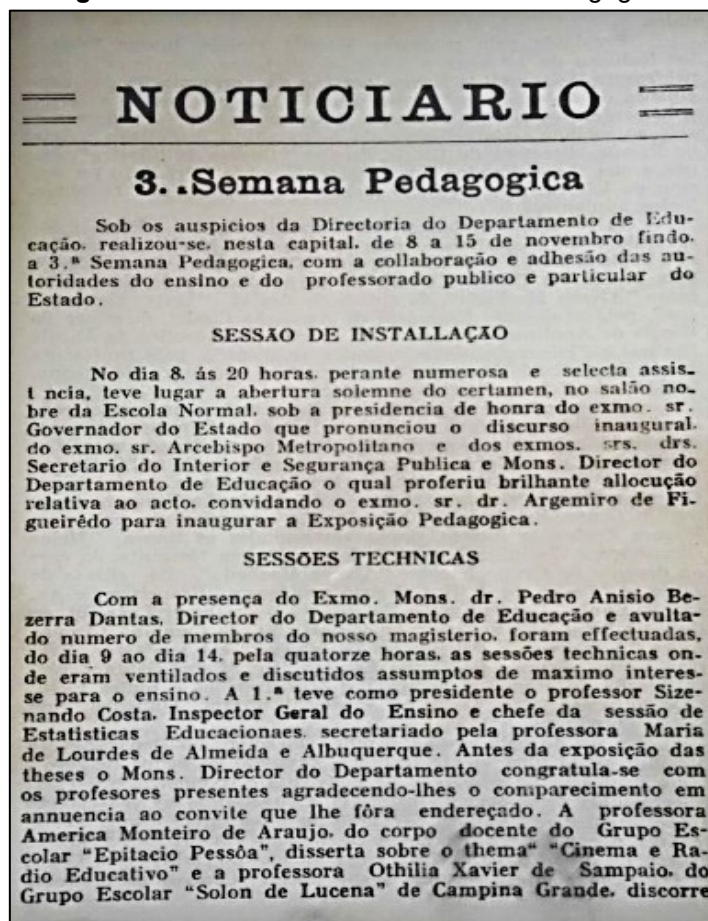
incentivando várias iniciativas. Diversos estudos se debruçaram sobre a vida, obras, discursos e participações de Baptista. Para mais informações ver Amurielle Sousa (2015).

⁶⁸ Serão abordados no debate sobre Instituições Auxiliares do Ensino.

última⁶⁹ ocorreu em novembro de 1936, e teve Sizenando Costa⁷⁰ como presidente, que também era Inspetor Geral do Ensino e Chefe da Sessão de Estatísticas Educacionais.

Foram cinco publicações da Revista do Ensino (1932-1942) que abordaram conteúdos sobre as semanas pedagógicas, destacando as de nº 6 e 7 de setembro de 1933, nº 8 e 9 de março de 1934, nº 11 de dezembro de 1934, nº 14 de dezembro de 1936 e nº 15 de Dezembro de 1937. Aqui, concentramos as revistas que descrevem a 3ª Semana Pedagógica por envolver a participação direta da diretora, professoras e professorandas da Escola de Aplicação, sendo elas as duas últimas edições citadas acima.

Figura 6: Noticiário sobre a 3ª Semana Pedagógica.



Fonte: Revista do Ensino nº14 de dezembro de 1936, p. 83.

⁶⁹ Biserra (2019, p.122) encontra indícios da 4ª Semana Pedagógica no Jornal *A União* de 29/09/1937 (p.1), informando que seria celebrada entre os dias 7 a 14 de novembro de 1937. Para isto, o Diretor do Departamento autorizava encerrar o ano letivo no dia 30 de outubro.

⁷⁰ Inspector Geral do Ensino e também foi presidente da Sociedade dos Professores Primários empossado no dia 14 de julho de 1937 (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 47). Biserra (2019) aponta que o professor participou do corpo administrativo da Sociedade dos Professores Primários, atuando nos cargos de bibliotecário/arquivista (1917-1918) e orador (1918-1919).

A *Revista do Ensino* nº 14 de Dezembro de 1936 (figura 5), como destacou o *Noticiário*, indicou que ocorreu entre os dias 08 e 15 de novembro, no salão nobre da Escola Normal da capital, a 3ª Semana Pedagógica, sendo realizada pela própria Diretoria do Departamento de Educação com a “collaboração e adesão das autoridades do ensino e do professorado público e particular do Estado” (REVISTA DO ENSINO, 1936, p. 83).

O noticiário, composto pelo relatório da 3ª Semana Pedagógica, apresentou o momento destinado às *Sessões Técnicas*, onde se discutiu sobre assuntos pertinentes ao ensino, ocorrendo entre os dias 9 e 14 de novembro de 1936. Na 3ª sessão, presidida pelo professor Sizenando Costa e secretariado pela professora Maria Fernandes, constatou-se a presença de Francisca Ascensão Cunha, diretora da Escola de Aplicação, para exposição da tese “*Tests Pedagógicos*”. Já na 4ª sessão técnica, presidida pelo Diretor do Departamento Mons. Dr. Pedro Anísio Bezerra Dantas e secretariado pela professora Debora Duarte⁷¹, a professora Francisca situou a discussão sobre os “*Testes do A, B, C*”⁷². Seguindo a página 85 do periódico, verificou-se que ocorreram algumas sugestões dadas por terceiros as explicações da professora bem como melhores esclarecimentos sobre os temas por parte da mesma.

Na 3ª sessão técnica, sob a presidência do professor Sizenando Costa, secretariado pela professora Maria Fernandes, são explanadas as seguintes theses: [...] “*Tests pedagógicos*”, pela professora Francisca de Ascensão Cunha, diretora da Escola de Aplicação e regente da cadeira de Didáctica da Escola Normal [...].

À hora regulamentar effectuou-se a quarta sessão da série sob a presidência do professor João da Cunha Vinagre, director do Grupo Escolar “*Epitácio Pessoa*”, secretariado pela professora Zepherina Ramos, sendo apresentadas as theses [...] “*Testes do A. B. C.*”, pela professora Francisca de Ascensão Cunha. [...]

⁷¹ A professora Debora das Neves Duarte foi nomeada para o cargo de ‘*Inspectora Technica do Ensino*’ em 10 de fevereiro de 1936, e colaborou na ‘*Reforma dos Programmas de Ensino Primário e Complementar*’ (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 55). A sua nomeação como *Inspectora Regional do Ensino* aparece no noticiário da *Revista do Ensino* de maio de 1936. Foi também *Secretaria da Revista do Ensino* (1932-1942) no ano de 1936.

⁷² Conforme Saviani (2013, p. 205), os trabalhos de Lourenço Filho culminaram com a *psicotécnica pedagógica* que se voltavam “para questões relativas à avaliação, medidas e testes de aptidão, tendo culminado na elaboração dos famosos ‘*Testes ABC*’, publicados com o *título Teste ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita*, cuja 1ª edição é de 1933 e a última (12ª), de 1974”.

Às 14 horas effectua-se a 5ª sessão technica, presidindo-a o professor Joaquim da Silva Santiago, director do grupo Escolar “Thomas Mindello”, secretariado pela professora Adelita Bezerra Cavalcante. Antes das exposições dos themas a professora Francisca de Ascensão Cunha apresenta os esclarecimentos reclamados em sessão anterior sobre o seu trabalho de “Tests” [...] (REVISTA DO ENSINO Nº 14, de dezembro de 1936, p.84-85).

No dia 11 de novembro no período da tarde e dia 12 no período da manhã, respectivamente 3ª e 4ª sessão técnica da semana pedagógica, Francisca Cunha apresentou teses sobre testes pedagógicos e do ABC, convergentes as novas ações pedagógicas em voga. No dia seguinte, 13 de novembro, no período da manhã, o professor José Bento de Moraes, inspetor técnico regional, formulou “ligeiras sugestões sobre a these da sessão anterior, ‘Tests do A.B.C.’” (Revista do Ensino nº 14 de dezembro de 1936, p.85). A tarde foi dada a oportunidade a professora proferir esclarecimentos a partir das críticas postulada. A sua participação proferindo as teses em torno de avaliações para qualificar alunos/as do primário tinha como principal objetivo principal expor o que estava em circulação naquele momento, sendo informações advindas de uma professora de Didática da Escola Normal Oficial, posto qualificado para direcionar regras e normas a prática do ensino primário.

Logo, os espaços de formação e atuação, não são ambientes imersos de neutralidade e imparcialidade dos/as profissionais, são territórios de lutas e resistências. A diretora recebeu as críticas na sessão técnica posterior e conduziu explicações em torno da análise levantada por outro professor/inspetor sem intimidar-se, tendo em vista, que as semanas pedagógicas recebiam inúmeros professores, inclusive de outras cidades. Podemos preceber que Francisca Cunha assumia funções importantes na educação paraibana, visto que era apta, uma profissional qualificada para a condução do fazer pedagógico. Além disso, as semanas pedagógicas se configuravam em momentos oportunos para ampliação das ideias pedagógicas defendidas pelos/as professores/as mestres e aqueles/as que ocupavam cargos superiores na instrução pública, vozes do próprio Estado. Desse modo, busca-se incentivar e fortalecer as renovações educacionais no processo de formação de professores/as do ensino primário.

As exposições pedagógicas postas na 3ª Semana Pedagógica elucidaram atividades escolares aplicadas a diversos contextos e adaptadas para os diferentes níveis de ensino. No turno da manhã a exposição ficava destinada a visita dos professores e a tarde estava aberta para o público em geral, contando com a presença de uma comissão de professores para as devidas explicações e manuseios dos trabalhos. Apresentaram no stand atividades desenvolvidas nas escolas, como jogos, mapas geográficos, lições, mostruários de produtos regionais, dentre outros.

Além das sessões técnicas privativas aos professores e das sessões plenárias efectuadas no salão nobre da Escola Normal, constituiu uma nota de grande realce no alludido certame como uma demonstração de nossas actividades escolares, a exposição pedagógica instalada nos salões do pavimento térreo do referido estabelecimento. Figuravam no “stand” da Semana Pedagógica grande cópia de jogo didacticos, applicados às diversas disciplinas e adaptados a todas as classes, desde o Jardim da Infância, aos últimos graus do curso primário, mappas geograficos, principalmente dos municípios organizados pelos professores; plantas das cidades e villas do Estado; quadros demonstrativos de planos de lições; centros de interesses; lições ilustrativas; mostruários de produtos regionais, etc. A Escola de Applicaçao, annexa a Escola Normal, expôs seus trabalhos em um dos salões onde se achavam ainda os jogos confeccionados pelas professorandas, sob competente direcção da professora de Didactica, d. Francisca de Ascenção Cunha, directora da referida escola. (REVISTA DO ENSINO, 1936, p.87).

Assim, na exposição pedagógica o público encontrava a exibição de material pedagógico da Escola de Aplicação produzido pelas professorandas, sob a responsabilidade da diretora Francisca de Ascenção Cunha. Percebe-se que o uso do termo “professorandas” implica que seriam as alunas da Escola Normal, ainda em processo de formação, colocando em prática os conhecimentos pedagógicos na instituição.

A Escola de Applicaçao, annexa à Escola Normal, expôs os seus trabalhos em um dos salões onde se achavam ainda os jogos confeccionados pelas professorandas, sob a competente direcção da professora de Didactica, d. Francisca de Ascenção Cunha, directora da referida Escola (REVISTA DO ENSINO Nº 14, 1936, p.87).

Deste modo, as alunas da disciplina de Didática da Escola Normal, matéria que a diretora lecionava, atuaram na elaboração de atividades pedagógicas

desenvolvidas pela instituição, como apontado no relatório sobre a 3ª Semana Pedagógica publicado no periódico. O objetivo era expor trabalhos pedagógicos, como jogos, lições, histórias, mapas, entre outros. Para elas foi designada a nomenclatura de professorandas, ou seja, alunas lidando com a docência, mas que ainda não eram professoras diplomadas, pois estavam em formação. Assim, a Escola de Aplicação se constituiu como ambiente de experiências docentes para as alunas do curso Normal, campo de experimentação. Vale ressaltar que, nos moldes destinados a instituição na sua segunda fase, segundo Freire (2016, p. 79), o IEP contaria com a escola para que professores formados pudessem realizar estágios.

Verificou-se também que neste cenário, em 1936, a Escola de Aplicação situava-se anexa a Escola Normal. Desse modo, implica-se que a constituição da Escola de Aplicação da Paraíba ocorreu antes mesmo da inauguração do complexo educacional do IEP, que conforme Teixeira (2018) foi inaugurado em 19 de abril de 1939⁷³. Podemos considerar que a escola teve duas fases. A primeira vinculada a Escola Normal Oficial e a segunda ao IEP, diferente do que Teixeira (2018) argumenta que não houve indícios da escola antes da implementação do IEP, anos de 1940.

A *Revista do Ensino* nº 15 de dezembro de 1937, na página 55, indicou que a diretora da Escola de Aplicação, Francisca de Ascensão Cunha, esteve em Recife junto com duas novas inspetoras técnicas do ensino, Julita de Andrade Vasconcelos⁷⁴ e Debora Dantas Duarte, para fazer um estágio objetivando capacita-las para a metodologia – Método ativo⁷⁵.

Por iniciativa do Diretor do Departamento, com autorização do sr. Secretario do Interior, as referidas Inspectoras juntamente com a diretora da Escola de Aplicação e professora de Didactica da Escola Normal Oficial , d. Francisca de A. Cunha, fizeram um estagio em Recife, visando a observação do methods modernos de ensino, ali adoptados, bem como a organização do serviço de fiscalização escolar. Assim, foram frequentemente visitados a

⁷³ O prédio central destinado às instalações do IEP foi inaugurado em março de 1939. Entretanto, no lugar funcionou o Liceu Paraibano, deslocado do prédio original para realizar suas funções no edifício central, sendo reinaugurado em abril de 1939 (TEIXEIRA, 2018).

⁷⁴ Mais informações sobre essa professora podem ser encontradas no texto *Julita Ribeiro: reflexões sobre as lições das coisas (1921-1922)*, de Erivalda Lopes dos Santos e Maria Lúcia da Silva Nunes, localizado na obra *Educação E educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações*, organizado por Charliton Machado e Maria Lúcia Nunes (2009).

⁷⁵ Método ativo configuração de aportes metodológicos da Escola Nova.

Escola Experimental com a Secretaria da Educação e Escola de Aperfeiçoamento e Biblioteca Central do professores, o Grupo Escolar “João Barbalho”, a Escola Rural Modelo “Alberto Torres”, em Tigipió, o Grupo Escolar “Silva Jardim”, além de visitas particulares a diretora da Escola de Aplicação, d. Eulalia Fonseca e a Inspectora Alice Breuel, havendo em todas a melhor acolhida e a maior solicitude em atender as requeridas informações (REVISTA DO ENSINO Nº 15, 1937, p. 55).

Esta iniciativa foi designada pelo Diretor do Departamento sendo autorizado pelo Secretário do Interior. Assim, foram feitas visitas *in loco* a diversas instituições, incluindo visitas particulares a diretora da Escola de Aplicação de Recife, Eulalia Fonseca. A aproximação com os preceitos educacionais dos professores da cidade Recife eram modelos a serem correspondidos desde algum tempo⁷⁶, uma vez que a relação com a professora Eulalia Fonseca⁷⁷ se deu ainda na 1ª Semana Pedagógica em outubro de 1933, onde a mesma ministrou uma palestra educativa⁷⁸, sendo uma das embaixadoras pernambucanas convidadas pelas autoridades do ensino da Paraíba. Neste período, assumia a função de diretora da Escola de Aplicação e catedrática da Escola Normal Oficial de Recife (REVISTA DO ENSINO, 1934, p.29).

Logo, a participação dessas inspetoras e da professora na 3ª Semana Pedagógica de 1936 foi planejada de modo que trouxessem contribuições para o que se propagava de mais novo nas instituições de ensino da cidade de Recife e, sobretudo, na Reforma Educacional do país numa perspectiva de renovação do ensino escolanovista, conforme a revista, prática observada da Escola Ativa.

Com a atuação da inspetoria técnica foi possível fazer visitas aos estabelecimentos da capital paraibana, principalmente aos grupos escolares,

⁷⁶ Nesta relação de socialização entre Paraíba e Pernambuco, apontamos a ocorrência de uma palestra proferida pela senhorita Maria Perpedigna Cezar Galvão, jardineira da Escola de Aplicação anexa a Escola Normal Oficial de Recife, na noite de 25 de setembro, no Círculo de Pais e Mestres, em homenagem á embaixada de professores da Paraíba, com o tema sobre a finalidade do jardim da infância (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 51).

⁷⁷ Sobre as ações da Sociedade Pernambucana de Educação, a professora Eulalia Fonsêca, com posto de Diretora da Escola de Aplicação, apareceu encarregada junto com outros professores pelas conferências pedagógicas da “Semana da Educação” do seu estado (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 26).

⁷⁸ Segundo Biserra (2019, p.105), a professa Eulalia Fonseca ministrou a palestra *Métodos de Ensino e sua adaptação* e assumia a função de Diretora de Aplicação e Professora de Didática da Escola Normal de Recife. Cargos semelhantes aos da professora Francisca de Ascensão Cunha do Estado Paraíba.

visando construir, juntamente com o professorado, atividades escolares na proposta da Escola Ativa.

Em visitas assíduas aos estabelecimentos de ensino primário, visando principalmente, os grupos da capital, foram iniciados pelas respectivas inspetoras as actividades escolares com a introdução, aos poucos, das praticas da Escola Activa sem entretanto cahir nos exaggeros do uniteralismo condemnavel, nem nos pressupostos preconceitos philosophicos. Contando com toda a bôa vontade da maioria do nosso professorado, cuja competencia foi posta a prova no magnifico certamen da ultima Semana Pedagógica, as orientadoras do ensino não pouparam esforços no sentido de cooperar para o progresso da instrução em nosso meio (REVISTA DO ENSINO, 1937, p.55-56).

Perante os trabalhos desenvolvidos, Soares Júnior (2015) afirma que em reuniões os inspetores técnicos, diretores e professores de diferentes grupos escolares discutiam sobre os mais variados temas da educação escolar, incluindo apresentação de atividades pedagógicas desenvolvidas no interior das instituições, como trabalhos manuais, jogos, desenhos. Para ele, as Semanas Pedagógicas configuravam uma forma de debater sobre os saberes repassados na *Revista do Ensino* (1932-1942).

Reuniam-se inspetores técnicos, diretores de grupos escolares e professores de cadeiras elementares de todos os municípios, especialmente no início do ano letivo – para discutir as propostas pedagógicas a serem desenvolvidas no ano que se iniciava –, ou no fim do ano – para avaliar os resultados do ensino. Nesses encontros, eram apresentados os trabalhos desenvolvidos nas escolas, especialmente os trabalhos manuais, prendas infantis, jogos, desenhos, dentre outros [...] (SOARES JÚNIOR, 2015, p.71-72).

Como consta no relatório, houve uma variedade de jogos didáticos elaborados pelos professores que atendiam diversos graus escolares, desde o jardim da infância até o curso primário, bem como diversas áreas do conhecimento, a exemplo da matemática, ciências sociais e história natural. A composição desse material pedagógico teve inspiração nos preceitos metodológicos de teóricos europeus que dialogavam com as tendências educacionais renovadoras, sendo estes Decroly, Montessori e Winnetka⁷⁹.

⁷⁹ Em outras publicações da revista, verifica-se a aproximação com teóricos como Dewey, Froebel e Pestalozzi.

Entretanto, diante da exibição da lista dos trabalhos na revista, deu-se maior destaque as atividades com manifestação de denominação alusiva a Decroly, como veremos mais adiante.

Dentre o grande numero de jogos didacticos confeccionados pelos professores e que merecem especial menção no alludido “stand”, figuravam ainda os trabalhos de classe, taes como, interpretações de fabulas, pelos alumnos desde o Jardim da Infância ate os ultimos gráus do curso primário, lições illustradas de todas as materias devidamente confeccionadas em artísticos albuns, centros de interesses, demonstrações de methodos e processos de Decroly, Montessori, Winnetka, etc. applicados à linguagem, à mathematica, às sciencias sociaes, à historia natural, a tudo que parecia proveitoso ao ensino, conforme relação abaixo já publicada na Imprensa Official (REVISTA DO ENSINO, 1937, p.56).

Norteados a partir destes pressupostos teórico-metodológicos e visando orientar os trabalhos didáticos, a inspetoria técnica realizou mais de 400 visitas aos estabelecimentos de ensino. Contudo, a Escola de Aplicação teve orientação da própria diretora e professora Francisca de Ascensão Cunha. O relatório apontou que as cópias dos jogos didáticos foram enviadas a Exposição Nacional de Educação e Estatística⁸⁰ na cidade do Rio de Janeiro. A quantidade de visitas de inspeção demonstrou a necessidade de ampliação e efetivação das práticas pedagógicas, além do poder fiscalizador.

Para os trabalhos de orientação do ensino e renovação methodologica as inspectoras technicas realizaram 485 visitas aos grupos escolares e escolas elementares da capital [...] a ficando a “Escola de Applicaçãõ” sob a orientação da respectiva directora Francisca de A. Cunha. [...] Grande copia destes jogos foi enviada ao Rio para figurar na Exposição Nacional de Educação e Estatística, recebendo os maiores encomios, conforme se constata das publicações annexas (REVISTA DO ENSINO, 1937, p.56).

⁸⁰ No Comunicado da Directoria Geral de Informações, Estatísticas e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública sobre a apresentação dos estados na 1ª Exposição Nacional de Educação e Estatística que ocorreu no Instituto de Educação, a frequência de visitantes foi numerosa, chegando só no último domingo a muitas centenas de pessoas (REVISTA DO ENSINO, p. 121, 1937). As representações da Parayba, Pernambuco e Ceará despertaram interesses. O primeiro estado apresentou diagramas e uma caixa que formava o mapa do Brasil contendo divisão política e subdivisões internas das diferentes unidades da República, chamando bastante atenção do público. Em cada escaninho havia um mostruário das principais e numerosas produções do estado, exibindo também aparelhos de madeira que servem para tecer rendas de produções locais (REVISTA DO ENSINO, 123, 1937). Este Comunicado também é exibido nas páginas 03, 04 e 05 da mesma revista.

A diretora da Escola de Aplicação, com a colaboração das inspetoras técnicas, também consolidou experiências de testes escolares visando classificar alunos do curso pré-primário e 1º ano elementar. Deste modo, implica-se que a instituição atendia aos cursos citados.

Na Escola de Aplicação, sob a competente direção da professora Francisca de A. Cunha, em colaboração com as inspetoras técnicas, foram feitas experiências de testes escolares para classificação dos alumnos do curso pre-primario e 1.º anno elementar (REVISTA DO ENSINO, 1937, p.57).

O relatório da 3ª Semana Pedagógica apresentado na *Revista do Ensino* nº 15 de dezembro de 1937, mostrou as instituições⁸¹ de ensino que apresentaram jogos educativos na exposição pedagógica, sendo a Escola de Aplicação, Grupo Escola Antônio Pessoa (cidade de Umbuzeiro), Grupo Escolar Epitácio Pessoa, Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, Grupo Escolar Duarte da Silveira, Escola Ruy Barbosa, Escola Almeida Barreto, Grupo Escolar D. Pedro II, Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, Grupo Escolar Santo Antônio, Escola Parochial Nossa Senhora de Lourdes. Os jogos também foram apresentados pelas escolas isoladas da capital e pelos grupos e escolas do interior (REVISTA DO ENSINO, 1936, p.87). Percebe-se a necessidade de obter um vasto campo de circulação das novas ideias pedagógicas nas instituições, especialmente no atendimento da educação primária, que não se limitou ao terreno da capital paraibana, mas tentou-se propagar também nos grupos escolares do interior. O planejamento educacional paraibano objetivou tal alcance, divulgando, a nível estadual, o que havia de mais moderno nos preceitos pedagógicos, sobretudo, conjugando com o que era nacionalmente difundido. Desse modo, as semanas pedagógicas podem evidenciar parte da cultura escolar primária elucidada através da prescrição das atividades modelos que foram exibidas na exposição.

Pela Escola de Aplicação foram apresentados diversos jogos pedagógicos que envolviam áreas da matemática (aritmética e geometria), geografia, religião, português, artes, literatura.

⁸¹ Apresentadas também na *Revista do Ensino* nº14 de dezembro de 1936, na página 87, sobre o relato da Exposição Pedagógica referindo-se a logística de apresentação das instituições nas salas dos estabelecimentos onde se instalou a 3ª Semana Pedagógica.

Jogos educativos apresentados por diversos estabelecimentos de ensino à Exposição Pedagógica promovida pelo Departamento de Educação. ESCOLA DE APLICAÇÃO 16 quadros para ensino de leitura de arithmetica. 1 caixa de madeira para o ensino de unidade, dezenas, centenas e milhares. 8 jogos de observação – Decroly. 1 quebra-cabeça – Europa. 1 quebra-cabeça – Asia. 3 quebra-cabeças – America do Sul. 20 quebra-cabeças – Scenas, chromos e quadros religiosos. 6 caixas “O pequeno architecto”. 4 collecções de cubos com figuras, letras e números. 1 mappa do Brasil recortado em papelão. 1 jogo Eureka. 2 collecções de letras coloridas. 4 caixas com cubos formando os Estados do Brasil e a America do Sul. 1 jogo para a formação de mosaico. 1 jogo de encaixe em madeira quadriculada. 1 – Formas e côres. 1 – Os balões. 1 Direita – Esquerda. 1 – A moringa. 1 – O calçado. 1 – As linhas. 1 – Os valores. 1 – Formas geometricas. 1 – Dobradura. 1 – Jardineiro. 1 – O lenhador. 1 – Figuras geometricas. 1 – Silhuetas. 1 – Proporções. 1 – Dimensões – Direcções. 1 – Mesa de Toilette. 1 – As linhas. 1 – Posições e attitudes. 1 – Valores. 1 – Dobraduras. 1 – Dominós. 1 – Equilibrio. 1 – Geradores. 1 – As côres e seus valores. 1 – Caixa decorativa. 1 – Os centímetros. 1 – Os pregos. 1 – O marceneiro. (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 86-87).

Nas páginas 88 a 91 da *Revista do Ensino* nº 15 de dezembro de 1937, o relatório exhibe uma lista detalhada dos jogos organizados pelas alunas da disciplina de didáticas da Escola Normal, ditas como professorandas.

JOGOS ORGANIZADOS PELAS PROFESSORAS DA ESCOLA DE APLICAÇÃO E ALUMNAS DE DIDACTICA: 2 jogos de paciencia – (Decroly). 9 jogos de encaixe – (Decroly). 6 jogos de encaixe – (Decroly). 1 collecção para o ensino de palavras. 1 collecção de cubos com alphabeto. 6 jogos de identificação – (Decroly). 3 quadros para adidção concreta – (Decroly). 1 jogo – Scenas para completar – (Decroly). 1 jogo – Iniciação ao ensino de leitura – (Decroly). 2 jogos – as paysagens – Decroly. 1 jogo – interpretação de scenas. 1 jogo para o ensino da syllaba Inicial. 1 jogo – decomposição de numeros (Decroly). 3 collecções de dominó para o ensino de adição. 1 jogo – primeiras lições de leitura. 1 jogo – objectos que faltam (Decroly). 1 – reconhecimento de objectos. 1 jogo – reconhecimento de animaes. 1 collecções de enveloppes com historietas recortadas (16). 2 relogios para o ensino das horas. 1 quebra-cabeça para somma. 1 mappa do Brasil recortado e colorido em madeira. 1 collecção de algarismo arabicos e romanos. 1 collecção de cartões para o ensino de syllabas (10). 1 collecção de dominó para o ensino de adição concreta (Decroly). 2 jogos para o ensino de adição e subtracção. 1 historia muda. 1 collecção de solidos geometricos (20). 2 jogos para o ensino da multiplicação e divisão. 4 collecções de dominó. 1 jogo – vegetaes animaes. 1 quadro para o ensino de geometria. 1 quadro – figuras geometricas. Alavancas – dominó – desenho. 1 jogo – dominó para o ensino de português. Lição de português (conjuncção). Lição de sciencias physicas. 1 jogo de

dominó para o ensino de geometria. 1 jogo – português da Parayba. 1 quadro para conhecimento de numeros. Lição de quadrilateros. Lição de botanica. Lição de systema metrico. Lição de sinonimos. Lição de divisão dos vertebrados. Lição de accento tonico. Lição de o calor. 1 jogo – Historia Natural e Português. 1 jogo – as bandeiras. Lição – a agua. Lição – Invertebrados. 1 jogo – aparelho respiratorio. Lição – estomago – pancreas. Lição – circulação. 1 jogo – meios de transporte. Lição de Historia do Brasil. 1 jogo – serras do Brasil. 1 jogo – presidentes da Republica. 1 jogo – círculos terrestre. 2 jogos – accidentes geographicos. 2 jogos – quebra-cabeça – o Brasil. 1 jogo – mappa da Parahyba – rios. 1 jogo – mappa da Parahyba – cidades. Produções do Brasil – capitaes. . Produções do Brasil – capitaes. Quebra-cabeça – Estados do Brasil. 1 jogo vispora – cidades do Brasil. Qualidades – adjectivo. 1 jogo – scenas. 2 jogos antonimos. Lição de fracções. 1 jogo – reconhecer os animais. 1 jogo – o livro (para o ensino de geometria). 1 jogo – a bandeira (para o ensino de português). 1 jogo – de arithmetica (1.º anno). 1 jogo – formação de phrases. 1 jogo – flexão de numero. 1 jogo – de syllabas. 1 jogo – os reinos da natureza. 1 jogo – nacionalidades. 1 jogo sinonimos. 1 jogo – numeros de syllabas. 1 jogo – identificação. 1 jogo – português e geometria. 1 jogo – palavras variaveis. 1 jogo – partes de uma flôr. 1 jogo – proporções. 1 jogo – produções do Brasil. 1 jogo – conjuncção. 1 jogo – feriados nacionaes. 1 quadro para conhecimento de numero. 1 jogo para ensino do calor. 1 jogo de syllabas. (REVISTA DO ENSINO, 1937, p.87-89).

Acrescentaram-se nas atividades elaboradas pelas alunas áreas das ciências naturais, história, alfabetização, feriados nacionais e civismo. Diante da exibição das listas de jogos da 3ª Semana Pedagógica, verificou-se que a construção do material pedagógico atendeu preceitos teóricos da Europa, como dito anteriormente, tendo mais ênfase Decroly. A *Revista do Ensino* (1932-1942) partilhou de modelos de ideários da cultura educacional, pondo em circulação e definindo o que deve ser culturalmente compartilhado. A teoria e a prática pedagógica de educadores-mestres são redigidos e instaurados na Instrução Pública.

O médico belga Ovide Decroly (1871-1932) se destacou na *Revista do Ensino* nº 10 de julho de 1934, no artigo intitulado *DECROLY -- O GRANDE EDUCADOR* que se dedicou a narrar como ele se interessou pela educação, os locais que adotaram seu método e como se desenvolvia.

O texto iniciou relatando sobre a sua morte há pouco mais de um ano, em Bruxelas, e indicou que ele foi fundador de um método de educação e ensino com eficácia em países da Europa e da América. Decroly é enaltecido como *grande*

observador e grande amigo da infância e interessou-se por crianças anormais⁸², sendo contemporâneo de Maria Montessori. Em 1907, abriu a Escola de Ermitage em Bruxelas, atendendo meninas e meninos de 5 a 12 anos idade e, posteriormente, de 12 a 15 anos de idade. Segundo o periódico, o método foi adotado na Áustria, Holanda e Turquia e em algumas escolas da França.

O método propunha o respeito à atividade espontânea e a individualidade, aceitando educar juntos meninas e meninos. O papel do educador era “preparar a criança para a vida em geral e para a vida social em particular. Era preciso portanto fazê-la conhecer sua própria personalidade e o conhecimento do meio natural e humano no qual vive” (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 22).

[...] Decroly começou por interessar-se pelas crianças anormais e foi depois de experimentada sobre inteligências atrasadas a eficácia dum tratamento fundado sobre a psicologia que concebeu seu método educativo e abriu em Bruxelas, em 1907, a Escola de Ermitage para crianças normais, meninas e meninos de 5 a 12 anos. A divisa desta escola era: “Para a vida e pela vida”. [...] Como todos os pedagogos modernos, dr. Decroly funda seu método sobre o respeito da atividade espontânea e da individualidade. Põe no primeiro plano a iniciativa, o sentido da responsabilidade, a disciplina livre. É partidário da co-educação e do self-controle (REVISTA DO ENSINO, 1934, p.22).

Para ele, era preciso instigar o aluno, ligando os estudos a um *centro de interesse* que considerasse o indivíduo e o seu meio.

O sistema Decroly propõe-se, primeiro, a interessar muito o aluno. Ligar-se-ão os estudos a um centro de interesse, quer dizer a uma necessidade primordial: necessidade de alimentar-se, defender-se, de agir, de divertir-se, de elevar-se, etc., etc... Partindo do estudo das suas necessidades e das condições nas quais se realizarão, abraça-se, gradualmente, o estudo completo do homem e do seu meio (REVISTA DO ENSINO, 1934, p.22).

Podemos ver um exemplo de como se consistiu o desenvolvimento do seu método no ensino, onde prevaleciam as ações que facultavam aptidões de observação, associação e expressão das crianças. Decroly direcionou a construção do currículo sem seguir uma divisão tradicional das disciplinas, estimulando a aprendizagem a partir das expressões concretas. Como modelo,

⁸² Termo utilizado pela revista.

sugeriu que da necessidade de comer e de se vestir podia-se emanar aprendizagens sobre ciência, cultura, história, artes, geografia, economia.

E assim por exemplo que partindo do pão e do vestuário, abordar-se-á a digestão a circulação, as fricções da pele, depois a cultura do trigo, tecidos, a história dos costumes e das artes, geografia natural e econômica. Durante este estudo, o aluno é convidado a observar e a lembrar-se de tudo o que pôde saber dizendo respeito ao pão e ao vestuário. O que ele não sabe é-lhe fornecido por documentos: fotografias, desenhos, amostras, etc. e convida-se para reproduzir e colecionar; enfim tem que procurar nos livros tudo que diz respeito ao seu estudo e fazer um resumo. Pondo portanto em ação suas faculdades de observação, de associação e de expressão, essas últimas por todos os meios possíveis: desenho, colocação, modelagem, recorte, leitura, escrita, redação espontânea, etc., etc. (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 22).

Assim, o ensino deveria estar vinculado às necessidades e interesses do meio habitual da criança para depois interligar ao estudo das áreas das ciências. Valia aos alunos participar, notando o que já sabia sobre aquele conhecimento. O que não soubessem seria ofertado por meio de interações com imagens, que por fim resultariam em expressões concretas com demonstrações de desenho, escrita, entre outros.

Os jogos didáticos, o passeio, a conversa e os trabalhos manuais faziam parte do programa elaborado por Decroly, valorizando também os exercícios ao ar livre como excursões e visitas, o que direcionavam a um *método do trabalho direto e concreto*. Segundo o artigo da revista, o ensino verbal seria incapaz de garantir este tipo de conhecimento, pois o teórico associava o campo da expressão também ao corpo, a imagem, a construção e a arte.

Os trabalhos manuais ocupam um grande lugar nas escolas de Decroly: jardinagem, cuidados a presar aos animais, tecelagem, carpintaria, costura, cozinha e mesmo a tipografia. [...] Os jogos, o passeio e a conversa ocupam uma grande parte do programa. Nas instruções dadas aos seus subordinados, o Dr. Decroly recomendava reservar diversas manhãs para excursões e visitas (pescas, colheitas de insetos, visitas de usinas, de trabalho de artes, museus, etc.) (REVISTA DO ENSINO, 1934, p.23).

Seguindo este fundamento, diversos jogos também aparecem na lista dos trabalhos elaborados pelas respectivas professoras: Azeneth Carvalho de Tôleo,

Maria de Lourdes Bonavides, Beatriz Correia Lima, Severina Barrêto, Laura Campello.

Professora Azeneth Carvalho de Tôledo. Uma collecção de jogos para o ensino das operações fundamentaes. (4). Uma collecção de quadrinhos em madeira para o ensino da syllaba inicial (1). Uma collecção de quadros em madeira entalhados para o Jardim de Infancia (6). 1 – quebra-cabeça em madeira para adição. 2 – jogos de paciencia (Decroly). 1 – quebra-cabeça em madeira com os Estados do Brasil. Professora Maria de Lourdes Bonavides. 3 collecções de alfabeto em madeira. Uma collecção de 3 quadros para o ensino de audição concreta (Decroly). 3 collecções de dominó em madeira. Uma collecção de algarismos arabicos e romanos em madeira. Professora Beatriz Correia Lima. 1 trabalho em gesso. 2 quadros de viagem. 1 quadro da Parahyba em 1692. 2 quadro jogos pyrogravados para o ensino de arithmetica. 6 quadros pintados a oleo para o ensino de leitura. Professora Severina Barrêto. Uma collecção de jogos para o ensino de syllabas. Uma collecção de 16 envelopes com historiêtas recortadas. 1 relógio de papellão com ponteiros de metal acompanhado de pequenos relógios. Este jogo é destinado a aprendizagem das horas. Professora Laura Campello. Uma historia muda. 1 quadro para ensino de geometria. Uma collecção de quadros de madeira para desomposição de numeros. (REVISTA DO ENSINO Nº15, 1937, p.89-90).

Conforme o relatório da revista, a professora Ergida Leal Lemos também desenvolveu atividades pedagógicas para a exposição da 3ª Semana Pedagógica, sendo ela a responsável por produzir materiais de madeira. Esta professora conduzia a disciplina de trabalhos manuais, sendo possível defini-la como parte do currículo da Escola de Aplicação da Paraíba. Oliveira (2007) sugere que algumas disciplinas sistematizavam-se a partir das práticas populares, a exemplo da disciplina citada. Segundo o autor, alguns programas, especialmente o do Paraná trazia observações como:

[...] Os trabalhos manuaes prepara meninas consistirão em trabalhos de agulha e prendas domésticas. Os trabalhos manuaes para meninos ficam ao critério dos professores, enquanto não estiverem as escolas convenientemente aparelhadas (OLIVEIRA, 2007, p. 288).

Sendo iniciativas de diversos estados, os programas reconfiguravam a organização dos saberes que percorriam o cotidiano escolar, marcados pela construção social pautada pela inovação ou pela tradição, inclusive ajustada a partir dos papéis sociais dos sujeitos, meninos e meninas.

As professoras Jasintha Neves e Alice Pinto Seixas trabalharam auxiliando no bom êxito da exposição.

JOGOS EDUCATIVOS APRESENTADOS POR DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO A EXPOSIÇÃO PEDAGÓGICA PROMOVIDA PELO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. ESCOLA DE APLICAÇÃO. Professora Ergida Leal Lemos (professora de trabalho). Uma collecção de cubos com letras. 3 collecções de arithmetica (Decroly). Uma collecção de dominó e numeros. Uma collecção de solidos geometricos. 1 mappa do Estado da Parahyba em madeira para o ensino dos rios. O preparo da madeira para os jogos acima descriptos esteve ao cargo da professora de trabalhos: Foram igualmente por ella executadas as caixas que se acham expostas na Escola de Applicaçao (112). Também trabalharam para o bom exito da exposição as professoras Jasintha Neves e Alice Pinto Seixas. João Pessoa, 17 novembro de 1936. Franscisca de Ascensão Cunha, directora da Escola de Applicaçao. (REVISTA DO ENSINO Nº15, 1937, p. 90-91).

Logo, a participação das professoras e professorandas da Escola de Aplicação no preparo de materiais didáticos, se delineou para a consolidação do método ativo centrado no aluno, a exemplo do método global defendido por Decroly, utilizando como referência os *centros de interesses* e as coleções de jogos para o ensino de linguagem, aritmética e geometria, ciências, formação de mapas, entre outros elementos que conjugavam com situações concretas envolvendo o cotidiano escolar das crianças. Nesta perspectiva, mostrou-se a vinculação direta entre métodos e materiais, jogos, mapas, caixas geométricas, entre outros, concretizando o fazer pedagógico.

A Escola de Aplicação demonstrou uma exposição pedagógica inerente ao que se propagava no contexto educacional da Escola Nova. Neste sentido, a cultura escolar definida no conjunto de normas e práticas conduzem a circulação de saberes e conhecimentos, pois, determina “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar” (DOMINIQUE JULIA, 2001, p.10).

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (DOMINIQUE JULIA, 2001, p.10).

Assim, as professoras são chamadas a conduzir normas e práticas da cultura educacional do ensino primário, em rigor, as concepções pedagógicas culturalmente aceitas e adotadas, desenvolvendo as atividades sugeridas e apresentando-as aos demais docentes. Essa contribuição presume uma aquisição por parte daqueles/as que observavam e indagavam sobre as vitrines pedagógicas.

Esse momento de exposição também ficava aberto ao público em geral, buscando a aceitação e conduzindo explicações a sociedade, de modo que sanassem interpretações divergentes. A cultura escolar é também o resultado das experiências e sentidos construídos ou disputados pelos sujeitos, sendo assim, considera “outras culturas institucionais que estão em consenso e o conflito com a escola – como a cultura familiar” (FARIA FILHO, p. 198).

Recebiam também visitas de autoridades políticas que obtinham conhecimento do que estava sendo investido e implantado, seguindo as regras do que se regulamentava, sinais de aprovação e exposição dos grandes feitos pelo governo, a exemplo do moderno, avançado e efetivo modelo educacional.

Desse modo, a *didatização*, a *experimentação* e o *aprender vendo* são aspectos produzidos pela Escola Nova, sendo as semanas pedagógicas uma estratégia de produção e circulação dos saberes e espaço para a incorporação das novas concepções pedagógicas, na apreensão de novos *habitus*. Segundo, Faria Filho (2007, p. 207) “[...] em boa parte estamos lidando mais com culturas escolares prescritas do que culturas escolares praticadas no interior das escolas”, não sendo diferente nas semanas pedagógicas, que pelas exposições dos trabalhos podemos refletir sobre as pistas que se aproximam das práticas educativas presente na cultura escolar primária. A análise através das revistas apontou para alguns indícios das práticas escolares que ajudam a montar as peças de um mosaico referente a uma parte significativa e pouco explorada da Escola de Aplicação.

As inspetoras do ensino estiveram por dias acompanhando as escolas, assumindo o poder da vigilância, visto que adotam a função de agentes fiscalizadores. Elas participaram antecipadamente de visitas em instituições referências em outras cidades, a exemplo de Recife, constituindo-se como modelos educacionais para as demais regiões. De todo modo, seria a partir da

prática de vigilância que professoras através das inspetoras receberiam a aprovação do seu trabalho.

Portanto, a presença e a atuação das mulheres professoras/professorandas nos espaços de apropriação e circulação dos saberes divergem com a cristalização referente à circulação dos saberes e conhecimento como produto e produzido pelo público masculino. As professoras são participantes da introdução e da prática das novas ideias educacionais no âmbito local das escolas primárias paraibanas, prescrevendo as práticas educativas em torno da concepção pedagógica vigente, instauração de uma prática modelar.

3.1.5 Instituições Auxiliares do Ensino

As Instituições Auxiliares eram serviços que incidiam sobre o ensino, sendo ofertados nas instituições escolares. Entretanto, os serviços estariam à disposição dos estabelecimentos conforme critérios de adequação, apropriação e necessidade da demanda. Enquadraram-se nestes serviços: cinema e rádio educativo, museu escolar, biblioteca, clube de leitura, caixa escolar, círculo de pais e mestres, jornal escolar, clube agrícola, cooperativa escolar, liga da bondade, grêmio escolar, liga da assiduidade, liga desportiva, sociedade literária, clube dos amigos da natureza, entre outros, que corresponde a página 116 da *Revista do Ensino* nº18 de 1942.

No plano das técnicas pedagógicas, foram adotados, em 1935, o cinema e o rádio educativos na instrução primária [...] em 1921, o cinema, visto pelos mais conservadores como algo permissivo, fora considerado nocivo à sociedade e, principalmente, às crianças e aos adolescentes. Incorporado como recurso pedagógico 14 anos depois, esse meio de comunicação, ironicamente, passou a ser utilizado pelos professores como facilitador da aprendizagem (PINHEIRO, 2002, p. 190).

[...] foram também criados os Clubes Agrícolas, cujas atividades ultrapassaram os limites das salas de aula. Preferencialmente localizados nos centros urbanos, já havia, em 1942, 19 desses estabelecimentos espalhados por todo o estado (idem, p.223).

Na *Revista do Ensino* nº 16 de agosto de 1938, apareceu o *Comunicado das Secções de Publicações do Dep. de Educação*, localizado nas páginas 35, 36

e 37, com título *Instituições Auxiliares do Ensino*. Este comunicado sinalizou o funcionamento de serviços de biblioteca, cinema educativo, museu escolar e círculos de pais e mestres.

Bastos, Lemos e Busnello (2007) também identificaram na Revista de Ensino/RS expressões e estímulos dados pela Escola Nova. Para as autoras, além dos limites da escola, definem-se o “modo de pensar e agir difundidos no interior de nossas sociedades” (BASTOS; LEMOS; BUSNELLO, 2007, p.48).

Também as atividades consideradas extraclasse, muito estimuladas pela equipe editorial, como expressão de uma **escola ativa**, foram registradas: clubes agrícolas, pelotão da saúde, sopa escolar, museu didático, colônias de férias, clube da economia, escotismo (BASTOS; LEMOS; BUSNELLO, 2007, p.52).

Assim, a circulação desses serviços conjuga com a investida ampliação dessas ações educacionais conduzidas pela renovação do ensino nacionalmente e assumidas nas instruções públicas locais. Para Dominique Julia (2001, p. 10), para além dos limites da escola, definem-se o “modo de pensar e agir difundidos no interior de nossas sociedades”.

Na revista da Paraíba, apontou-se para biblioteca central, tendo a parte circulante e a estável, para os professores com possibilidades de empréstimos e as bibliotecas infantis para os grupos escolares e escolas isoladas. As bibliotecas escolares poderiam organizar clubes de leituras e deveriam ter um rigor na organização de livros adquiridos e doados, repassando ao departamento uma lista, mensalmente, com dados informando o autor, o repassante e o gênero literário. Além disso, os livros deveriam ser retirados da biblioteca se estivessem censurados. .

INSTITUIÇÕES AUXILIARES DO ENSINO. Comunicado da Secção de Publicações do Dep. de Educação. Já se acham funcionando no Departamento de Educação os diversos serviços de Bibliotéca, Cinema Educativo, Publicações e Instituições Auxiliares do Ensino. Êstes serviços que estão sendo divididos em secções, obedece ao controle de uma chefia que os sistematiza, orienta e informa. BIBLIOTECA. Consta da Biblioteca central para professores e bibliotecas infantis nos Grupos escolares e escolas isoladas. A Bibliotéca Central é dividida em duas partes. Bibliotéca estavel e circulante. A circulante é destinada ao emprestimo de livros aos professores mediante recibo e formula com data da saída e entrada dos livros. As bibliotecas escolares podem ser anexadas clubes de leituras de acordo com os preceitos

pedagógicos modernos. Todos os livros doados ou comprados pelas bibliotecas serão censurados pela Chefia dos serviços. Todos os organizadores de bibliotecas escolares ficam obrigados a remeter mensalmente para a secção central competente, no Departamento de Educação, uma lista dos livros adquiridos ou doados com o nome do autor, do ofertante e gênero de literatura. O livro condenado pela censura será imediatamente retirado da biblioteca. O professor Severino Rocha publica nesta revista um plano para a organização das bibliotecas escolares, de acordo com o que temos de mais perfeito neste sentido (REVISTA DO ENSINO Nº 16 DE AGOSTO DE 1938, p.35).

Durante os anos de 1935 e 1936, funcionaram estes serviços com a regularidade precisa, tendo sido dadas lições ilustradas por projeções movimentadas em todos os grupos da Capital, Escola de Aplicação, Escola Normal e principais grupos do interior. No Instituto de Educação, em acabamento, estão instalados auditórios e aparelhos moderníssimos de radio-cinematografia educativa (REVISTA DO ENSINO Nº16, p. 36, 1938).

O cinema educativo compreendeu a “alta finalidade da educação pela imagem [...] meio eficiente e moderno de que se serve a pedagogia para objetivar o ensino das diversas disciplinas” (Revista do Ensino, 1938, p.36). O serviço de cinema educativo, bem como de rádio, biblioteca e publicações, foi regulamentado pela Lei nº 16 da Reforma da Instituição Pública do Estado e sofreu alterações a nível federal por meio de Decreto. Este serviço funcionou com regularidade nos anos de 1935 e 1936, atendendo a Escola de Aplicação⁸³. Por fim, garantiam que aparelhos cinematográficos modernos seriam instalados no Instituto de Educação, neste momento, com as construções dos prédios ainda em reformas.

Durante os anos de 1935 e 1936, funcionaram estes serviços com a regularidade precisa, tendo sido dadas lições ilustradas por projeções movimentadas em todos os grupos da Capital, Escola de Aplicação, Escola Normal e principais grupos do interior. No Instituto de Educação, em acabamento, estão instalados auditórios e aparelhos moderníssimos de radio-cinematografia educativo (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 36).

Neste mesmo comunicado solicitavam aos membros do magistério primário do Estado agilidade na fundação dos Círculos de Pais e Mestres. Chamavam a atenção dos professores sobre a relação proximal entre lar e escola, onde

⁸³ Grafia apresentada a partir dos impressos de 1938.

poderiam propor um convite aos pais para um chá de cordialidade para tratar sobre assuntos de ordem comum. Este momento deveria ser um reunião festiva, apoiando também uma diretoria “composta de elementos de ambas organizações sociais” (REVISTA DO ENSINO, 1938, p.36). Em outras reuniões discutiriam sobre os serviços de cinema escolar, palestras, conferências, além de possíveis problemas de educação, sendo benéfica às visitas periódicas dos pais para ter conhecimento das necessidades, da situação econômica e abordagem sobre assuntos ligados a higiene e saúde.

As visitas periódicas aos pais dos alunos são de grande vantagem e interesse para a educação. Nos lares o professor fica mais ao par das necessidades de cada escola, da sua situação econômicas; podem ser tratados nessas ocasiões assuntos de higiene, saúde, etc. Pedimos aos membros do gagistério (erro datilográfico: magistério) primario do nosso Estado que apressem a fundação do Círculos de Pais e Mestres (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 37).

Sobre o Círculo de Pais e Mestres, a *Revista do Ensino* nº 10 de julho de 1934 aponta considerações a partir do artigo *O Lar e a Escola: contribuições sobre o Círculo de Pais e Mestres*, escrito por Mario Gomes. O artigo dividiu-se em cinco partes. A princípio ponderaram-se explanações a respeito do que se entende por família, lar, sociedade, sociologia e escola. No segundo momento o autor considerou que a escola e o lar não estão desarticulados, são dois elementos sociais vinculados.

Pôde o lar se eximir até certo ponto da parte instrutiva que afêta mais diretamente á escola. Nunca entretanto se alheiará á parte educativa nem se afastará do interesse pela instrução, pedindo contas á escola da realização completa desta parte. A escola não influirá diretamente na parte educativa pre-escolar confiada aos lares, mas como elemento articulador entre a sociedade e a família está obrigada a agir como fator de controle, pedindo aos chefes de família contas pela exação dos preceitos por éla ministrados. O LAR tem obrigação moral de dar contas á escola do cumprimento das suas fórmulas educativas, salvo se a escola se desvirtuar de sua finalidade (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 25-26).

A terceira parte do texto especificou a finalidade da educação, afirmando que esta teria a intenção de conduzir a perfeição do indivíduo e a preparação para a vida, cabendo ao lar e a escola proporcionar os meios. Uma vez que a função

educativa do lar precedia o da escola, seria no Círculo de Pais e Mestres que a família receberia conhecimentos para garantir aos lares a condução da educação das crianças. Logo, seria um intercambio entre família e escola.

Pela própria logica da evolução, a função educativa do lar precede á função educativa da escola e assim sendo, os lares necessitam de conhecimento necessarios para guiar a educação da infância nos seus primeiros passos, ou melhor, no periodo plastico inicial. É nos CIRCULOS DE PAIS E MESTRES onde os chefes de família irão receber tais conhecimentos. CIRCULO DE PAIS E MESTRES se chama á instituição moderna destinada a estabelecer uma espécie de intercambio entre família e escola. Os pais, nesses centros, aprendem os modernos preceitos de higiene infantil, inteiram-se da metodologia nova do ensino, adquirem dados para ajuisar do progresso escolar dos seus filhos e sobretudo recebem e oferecem sugestões que são verdadeiras contribuições mutuas na função de educar (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 26).

Assim, o círculo era instituído como uma instituição moderna para auxiliar a educação, onde os pais estariam a par do progresso educacional dos filhos, das novas metodologias utilizadas, além de garantirem informações acerca de higiene infantil, oferecendo e recebendo sugestões que contribuíssem com o educar.

No quarto momento, mostrou como seria a organização dos Círculos, sendo convocado pelos inspetores de ensino ou diretores de grupo no pretexto de uma reunião festiva para declarar a fundação e proclamar a direção. Poderiam ter características de uma festa íntima, como chá da cordialidade, demonstrar canto coral, cinema educativo, entre outros. Entretanto, a contribuição ao círculo não era obrigatória.

Na quinta etapa, intitulada *Uma ligeira palestra com os pais*, o autor sinalizou que, enquanto inspetor, percebia a dificuldade que se encontravam os mestres para convencer os pais de certas medidas adotadas pela escola e da eficiência dos métodos propostos pela escola nova. Ele saiu em defesa dos professores que eram, em geral, *senhores de cursos especializados*, com técnica precisa para orientar a educação, com sabedoria para reconhecer qual o método mais apropriado para os alunos, cabendo aos pais não exigirem milagres, mas confiarem no professor. O autor justificou que a falta de confiança no professor acarretaria sérios danos aos alunos e que transitar por várias escolas ocasionaria ausência de aprendizagem. Defendeu que a escola nova é um processo de

educação progressivo em que elos interrompidos com esta poderiam custar o fracasso no trabalho educativo, sendo assiduidade à base para eficiência da metodologia moderna.

A escola nova é senhora de um processo de educação progressiva cujos élos em sendo interrompidos darão como resultado o fracasso completo de todo trabalho educativo. No ensino da leitura acarreta o professor os mais graves empecilhos produzidos pela alta de observação dos pais que não conhecendo a técnica do ensino analítico, extranham que o seu filho aprenda primeiro as sentenças que as sílabas e letras. Não sabem que esse método conduz a criança a um progresso rápido, fazendo-a aprender a lêr em poucos meses e que com a continuação saberá soletrar e conhecer os caracteres alfabéticos com a mesma precisão dos instruídos pelo método sintético. Um outro ponto bastante combatido pelos pais é a adoção do fardamento escolar. Alegam geralmente o dispendio econômico do traje como justificativa do seu modo de vêr. É preciso porém não esquecer que a escola tudo prevê. Quando adota oficialmente uma medida qualquer, já foi a mesma discutida pelas maiores autoridades pedagógicas. A farda escolar é antes que tudo econômica. Dois fatos escolares são bastante a uma criança pobre. É um traje oficial com que pôde frequentar não só as aulas como todas as grandes festas sem receio de trajar em desacôrdo com a indumentaria precisa. De custo precário, está ao alcance de todos. A farda é feita de tecido poroso e côres absorventes dos raios químicos da luz, de acôrdo com os preceitos de higiene. A criança tem necessidade de receber pela pêle esses raios que influem diretamente em a sua saúde. (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 27-28).

Outro fator é a falta de conhecimento dos pais na técnica de ensino analítico que causaria estranheza ao modo como os filhos aprendiam. Também ponderou sobre o uso de fardamento, onde os pais alegavam despesas. Contudo, seria indispensável como traje oficial para frequentar as aulas e grandes festas, sendo fabricada de tecido próprio para absorção dos raios solares, conforme os preceitos de higiene, além de custo ao alcance de todos.

Segundo o autor, alguns pais condenavam o recreio escolar. Para isto, argumentou sobre a necessidade da criança explorar e divertir-se, justificando que a maioria da autoridade médica americana recomendava como importante, pois estimulava a receber raios solares, oxigenar os pulmões, fortalecer o coração, adquirir apetite, desenvolver a musculatura e criar resistência a doenças, eliminando toxinas pelo suor.

Os recreios são ainda pontos visados pela má vontade de alguns pais. É necessario entretanto convir que o menino tem direito de viver: - Correr, brincar, exercitar os seus musculos, banhar-se de luz e de sol. [...] Os parques de recreio estabelecem a fraternidade, regulam a conduta nas competições desportivas e despertam a obediencia pela disciplina nos jogos. Não há pois razão alguma para que os pais condenem o recreio. Quantas crianças dispõem em seus lares da área necessaria para a sua expansão? A criança que não tem a terra precisa para os seus jogos e brinquedos é um calcêta precoce, um condenado inocente. A ESCOLA SABE O QUE FAZ! (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 28).

Além de garantir as condições de saúde, o recreio favoreceria a construção condutas, obediência, disciplina, sendo momento de fraternidade. Uma criança sem vivenciar este momento de brincadeiras seria prisioneira, condenada inocentemente. O autor evocou que a escola tem sabedoria no que faz.

Figura 7: Dados das Instituições Escolares registradas nos serviços de Instituições Auxiliares do ensino do Departamento de Educação incluindo da Escola de Aplicação.

REVISTA DO ENSINO			
N.º de ordem	TIPO	DENOMINAÇÃO	LUGAR ONDE FUNCIONA
116	CAIXAS ESCOLARES (109)	—	Em todos os municípios do Estado
43	Círculo de Pais e Mestres	—	Grupo Esc. de Itabaiana
46	Grêmio Infantil	1.º de Janeiro	Grupo Esc. de Santa Rita
47	Liga de Assistência	—	Grupo Esc. de Santa Rita
48	Grêmio Infantil	21 de Abril	Grupo Esc. de Santa Rita
49	Liga de Bondade	—	Grupo Esc. de Santa Rita
50	Grêmio Infantil	3 de Maio	Grupo Esc. de Santa Rita
51	Clube dos Amigos da Natureza	—	Grupo Esc. de Santa Rita
52	Grêmio Infantil	5 de Agosto	Grupo Esc. de Santa Rita
53	C. de Leitura e Audição	—	Grupo Esc. de Santa Rita
54	Grêmio Escolar	7 de Setembro	Grupo Esc. de Santa Rita
55	Clube de Linguagem	—	Grupo Esc. de Santa Rita
56	Grêmio Escolar	13 de Maio	Grupo Esc. de Santa Rita
57	Bandeira e Saúde	—	Grupo Esc. de Santa Rita
58	Grêmio Escolar	19 de Novembro	Grupo Esc. de Santa Rita
59	Correio Escolar	—	Grupo Esc. de Santa Rita
60	Grêmio Escolar	Veloso Borges	Esc. Públ. de Tibiri — Sta. Rita
61	Cooperativa Escolar	Duarte	Esc. Públ. de Tibiri — Sta. Rita
62	Círculo de Pais e Mestres	—	Silveira — Duarte da Silva
63	Clube de Leitura	—	Grupo Esc. Duarte da Silva
64	Biblioteca Infantil	—	Escola de Aplicação — Capital
65	Liga de Bondade	—	Escola de Aplicação — Capital
66	Biblioteca Infantil	—	Grupo Esc. Pedro II — Capital

REVISTA DO ENSINO			
N.º de ordem	TIPO	DENOMINAÇÃO	LUGAR ONDE FUNCIONA
67	Cooperativa	—	Grupo Esc. Pedro II — Capital
68	Biblioteca de Professores	—	Grupo Esc. Pedro II — Capital

NOTA: — Existem, além das Instituições escolares acima mencionadas, outras que ainda não foram registradas nos Serviços de Instituições Auxiliares do Ensino.

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ESTADO DA PARAIBA — MES DE MARÇO DE 1942

2 — Por decreto do Interventor Federal, é nomeado o Técnico de Educação do M. E., Sr. Pedro Calheiros Bomfim para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Educação do Estado.

4 — Chegam à Paraíba o professor Lourenço Filho, diretor do I. N. E. P. e o sr. Pedro Calheiros Bomfim, novo diretor do Departamento de Educação do Estado.

5 — O Sr. Pedro Calheiros Bomfim toma posse do cargo de diretor do Departamento de Educação.

6 — Sob a presidência do Professor Lourenço Filho, reúnem-se na Secretaria do Interior os diretores dos estabelecimentos de ensino primário e normal de João Pessoa.

8 — Sob a presidência do sr. Samuel Duarte reúnem-se na Secretaria do Interior os srs. Lourenço Filho, diretor do I. N. E. P., Calheiros Bomfim, diretor do Departamento de Educação, Janduty Carneiro, diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública e José Semedo Leal, diretor Geral do Departamento do Serviço Público. Foram exaustivos e discutidos vários assuntos referentes à reorganização da educação e ensino no Estado.

8 — O professor Lourenço Filho, diretor do I. N. E. P., e o sr. Pedro Calheiros Bomfim, diretor do Departamento de Educação do Estado, visitam estabelecimentos de ensino de João Pessoa.

7 — O Departamento de Educação cria uma seção denominada "Educação" no jornal "A UNIAO".

7 — Sob a presidência do sr. Samuel Duarte, Secretário do Interior, reúnem-se no Palácio da Redenção o Professor Lourenço Filho, diretor do I. N. E. P., sr. Pedro Calheiros Bomfim, diretor do Departamento de Educação e o Diretor da Diretoria de Viação e Obras Públicas, afim de discutirem problemas referentes a construção de prédios escolares no Estado.

7 — Regressa, ao Rio, o Professor Lourenço Filho, diretor do I. N. E. P.

Fonte: Revista do Ensino nº18 de maio, junho e julho de 1942, p. 116 e 117.

Na *Revista do Ensino* nº 18 de Maio, junho e julho de 1942, a partir da página 114 a 117, expuseram um quadro onde informam os serviços de instituições auxiliares ofertados nas instituições escolares, sendo registrado até o dia 08 de maio do corrente ano. Logo ao final da página 116, surgiu a Escola de

Aplicação da capital possuindo Clube de leituras, Biblioteca Infantil e Liga de Bondade. Neste cenário, em 1942, a Escola de Aplicação se situava na composição do IEP, uma vez que, este insurgiu com suas atividades educacionais ativas após 1939.

A Caixa Escolar também era outro serviço ofertado para atender as demandas dos alunos que careciam de auxílio para frequentar as instituições e entre outras necessidades, “procuravam minimizar as diferenças sociais, auxiliando com uniformes e material, as alunas mais pobres” (VIDAL, 2008, p. 239. Para Biserra (2019, p.87) a primeira Caixa Escolar do Estado da Paraíba⁸⁴ foi uma ação realizada a partir da Sociedade dos Professores Primários da Paraíba, sendo regulamentada pelo governo de Francisco Camillo de Hollanda, por meio do decreto n.º 1.015, de 24 de abril de 1919⁸⁵.

Sobre este assunto, a Revista do Ensino n.º1 de 1932, abordou o artigo *Caixa Escolar*, escrito por J. Baptista Leite⁸⁶ que neste momento assumia o cargo de *Inspector Regional do Estado*. Relatou-se sobre os novos rumos do ensino público primário do Estado que seguiam bem orientados e eficazes em benefício de uma instrução popular. Para ele, o Governo do Estado direcionou com desvelo para o problema do ensino, difundindo estabelecimentos escolares pelas localidades do estado. Contudo, mesmo com esforço da administração pública e amparo da iniciativa privada, o autor considerou que a caixa escolar seria uma verba destinada a beneficiar as escolas, favorecendo as crianças pobres de frequentarem as aulas.

Não tem poupado esforço a administração publica no amparo á iniciativa particular no que diz respeito à instrução. Varias são as escolas subvencionadas no Estado, considerável é a verba orçamentaria destinada a beneficiar estabelecimentos de ensino particular e instituições que objectivam facilitar ás creanças pobres frequentarem ás aulas. Quero me referir neste particular às caixas

⁸⁴ No Boletim da Sociedade, de 15 de setembro de 1919, o orador da Sociedade dos Professores Primários, José Baptista de Mello disse: “A sociedade dos Professores não deixa a pobreza no abandono, e preencheu uma das lacunas mais sensíveis de que se resentia a nossa população escolar: fundou uma das mais benemeritas instituições que se orgulha a nossa capital. Fez aparecer a primeira Caixa Escolar no Estado, que ahi está e que se manterá vindo em auxilio daquelles que desejam e não podem frequentar as escolas” (BISERRA, 2019, p. 88).

⁸⁵ As caixas escolares já são descritas nas prescrições gerais da instrução do estado do Regulamento n.º 30 de 1884 e no Regulamento n.º36 de 1886. Também foram regulamentadas por lei em 1917 (BISERRA, 2015, p. 112). Regulamento de 1917, Capítulo XIII, Seção I – Das Caixas Escolares - finalidades, funcionamento e sócios (BISERRA, 2015, p.143).

⁸⁶ Talvez haja conflito com o nome de José Baptista de Mello.

escolares existentes no Estado e a seus humanitarios beneficios. Já contamos com um numero bem considerável dessas sociedades, cujos fructos têm concorrido efficientemente para que a escola seja accessivel não só aos que dispõem de recursos necessarios à sua frequência, como também aos que escodem sua nudez e misérias nas palhoças que mal os amparam das intemperies da natureza (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 32).

Em sua experiência como inspetor nas excursões pelo interior do estado, buscou saber as causas das disparidades existentes entre as matrículas e frequências das escolas públicas, salientando que o principal motivo seria a miséria, o que lhe conduz a fundar caixas escolares “destinadas a fornecerem roupas, calçados, remedios, lunchs e material escolar às creanças pobres” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 32). Logo, compreendeu-se que incumbia ao inspetor do ensino organizar as caixas escolares.⁸⁷ A iniciativa teve amparo da população e do governo de Anthenor Navarro, contando, neste momento, com 21 caixas escolares, que recebiam recursos particulares dos associados e do próprio governo.

Figura 8: Artigo sobre a Caixa Escolar.

REVISTA DO ENSINO		33
escolares da verba consignada no orçamento actual, alguma coisa se fez.		
Para melhor esclarecer ao leitor, julguei de bom alvitre, com as notas que pude colher nos relatorios apresentados pelos presidentes das caixas escolares da capital a directoria do Ensino Primario, illustrar minhas considerações em torno do assumpto, publicando em cifras os beneficios prestados pelas instituições a que me reporto.		
SOCORROS PRESTADOS PELAS CAIXAS ESCOLARES DA CAPITAL		
Lunchs	11.328	
Pennas	632	
Cadernos de papel	864	
Sapatos	248	
Mata-borrão	232	
Lapis	147	
Cadernos de calligraphia	296	
Cadernos para desenho	104	
Livros escolares	99	
Cartolina (folhas)	62	
Agulhas	60	
Uniformes escolares	248	
Pecas de linha	53	
Vidros de remedio	15	
Pares de meia	15	
Tinteiros	18	
Canelas	3	
Do exposto se verá que as caixas escolares já vão prestando relevantes beneficios aos pobres que buscam nossas escolas publicas.		
J. Baptista Leite		

Fonte: Revista do Ensino nº1 de 1932, p. 33.

⁸⁷ Regulamento de 1917 condiciona os sócios da caixa escolar como seus fundadores, beneméritos e contribuintes, sendo administrada por um presidente, um tesoureiro, um secretário (professor ou diretor) e três fiscais (BISERRA, 2015, p.112).

Assim, o autor ilustrou uma relação de materiais que foram adquiridos através do orçamento prestados pelas caixas escolares da capital.

Na lista aparecem, com maior ênfase, materiais para uso didático-pedagógico⁸⁸. No geral houve aquisição de lanchês, pennas, cadernos de papel, sapatos, mata borrão, lápis, cadernos de calligraphia, cadernos para desenho, livros escolares, cartolina (folhas), agulhas, uniformes escolares, peças de linha, vidros de remédio, pares de meia, tinteiros e canetas⁸⁹.

A *Revista do Ensino* nº 15 de dezembro de 1937, traz o artigo *O que as Caixas Escolares fazem: meios de movimenta-las*, de autoria do professor Aurelio d'Albuquerque⁹⁰. Ele relatou que diante do advento da escola nova, o professor ampliou a sua missão, deixando de ser um simples *mestre-escola*. Conforme o autor, o educador atual deveria procurar métodos lógicos, se esforçaria para que os alunos aprendessem, acompanharia inovações das ciências pedagógicas, tendo que também:

[...] movimentar a sua escola por diversos meios, deixando esta de ser o lugar onde as crianças apenas faziam provas e ouviam as lições. Surgiram as instituições que a auxiliam, appareceram os clubes agricolas, o museu, o jornal escolar, o circulo de Paes e Mestres. E dentre estas instituições, uma se destaca pela sua importancia, pelos magnificos fructos della provenientes. São as caixas escolares (REVISTA DO ENSINO Nº 15, 1937, p. 13).

Para ele um dos pontos mais difíceis seria o de equilibrar a frequência dos estabelecimentos de ensino público primário. As caixas escolares estariam resolvendo essas questões, aumentando a assiduidade.

⁸⁸ Conforme a regulamento estadual de 1917 os recursos seriam em prol de: a) fornecimento de alimentação aos alumnos indigentes; b) idem de vestuario e calçados aos mesmos; c) assistencia medica e fornecimento de papel, pennas e livros aos referidos alumnos; d) aquisição de livros, estojos, medalhas, brinquedos, etc, para serem distribuidos como premios aos que forem mais assiduos e mais bem comportados dentre esses alumnos (parahyba, 1917, ART. 269 apud BISERRA, 2015, p.112).

⁸⁹ Itens com grafia da época, conforme a revista.

⁹⁰ Aurelio d'Albuquerque foi nomeado o primeiro director do Grupo Escolar criado em Caiçara em 1935, menor villa da Parahyba (REVISTA DO ENSINO, 1937, p.14). Posteriormente, foi director do Grupo Escolar Abel da Silva da cidade de Ingá, apontado como um dos estabelecimentos de vanguarda do movimento de renovação pedagógica (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 38-39). Também atuou na função de professor e inspector tecnico auxiliar do ensino. Em dezembro de 1937, colou grau em Sciencias Jurídicas e Sociaes pela Faculdade de Direito de Recife. Foi aluno do Lyceu Parahybano e se beneficiou do decreto da Interventoria Federal que lhe concedeu permissão para completar o curso normal, sendo colaborador da Instrução desde 1934 (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 107).

Duas classes de crianças, geralmente frequentam as nossas escolas. Uma constituída das afortunadas, abastardas, com todo o conforto; outra das desfavorecidas da sorte, não nascidas em berços ricos, sem poderem comprar livros, roupas, remédios. São alumnos necessitados, facilitando todos os meios de comparecerem às aulas. Quando bem movimentadas e dirigidas, estas instituições fazem milagres (REVISTA DO ENSINO Nº 15, 1937, p. 14).

Para garantir a permanência de crianças desfavorecidas economicamente nas instituições, as caixas escolares podiam fazer milagres quando bem administradas, favorecendo a adesão de roupas, livros, remédios⁹¹. Este serviço passa a ser bastante recorrente nas localidades do interior do Estado, onde enfrentavam uma luta por diversas dificuldades, a exemplo das secas periódicas e das desigualdades nas proporções de rendas estaduais.

Para organizar e movimentar uma caixa escolar, o referido autor ofereceu sugestões, uma vez que, na condição de diretor do grupo escolar da cidade de Caiçara fundou a caixa escolar desse estabelecimento e teve êxito nas matrículas e frequências. Os professores deveriam convocar as famílias da região para uma reunião ou palestras com a finalidade de fundar a caixa escolar, frisando que alguns têm comodidade, mas que outros necessitam de todos os meios para estudar. Seriam ofertados festivais, bailes, quermesses beneficentes com ajuda dos recursos coletados⁹² e das prefeituras com os materiais de iluminação e sonoplastia. Estes eventos além de movimentar a vida social da localidade e de aproximaria a família da escola.

O ato de filantropia seria revertido para os alunos com caridade, incentivando a educação popular⁹³. Assim, um professor não poderia desprezar a caixa escolar, pois seria um erro para o soerguimento da escola. O autor

⁹¹ Diante do regulamento de 1917, Bizerra (2015, p. 125) e Soares Júnior (2015, p.70) indicam que os alunos que fossem atendidos pelos médicos escolares deveriam ter os remédios disponibilizados gratuitamente pelo Estado ou pela caixa escolar quando dispusessem.

⁹² O patrimônio das caixas escolares poderiam ser obtidos pelos recursos listados, conforme a regulamento de 1917: a) joias e subvenções pagas pelos socios; b) produtos de subscrições e festas de iniciativa particular; c) donativos espontaneos e legados; d) gratificações que os funcionarios do ensino licenciados ou faltosos perderem; e) as multas em que incorrerem esses funcionarios; f) as verbas votadas no orçamento do Estado ou das municipalidades; g) as demais rendas especificadas na legislação estadual vigente e futura (PARAHYBA, 1917, art. 262 apud BISERRA, 2015, p.112; SOARES JÚNIOR, 2015, p.70).

⁹³ A partir dos anos de 1930, este termo aparece compondo uma educação para a instrução básica do povo, uma vez que o acesso à educação escolar ocorria de modo mais restrito as classes populares.

reverbera a frase proferida por um colega na 2ª Semana Pedagógica (1934)⁹⁴: “As caixas escolares são o anjo da guarda das escolas” (REVISTA DO ENSINO Nº 15, 1937, p.15).

O comunicado sobre a movimentação das caixas escolares do Estado, na *Revista do Ensino* nº 16 de agosto de 1938, traz dados sobre a Caixa Escolar denominada João Pessoa funcionando na Escola de Aplicação localizada na cidade de João Pessoa, ficando sinalizada na ordem numérica 34º.

Figura 9: Comunicado sobre a movimentação das Caixas Escolares do Estado incluindo dados sobre a Escola de Aplicação.

Nº	Denominação	Lugar onde funciona	Localidade	Observação
1	Alípio Machado	O. E. F. M. dos Nerys	João Pessoa	
2	Araceli Camara	O. E. Estácio Pereira	João Pessoa	
3	Abel da Silva	O. E. Duarte da Silveira	João Pessoa	
4	Artur Amador	O. E. Luiz Araújo	João Pessoa	
5	A. de Figueiredo	Escola Pública	Manausaque	
6	Antônio Navarro	O. E. João Tavares	João Pessoa	
7	Agostinho de Sousa	O. E. Coelho Lisboa	João Pessoa	
8	Antônio Navarro	O. E. João da Mata	João Pessoa	
9	Baiana Leite	O. E. Ademar Leite	João Pessoa	
10	Baiana Leite	Escola Pública	João Pessoa	
11	Baiana Leite	O. E. Batista Leite	João Pessoa	
12	B. de São Bráscio	O. E. Pe. Nerys	João Pessoa	
13	Caetano Pinto	O. E. Coelho Lisboa	João Pessoa	
14	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
15	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
16	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
17	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
18	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
19	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
20	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
21	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
22	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
23	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
24	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
25	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
26	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
27	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
28	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
29	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
30	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
31	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
32	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
33	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
34	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
35	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
36	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
37	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
38	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
39	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
40	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
41	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
42	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
43	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
44	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
45	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
46	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
47	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
48	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
49	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
50	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
51	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
52	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
53	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
54	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
55	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
56	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
57	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
58	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
59	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
60	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
61	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
62	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
63	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
64	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
65	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
66	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
67	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
68	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
69	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
70	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
71	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
72	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
73	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
74	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
75	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
76	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
77	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
78	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
79	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
80	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
81	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
82	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
83	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
84	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
85	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
86	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
87	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
88	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
89	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
90	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
91	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
92	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
93	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
94	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
95	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
96	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
97	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
98	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
99	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	
100	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	

Nº	Denominação	Lugar onde funciona	Localidade	Mês	Quantia
1	Alípio Machado	O. E. F. M. dos Nerys	João Pessoa	Fevereiro	207000
2	Araceli Camara	O. E. Estácio Pereira	João Pessoa	Fevereiro	207000
3	Abel da Silva	O. E. Duarte da Silveira	João Pessoa	Fevereiro	207000
4	Artur Amador	O. E. Luiz Araújo	João Pessoa	Fevereiro	207000
5	A. de Figueiredo	Escola Pública	Manausaque	Fevereiro	207000
6	Antônio Navarro	O. E. João Tavares	João Pessoa	Fevereiro	207000
7	Agostinho de Sousa	O. E. Coelho Lisboa	João Pessoa	Fevereiro	207000
8	Antônio Navarro	O. E. João da Mata	João Pessoa	Fevereiro	207000
9	Baiana Leite	O. E. Ademar Leite	João Pessoa	Fevereiro	207000
10	Baiana Leite	Escola Pública	João Pessoa	Fevereiro	207000
11	Baiana Leite	O. E. Batista Leite	João Pessoa	Fevereiro	207000
12	B. de São Bráscio	O. E. Pe. Nerys	João Pessoa	Fevereiro	207000
13	Caetano Pinto	O. E. Coelho Lisboa	João Pessoa	Fevereiro	207000
14	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
15	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
16	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
17	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
18	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
19	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
20	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
21	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
22	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
23	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
24	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
25	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
26	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
27	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
28	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
29	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
30	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
31	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
32	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
33	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
34	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
35	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
36	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
37	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
38	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
39	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
40	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
41	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
42	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
43	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
44	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
45	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
46	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
47	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
48	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
49	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
50	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
51	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
52	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
53	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
54	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
55	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
56	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
57	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
58	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
59	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
60	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
61	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
62	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
63	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
64	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
65	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
66	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
67	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
68	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
69	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
70	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
71	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
72	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
73	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
74	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
75	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
76	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
77	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
78	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
79	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
80	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
81	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
82	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
83	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
84	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
85	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
86	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
87	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
88	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
89	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
90	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
91	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
92	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
93	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
94	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
95	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
96	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
97	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
98	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
99	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000
100	Caetano Pinto	O. E. Xavier Junior	João Pessoa	Fevereiro	207000

Fonte: Revista do Ensino nº16 de agosto de 1938, páginas finais s/ numeração.

A página seguinte apresentou dados das subvenções do estado no corrente ano, mas não houve exposição da quantia coletada pela instituição, igualmente posicionada no 34º lugar. Pode-se implicar que não houve ações para a arrecadação de recursos destinados ao funcionamento da caixa escolar da escola ou os dados não foram repassados neste ano.

No relatório das ações de março de 1942 do Departamento de Educação, na *Revista do Ensino* nº 18 de maio, junho e julho de 1942, o ponto 31^o⁹⁵ tratou

⁹⁴ Conforme a ata do 3º dia da segunda Semana Pedagógica, o prof.º João Vinagre debateu sobre as caixas escolares. Em outro momento, no 8º dia, o Diretor de Ensino, José Baptista de Mello, também proferiu sobre a importância das caixas escolares na quarta sessão técnica (REVISTA DO ENSINO Nº11, 1934).

sobre a eleição e posse da nova diretoria da Caixa Escola João Pessoa da Escola de Aplicação para o período de 1942-1943, ocasião que a instituição estaria vinculada ao IEP: “31 – Eleita e empossada a nova diretoria da Caixa Escolar “João Pessoa”, da Escola de Aplicação, para o período de 1942-1943”. (REVISTA DO ENSINO Nº18, p. 120, 1942).

Assim, os relatórios possibilitaram observar que mesmo sem informações acerca da arrecadação da caixa escolar da Escola de Aplicação nos anos de 1938, esta poderia se encontrar ativa, considerando a ocorrência da eleição para direção da caixa e a posse.

Quadro 7 – Instituições auxiliares do ensino da Escola de Aplicação entre 1935 a 1942.

SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES AUXILIARES DO ENSINO DA ESCOLA DE APLICAÇÃO	
ANO	SERVIÇO
1935-1936	Cinema Escolar
1938	Caixa Escolar
1942	Clube de leituras Biblioteca Infantil Liga de Bondade Caixa Escolar

Fonte: Relatórios e Comunicados das *Revistas do Ensino* (1932-1942)

Conforme o quadro acima, a Escola de Aplicação possuiu serviços de instituições auxiliares do ensino, compostos pelo Cinema Escolar, Caixa Escolar, Clube de leituras, Biblioteca Infantil e Liga de Bondade. É possível perceber que a demanda por essas ações ficou mais evidente nos anos de 1942, quando a escola se consolidou conforme a institucionalização do IEP.

Essa ação não se limitou a situação local, emerge a partir da organização nacional através da ampliação do ensino. Além da iniciativa do governo, a sociedade auxiliava participando de atividades culturais, festas, leilões, doações entre outros em prol de recursos para a educação escolar. Na Constituição Federal de 1937, a ideia de gratuidade do ensino apareceu de modo precário, compreendendo em seu artigo 130 que aqueles/as que não alegassem escassez

⁹⁵ Erro datilográfico, pois, seguindo a sequência anterior deveria ser o ponto 30º.

de recurso no ato da matrícula, cooperaria com uma contribuição módica, sendo um dever de solidariedade.

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 1937).

Nesse aspecto da Lei, o governo ausentar-se-ia da sua responsabilidade em assumir uma educação obrigatória e gratuita a toda a população, situando a gratuita somente aos mais necessitados. Uma negligência estatal combinada a precarização da legislação e as dificuldades administrativas.

Desse modo, a *Revista do Ensino* (1932-1942) colaborou para situarmos os indícios que caracterizam a cultura da educação primária da Escola de Aplicação, dando sentido a uma parte singular da história da educação da Paraíba, embasada, sobretudo, pela imprensa pedagógica.

Escrever a história da educação por outras vias, como por meio dos impressos, oportuniza conhecer aspectos poucos explorados (CATANI, 1996), justificando-se que,

São justamente esses aspectos pouco explorados [...] as iniciativas locais, institucionais e sócio-profissionais, incluindo-se as configurações específicas da vida e da cultura escolar que se aprende de maneira farta nos periódicos (CATANI, 1996, p. 117).

Portanto, a *Revista do Ensino* (1932-1942) possibilitou constituir indícios históricos da Escola de Aplicação da Paraíba vinculados ao cenário educacional brasileiro escolanovista, inserindo-as em iniciativas locais. A escola se configurou como uma instituição atuante na perspectiva do movimento educacional renovador na Paraíba, assumindo função na difusão de novos preceitos pedagógicos para o ensino primário, sendo possível relacioná-los na direção, no professorado, na participação em eventos e nos serviços auxiliares para o ensino, ou seja, na prescrição da sua prática educativa.

A partir da revista, o Departamento de Educação propagou material explícito referente ao discurso do movimento da Escola Nova, formalizando o papel do estado com a formação professoral e a prestação de serviços para as instituições escolares, incluindo a Escola de Aplicação da Paraíba.

Verificou-se que a instituição também assumiu a finalidade de atuar como *campo de experimentação, demonstração e prática do ensino* para atender as alunas em formação, constituindo um papel modelar a partir das inovações teórico-metodológicas da Escola Nova, concepção pedagógica em atuação neste período analisado. Foi possível configurar as relações internas do complexo educacional do IEP, onde a Escola de Aplicação ocupou espaço no atendimento do ensino primário, trazendo elementos que apontam para formação de seus/suas alunos/as pelo que se constituía de mais novo no campo educacional.

A escola pois, enquanto instituição, ocupa um espaço e um lugar. Um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupando e utilizado. Por isso, sua análise e compreensão, a partir dessa perspectiva, requerem algumas considerações prévias sobre as relações entre espaço e atividade humana, a escola como lugar e a dimensão espacial dos estabelecimentos docente. (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 62).

Para tanto, os espaços escolares se configuram para além da dinâmica organizacional do seu funcionamento e da sua arquitetura, são territórios de lutas, reivindicações e tensões. Diante do processo conjectural político, social e econômico, a Escola de Aplicação da Paraíba passou por desafios na implantação e condução do seu projeto, surgindo limitações em instaura-se como modelo.

4. CAPÍTULO

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA E A ESCOLA DE APLICAÇÃO: relações, tensões e funcionamento

Este capítulo foi construindo por meio das contribuições de diferentes estudos que compunham o IEP ou Ensino Primário como objeto de pesquisa ou como referência para alguma abordagem da História da Educação da Paraíba, fazendo surgir também breves diálogos sobre a Escola de Aplicação, visto que a mesma se integrava ao instituto citado, bem como outras pesquisas que se relacionaram com o período estudado. O diálogo foi possível a partir das pesquisas de Teixeira (2018)⁹⁶, Crispim (2012)⁹⁷, Silva (2011)⁹⁸, Freire (2016)⁹⁹, Oliveira (2013)¹⁰⁰ e Lima (2011)¹⁰¹. A seleção desses estudos partiu da catalogação a partir do repositório institucional digital de monografias, dissertações e teses da UFPB, especificamente, do Programa de Pós Graduação de Educação – PPGE, uma vez que este ambiente acadêmico tem consolidada a linha de pesquisa de História da Educação – HE, contextualizando, predominantemente, o cenário da Paraíba, aproximando-se das especificidades desta pesquisa. Também utilizamos trabalho da pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, no que concerne sobre a arquitetura escolar, designadamente do IEP, bem como do curso de licenciatura em História da UFPB.

Esta fundamentação é significativa, uma vez que as documentações internas referentes ao IEP e, principalmente, as suas práticas, não foram

⁹⁶ O Instituto de Educação da Paraíba: uma história de formação docente (1935-1956). Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação de Educação – PPGE/UFPB. João Pessoa, 2018.

⁹⁷ O Progresso Educacional na Paraíba: o Instituto de Educação (1935-1939). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação de Educação – PPGE/UFPB. João Pessoa: 2012.

⁹⁸ Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve!: festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação de Educação – PPGE/UFPB. João Pessoa, 2011.

⁹⁹ A Escola Nova e a modernização do ensino primário na Paraíba: a formação de professores e os grupos escolares (1930-1946). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação de Educação – PPGE/UFPB. João Pessoa: 2016.

¹⁰⁰ Arquitetura para uma nova escola: modernização da arquitetura escolar de João Pessoa (1930-1939). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. João Pessoa: 2013.

¹⁰¹ Percursos e percalços na implantação dos Jardins de Infância na cidade da Parayhba: uma contribuição ao estudo sobre a educação infantil (1917-1939). Monografia do curso de Licenciatura em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA/UFPB. João Pessoa: 2011.

devidamente preservadas. Verificamos, *in loco*, que no arquivo destinado a preservação do material interno da Escola de Aplicação, localizado no IEP, não havia documentos que direcionassem nossa pesquisa. Encontramos apenas uma caixa de arquivo designada com o nome da escola e correspondendo a material pedagógico dos anos 2000.

Figura 10: Caixas de arquivos do IEP referentes à Escola de Aplicação.



Fonte: Acervo particular da pesquisadora, 2019.

Diante as pesquisas sobre o IEP, sabemos que os documentos passaram por processos de perdas e queimas, e, consequentemente, os da Escola de Aplicação também, visto que funcionava no mesmo conjunto de prédios. Somente a partir dos impressos locais como fontes, a exemplo de jornais e revistas, se fez possível consolidar vestígios históricos sobre a escola em foco. Ressaltamos que nestes impressos encontramos outros documentos, como leis, decretos e regulamentos que foram publicados. Também nos respaldamos nas considerações do *Relatório de viagem* (1935) e *Plano de Reforma* (1935)¹⁰² de

¹⁰² O professor José Baptista de Mello foi designado em abril de 1935, pelo governador Argemiro de Figueiredo (1935-1940), para verificar *in loco* o que estava sendo realizado na educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e de São Paulo, a partir do espírito de renovação educacional.

José Baptista de Mello, dirigente da Diretoria de Instrução Pública Primária, posteriormente, Departamento de Educação, acerca das observações feitas no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, sendo inspiração para organizar o da Paraíba. A justificativa de consolidar este tópico parte da necessidade de sabermos qual/como se deu a relação do IEP com a Escola de Aplicação na perspectiva de consolidar os possíveis vestígios sobre a sua criação e seu funcionamento.

A partir da seleção das fontes, considerou-se também relevante à aproximação com o jornal *A União* (1935-1946)¹⁰³, sendo este o impresso oficial do estado da Paraíba neste período, o que poderia resultar em resquícios que dialogassem sobre a instituição, uma vez que pertencia ao Governo do Estado.

As autoras Biserra e Freire (2015, p. 11) asseveram sobre a constituição histórica do jornal *A União*, abordando que:

A União é um dos mais antigos jornais que ainda continua em circulação no Brasil. No ano de 1993, esse jornal completou cem anos de existência, tendo sido fundado no dia 02 de fevereiro de 1893, recebendo amplas homenagens nas próprias páginas da edição deste ano. Segundo notícia do Jornal A União em sua edição inicial funcionou na [...] Rua da Cadeia, atual Visconde de Pelotas. Surgiu da fusão de dois partidos políticos, unidos com a vitória do movimento republicano. Como o seu fundador era republicano, o major Álvaro Machado, ao assumir o governo A UNIÃO ficou sendo jornal oficial. Era o porta-voz dos fatos políticos e administrativos da nova ordem, reunindo alguns espíritos arejados da época, inclusive o latinista Tito Silva, que ficou com a gerência do novo órgão.

Outra evidência para a abordagem deste jornal é a criação de uma seção dedicada à educação organizada pelo Departamento de Educação nos anos de 1940. Através, sobretudo, desse impresso, utilizamos o material iconográfico disponível relacionado à Escola de Aplicação da Paraíba, que percorreu o projeto arquitetônico, as fotografias da construção dos prédios e a prescrição da prática escolar em datas comemorativas.

Sabe-se que a criação do IEP foi consolidada através da Lei nº 16 de 13 de dezembro de 1935. Neste momento, diante desta legislação, a Escola de Aplicação passaria a integra-lo, bem como uma Escola de Professores, uma

Assim, diante das observações feitas, o então Diretor da Instrução Primária produziu um Relatório de viagem e um Plano de Reforma para a instrução pública da Paraíba.

¹⁰³ O jornal segue existindo nos dias atuais e continua ligado ao Governo do Estado.

Escola Secundária e um Jardim da Infância. Para a implantação dessas demandas educacionais foi ratificada a construção de prédios para cada área destinada acima. O projeto arquitetônico inicial envolvia a Escola de Aplicação que se destinava ao ensino primário.

A denominação de Escola de Aplicação surgiu junto com a regulamentação de 1935 da Paraíba. Visto que o IEP seguiu as inspirações do Instituto do Rio de Janeiro, verificamos o *Relatório de Viagem* (1935) e o *Plano de Reforma* (1935) escritos pelo professor Mello. Contudo, esta nomenclatura não surgiu nestes documentos que destinavam apenas o termo ensino primário. Entretanto, conforme Silva (2011), a mesma função dada a Escola de Aplicação apareceu antes, ainda nos anos de 1896, onde se denominou a Escola Prática ou Escola Modelo. Na Paraíba designou-se de Grupo Escolar Modelo, funcionando anexo a Escola Normal com finalidade de servir de preparo para o magistério¹⁰⁴.

Com base no Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública de 1910, encontramos as primeiras informações acerca do que viria posteriormente a ser chamada de “Escola de Aplicação”. Essa instituição recebeu dupla denominação de “Escola Prática” ou “Escola Modelo”, assim denominada desde 1896. Contudo, no ano de 1910, particularmente na Parahyba do Norte, passou a se chamar “Grupo Escolar Modelo”, funcionando como um anexo da Escola Normal, tendo por objetivo servir de espaço para o exercício das atividades pedagógicas dos alunos que estavam se preparando para o magistério. A denominação de “Escola de Aplicação” só seria criada em 1935, com a promulgação do novo Regulamento do Ensino Público, instituído ainda no governo de Argemiro de Figueiredo, quando se criou o Instituto de Educação da Paraíba, inaugurado em 1939, cujas dependências físicas compreendiam, obrigatoriamente, uma Escola Prática, um Curso de Aperfeiçoamento de professores e um Jardim da Infância. A Escola Prática permaneceu com as mesmas finalidades da antiga “Escola Modelo” ou “Grupo Modelo”, isto é, propiciar a prática pedagógica dos futuros professores (SILVA, 2011, nota de rodapé, p.100).

¹⁰⁴ Em São Paulo, o projeto de reforma da Escola Normal criou, em 1890 a Escola Modelo anexa à Escola Normal que “consistia em classes primárias e tinha como finalidade atender aos normalistas em seus estágios, visando melhorar a formação de professores e desenvolver um padrão de ensino que servisse como modelo para os recém-criados grupos escolares. Esses por sua vez consistiam na reunião, em um mesmo prédio, de escolas e classes primárias [...]” (LIMA, 2011, p.30). Situação semelhante é adotada na experiência educacional de Sergipe. Freire (2016, p. 28) ressalva que, no estudo de Santos (2006) sobre a arquitetura dos grupos escolares sergipanos, o autor “delimitou sua periodização iniciando em 1911 por ter sido o ano da implementação do primeiro Grupo Escolar Modelo anexo à Escola Normal”, na cidade de Aracajú.

Assim, a inauguração do edifício central do IEP ocorreu em 1939. Teixeira (2018) construiu um quadro com a linha do tempo que compreendeu a história do IEP. Conforme a pesquisadora, em 1935 o instituto foi criado através da lei. Em 1936 iniciaram as obras do complexo educacional e em 1937 a obra do Jardim da Infância. A inauguração do IEP em prédio próprio decorreu em 1939, funcionando na Avenida Getúlio Vargas, onde ofertou o Curso Normal e o Ensino Secundário (Liceu). Neste primeiro momento o IEP é criado e instituído. Entretanto, a autora afirma que o instituto funcionou antes mesmo da inauguração do prédio, assumindo suas atividades na antiga Escola Normal. Em 1941 foi inaugurada a sua Escola de Professores. E em 1951 o professor Afonso Pereira da Silva assumiu a direção do IEP, encerrando esta função em 1956¹⁰⁵. Assim, a institucionalização oficial do IEP ocorreu em 1953 quando foi publicado seu primeiro Regimento Interno. Somente em 1958 finalizou-se a obra da nova sede do instituto e também do prédio destinado a Escola de Aplicação.

O IEP teve como função organizar a formação de professores, substituindo as antigas Escolas Normais. Estas últimas eram oficialmente destinadas à formação do/a professor/a primário. Para Teixeira (2018), Anísio Teixeira, um dos mentores do *Manifesto dos Pioneiros* de 1932, efetivou a proposta designada para os Institutos de Educação no Brasil, consolidando a primeira experiência na cidade do Rio de Janeiro.

[...] a instituição formal que respondia oficialmente pela formação docente primária no país eram as escolas normais. A perspectiva da necessidade dos professores primários de terem uma formação universitária começa a se sistematizar a partir da publicação do mencionado Manifesto de 1932 [...]. Mergulhado nessa conjuntura, Anísio Teixeira, um dos mentores do Manifesto e naquela ocasião Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (RJ), propôs no estado do Rio de Janeiro uma “transformação ampliativa” da antiga Escola Normal em 1932, quase 100 anos após sua criação, transformando-a no primeiro Instituto de Educação do país com vistas de melhorar e qualificar a tão necessária formação docente brasileira (TEIXEIRA, 2018, p.67-68).

A autora pondera que essa mudança representou a inserção dos valores educacionais escolanovistas, gerando a substituição de formações com práticas tradicionais advindas das Escolas Normais para uma perspectiva renovadora

¹⁰⁵ Também fim do governo estadual José Américo de Almeida.

apresentada nos Institutos de Educação, tendo a cidade do Rio de Janeiro como primeira experiência¹⁰⁶.

De acordo com Vidal (2001) as escolas integradas aos Institutos de Educação eram utilizadas como campos de experimentações, servindo de demonstração e prática para os cursos de professores. No cenário local desta pesquisa, foram estas escolas “que fizeram uso de tendências metodológicas renovadoras na/para a educação paraibana” (TEIXEIRA, 2018, p. 42). Vale destacar que, aqui, igualmente se enquadra a Escola de Aplicação que assumiu também a função de servir como ambiente de estágio para o ensino primário.

A Escola de Aplicação da Paraíba apareceu com seus primeiros vestígios quando foi proposta a reforma da instrução pública nos anos de 1935, estabelecida por meio de uma nova legislação para o campo educacional. A apresentação de um *Plano de Reforma*, em julho de 1935, por José Baptista de Mello, que resultou de visitas feitas em estabelecimentos escolares da cidade de Rio de Janeiro e São Paulo, colaborou para guiar a nova legislação. Todavia, segundo Teixeira (2018), o projeto de lei da reforma educacional não foi fidedigno ao que propunha o professor mencionado. Por mais que tenha se inspirado nas primeiras experiências de Institutos de Educação do país, o *Plano de Reforma* não mencionou sobre a criação do IEP e muito menos da Escola de Aplicação, diferentemente do que se incluiu na legislação.

[...] A proposta para a criação do Instituto de Educação foi apresentada ao Governador por José Marques da Silva Mariz, Secretário do Interior e Segurança Pública, em 23 de novembro de 1935, ou seja, dois meses antes da publicação da nova Lei de Ensino (OLIVEIRA, 2013, p. 97).

Deste modo, a Lei nº 16 de 13 de dezembro de 1935 apontou para criação do IEP e, por conseguinte, da Escola de Aplicação. Esta consolidação designava ao IEP a ser um complexo educacional padrão, oficial e modelo. Logo,

¹⁰⁶ Teixeira (2018) indica que um dos objetivos do *Manifesto dos Pioneiros* (1932) era que a formação docente se consolidasse em nível superior. Vidal (2001) sinaliza que com a direção de Anísio Teixeira na Instrução Pública do Rio de Janeiro, a antiga Escola Normal sofreu processo de ampliação, transformando-a, em 1932, no Instituto de Educação, o que culminou, em 1935, com a incorporação da Escola de Professoras ligada a Universidade do Distrito Federal. Entretanto, Teixeira (2018, p. 75) salienta que por mais que a formação superior fosse um desejo dos renovadores, não é possível afirmar que ela se efetivou por meio dos Institutos de Educação no Brasil.

indagamos: teria a institucionalização da Escola de Aplicação também se direcionado a ações educacionais modelar?

4.1. Lei nº 16 de 13 de dezembro de 1935: o instituir da Escola de Aplicação da Paraíba

Em 1935, no governo de Argemiro de Figueiredo, a reforma da instrução pública da Paraíba se concretizou a partir da Lei nº 16. De acordo com notícia veiculada no Jornal *A União*:

Creado pela lei nº. 16, de 13 de dezembro de 1935, o Departamento de Educação seguiram-se novos rumos que vem dando aos serviços de Instrução Pública um relevo notável pelo grau de adiantamento das respectivas atividades nas suas diferentes divisões. Durante o anno de 1937 foram creadas e providas 138 escolas, existindo actualmente no Estado, 39 grupos escolares. Povoam as escolas parahybanas cerca de setenta mil alumnos. Num monumental conjuncto ergue-se nesta capital o edificio em construcção do Instituto de Educação e pelas cidades e villas do interior do Estado os grupos escolares mostram a preocupação do governo pelas installações escolares em prédios apropriados dando ás escolas adaptação codigna (A UNIÃO, 25 fev. 1938, p. 8) (Grifos nossos).

A construção do Instituto de Educação era o grande feito da Reforma da Instrução Pública de 1935 na Paraíba, relacionada à expansão de escolas e grupos escolares com instalações em prédios apropriados, o que fazia crescer o número vagas nas instituições públicas para os/as alunos/as do estado.

A lei criava o Departamento de Educação do estado, em substituição a Diretoria de Instrução Pública Primário, que compreenderia, conforme o Art. 2º as seguintes divisões:

I) – SECRETARIA, que terá a seu cargo: a) Secção técnica (Construção e mobiliário escolar); b) Contabilidade, arquivo e protocolo; c) Biblioteca, serviços de radio e cinema educativo, publicidade e instituições auxiliares do Ensino; II) – INSPETORIA GERAL DO ENSINO E DOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS, superintendendo: a) Inspetoria do ensino elementar e normal; b) Inspetoria do ensino rural secundario e profissional; c) Inspetoria de Educação Física e Artística; III) – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, que compreenderá: a) Escola de Professores; b) Escola Secundaria, equiparada ao Colegio Pedro II; c) Escola de Aplicação; d) Jardim da Infância; IV) – Escola

Normal Rural; V) – Escola Rural Modêlo; VI) – Escolas Profissionais; VII) – Ensino Primário em Geral. (PARAÍBA, Lei nº 16 de 13 de dezembro de 1935).

A Reforma educacional da Paraíba dialogou diretamente com os preceitos da Escola Nova, dispondo do que já vinha se formando nacionalmente. O Instituto de Educação foi organizado como um complexo educacional atendendo as áreas de formação de professores bem como os demais níveis do ensino, secundário, primário e jardim da infância. Assim, através da criação do IEP em 1935 se instituiu a Escola de Aplicação.

O Art. 15 da lei recomendou que assim que os alunos do atual curso Normal finalizassem seus exames, este deveria ser extinto, pois seria feito no Instituto de Educação.

Art. 15º - Logo que os alunos do atual curso normal terminarem os seus exames será extinto êsse curso, uma vez que o mesmo passará a ser feito no Instituto de Educação. **Art. 16º - Os atuais colegios equiparados á Escola Normal serão, dóra por diante, denominados Escolas Normais, até que se equiparem ao Instituto de Educação**, e os alunos por êles diplomados, uma vez nomeados, terão os mesmos direitos que são conferidos aos demais professores do Estado. **Art. 17º - São garantidos os direitos dos atuais professores efetivos da Escola Normal, que passarão a ter exercício no Instituto de Educação** (PARAÍBA, Lei Nº 16, de 13 de dezembro de 1935). (Grifos nossos).

Neste sentido, Teixeira (2018) advoga que a consolidação e o instituir do IEP se deu no período de sanção da lei, indicando que entre os anos de 1936 a 1939 o IEP funcionava provisoriamente no prédio da Antiga Escola Normal, na Praça Felizardo Leite. Crispim (2012) também ratifica essas informações e aponta que o instituto tinha como diretor o Cônego Nicodemus Neves e eram oferecidos os cursos Ginásial e de formação de professores.

Deste modo, a partir dos indícios acima e do que tecemos por meio das fontes escolhidas, sobretudo através dos dados coletados na *Revista do Ensino* (1932-1942)¹⁰⁷, ponderamos o surgimento da Escola de Aplicação da Paraíba também a partir da promulgação desta lei, um vez que encontramos vestígios de sua atuação nos anos de 1936 com o seu funcionamento no anexo da Escola

¹⁰⁷ Considerações do 3º Capítulo dessa tese: Imprensa Pedagógica: fragmentos da prática educativa da Escola de Aplicação.

Normal. Contudo, não foi possível constatar em nossas fontes a utilização do termo IEP designado ao contexto educacional que a Escola de Aplicação integrava durante este período, relacionando-se somente com a Escola Normal. Vale destacar que não obtivemos fontes institucionais internas que nos orientassem sobre o processo inicial do funcionamento da escola.

Sobre a transferência dos professores da Escola Normal para exercício no IEP, o Art. 17 garantiu os direitos dos efetivos. Este indicativo possibilitou revelar que a aproximação da professora Francisca de Ascensão Cunha com o complexo educacional do IEP, especificamente na Escola de Aplicação (1936) e na Escola de Professores (1941), não foi aleatória, visto que a mesma era do quadro de professores da Escola Normal. Dessa maneira, considerando o caminho traçado aqui sobre o início da institucionalização da Escola de Aplicação e dialogando com os dados do capítulo anterior baseado na *Revista de Ensino* (1932-1942), a professora citada teria sido a primeira diretora da instituição nos anos de 1936¹⁰⁸.

O art. 4º ponderou sobre os dispositivos especiais referentes ao magistério incluídos no Estatuto dos funcionários públicos, incumbindo na alínea b) o estágio no magistério para nomeação efetiva.

Art.4º - Serão incluídos no Estatuto dos funcionários públicos dispositivos especiais referentes ao magistério, nas seguintes bases: a) – classe uniforme, dividida em cinco entrâncias; b) – estágio no magisterio, para nomeação efetiva; c) – promoção quatrienal, mediante requisitos expressamente determinados (PARAÍBA, Lei Nº 16, de 13 de dezembro de 1935).

Assim, reforçamos que a presença de alunas em formação na Escola de Aplicação no período de 1936, denominadas de professorandas no capítulo anterior, que participaram e elaboraram material didático para a 3ª Semana Pedagógica, consolidava a escola como campo de experimentação na forma de estágio em correspondência ao que tratava a nova legislação, sendo prerrogativa para nomeação efetiva. Não obstante, em solo educacional escolanovista cabiam à pesquisa e a experiência a base para a prática pedagógica. Deste modo,

¹⁰⁸ Vem de ser nomeada Directora desse estabelecimento de ensino a provecta educadora Francisca de Ascensão Cunha. A nomeada que é possuidora de vasta cultura pedagógica tem se notabilizado como professora de didactica da Escola Normal Official, cargo este que exerce desde o governo do Presidente João Pessoa, continuando a exercê-lo hoje no Instituto de Educação (REVISTA DO ENSINO, 1936, p.52-53).

indagamos: seria a Escola de Aplicação um estabelecimento compreendido como modelo para a prática do magistério?

Conforme o *Relatório de viagem* de José Baptista de Mello referente ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro, a educação primário seria “[...] campo de observação e experimentação para a Escola de Professores, cujos alunos ahi fazem a prática escolar” (MELLO, 1935, p.6).

Posteriormente, a Lei Orgânica Nacional do Ensino Normal nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946, adaptada ao estado da Paraíba na forma de Decreto Lei nº 921 de 30 de dezembro de 1946, também garantiu que nos estabelecimentos de ensino normal possuísem escolas anexas para demonstração da prática:

CAPITULO IV – Das escolas anexas dos estabelecimentos de ensino normal. Art. 46 – Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino. § 1º - Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas. § 2º - Cada escola normal manterá um grupo escolar. § 3º - Cada Instituto de Educação manterá um grupo escolar e um jardim de infância (PARAÍBA, DECRETO LEI Nº 921, 1946).

Neste período, no cenário local, a Escola Professores do IEP assumia a função da antiga Escola Normal no trato sobre a formação de professores/as do primário, sendo a Escola de Aplicação anexa a esta.

No que concerne sobre as Instituições Auxiliares do Ensino, no já mencionado art. 2º, primeira citação deste subtópico, caberia a Secretária a responsabilidade com *Biblioteca, serviços de radio e cinema educativo, publicidade e instituições auxiliares do Ensino*.¹⁰⁹ Logo, a demanda pela prestação desses serviços nas instituições se tratou também de uma política implantada pela lei de 1935¹¹⁰.

¹⁰⁹ Conforme Teixeira (2018, p. 86-87) no que se observou da experiência no Rio de Janeiro, o Departamento de Educação se organizava contendo entre outras demandas, um Instituto de Educação (composto por Escola de Professores, Escola Secundária, Escola Primária e Jardim de Infância) e também Biblioteca e Cinema Educativo. Assim, neste cenário houve a presença de Instituições Auxiliares do Ensino: biblioteca e cinema educativo.

¹¹⁰ No texto da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, o art. 130 estabelece "o ensino primário é obrigatório e gratuito", porém, completa que, "não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar".

Não obstante, os serviços auxiliares também foram abordados no *Relatório de viagem* e no *Plano de Reforma* do professor Mello. No Instituto de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro, se realizava um:

[...] completo serviço de orientação tem a seu cargo o estudo e elaboração de planos, programmas, methods e processos de educação e ensino e de medidas de rendimentoe eficiencia, tendo por base investigações sociais e psychologicas, bem como a organização de coordenação das instituições complementares da escola compreende duas divisões: I – Divisão de Pesquisas Educacionais que se subdivide nas seguintes seções: a) Programmas e Actividades Extra Classe; b) Medidas e eficiências Escolares; c) Museus e Radio-Difusão; d)Ortophrenia e Hygiene Mental; e) Antropometria; f) Serviços de Publicações. [...] (MELLO, 1935, p.11).

Em outro tópico Mello (1935) relata sobre a biblioteca e cinema educativo:

Sob a direção do dr. Armando Campos funciona em um dos pontos centraes do Rio a Divisão de Bibliotheca e Cinema Educativo, compreendendo a Bibliotheca Central de Educação, Bibliothecas Escolares e Filmothéca. Instituição de alto alcance educativo esta Divisão realiza uma obra extraordinaria na formação de professores e alumnos das escolas. [...] Milhares de livros instrucção manuseados por professores, homens de letras e alumnos das escolas de todos os gráus. [...] A divisão de Bibliotheca e Cinema Educativo compreende: I – Bibliothecas escolares que as dividem em Primario e Secundario; II – Bibliothecas seccionaes; III – Bibliotheca Central de Educação que compreende: a) Departamento de consultas; b) Departamento circulante; c) Secção de Filmothéca. A secção de Filmothéca em que está compreendido o cinema educativo conta copiosos filmes que são distribuidos depois de censurados por uma comissão de professores, para as differenres escolas do Distrito. Nesta secção os professores aprendem o manejo das diversas machinas cinematográficas de modo a, por si, dirigirem o serviço de projecção nas suas escolas (MELLO, 1935, p. 11-12).

Sobre esses aspectos serem implantados no cenário paraibano, Mello (1935) aponta *Plano de Reforma* considerações sobre os serviços de Radio difusão, Cinema Educativo e Instituições Auxiliares do Ensino. Destacamos aqui este último:

Com o fim de amparar e melhor orientar a educação das creanças que frequentam escolas públicas serão diffundidas as Instituições Auxiliares do Ensino com as Caixas escolares, Circulos de paes e mestres, Clubes de leituras, Bibliothécas escolates, cooperativas etc. (MELLO, 1935, p.26).

Mello (1935) lança a proposta de um fundo escolar estadual em conformidade com as caixas escolares, onde deveria ser usado exclusivamente com as demandas de proteção aos/as alunos/as pobres presentes nas escolas em consonância com as caixas escolares.

Para fazer face às despesas com as caixas escolares, o Estado instituirá o Fundo Escolar cujas reservas não poderão ter outra aplicação senão a de proteção às crianças pobres das escolas (MELLO, 1935, p. 27).

Conforme considerações do capítulo antecedente, algumas dessas ações estiveram presentes na Escola de Aplicação, aparecendo nos anos de 1935, 1936, 1938 e 1942. Sendo elas: Cinema Educativo, Caixa Escolar, Clube de leituras, Biblioteca Infantil e Liga de Bondade.

Freire (2016) sinaliza que em 1942, com a Reforma do Ensino da Paraíba a partir da orientação do Governo Federal, o Departamento de Educação foi organizado com a Divisão do Ensino Primário e Normal, Divisão do Ensino Médio, Superior e Difusão Cultural, Divisão de Educação Física, Divisão de Educação Artística, Serviços de Estatísticas Educacionais, Serviços Auxiliares. Para a autora esta reforma faz ampliar e efetivar os serviços auxiliares do ensino, incluindo expansão em várias cidades do estado.

Consideramos que com a reforma do Departamento de Educação e, em especial, observando a Divisão do Ensino Primário e Normal, vários aspectos em relação ao ensino primário sofreram modificações, especialmente com a expansão das instituições auxiliares do ensino (FREIRE, 2016, p.122).

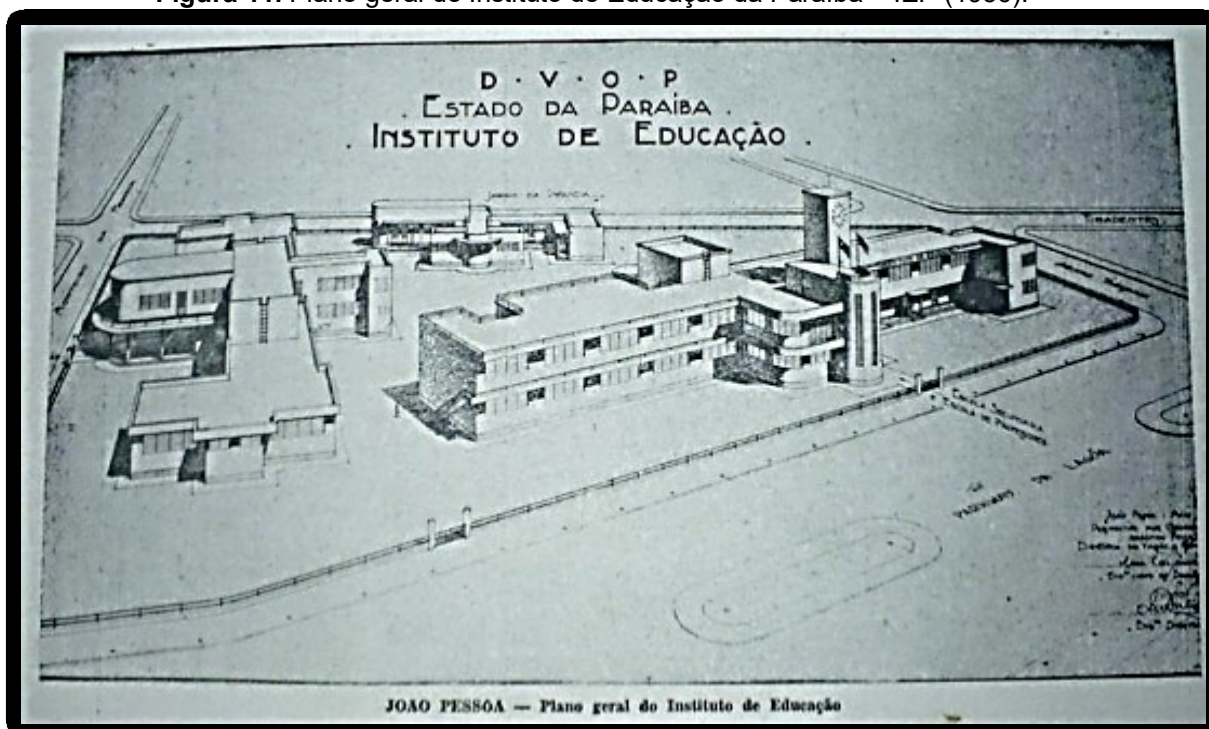
Deste modo, podemos compreender a maior oferta desses serviços na Escola de Aplicação durante o período de 1942, observados a partir do quadro 7 (capítulo anterior).

Portanto, a partir da Lei nº 16, observou-se a relação da Escola de Aplicação com a institucionalização do IEP, possibilitando estabelecer conexões com o que seria a formalização inicial da escola. Neste contexto, refletimos sobre como se consolidou a implantação do complexo educacional do IEP seguindo o que se pretendeu na Reforma da Instrução da Paraíba de 1935, visto que se aspirava também a Escola de Aplicação.

4.2. Do projeto arquitetônico ao funcionamento: compreensões acerca da relação entre o IEP e a Escola de Aplicação

A construção do complexo educacional do IEP ficou a cargo da Diretoria de Viação e Obras Públicas da Paraíba – DVOP, sob o diretor Ítalo Joffily, sendo o seu projeto realizado nos anos de 1936, pelo arquiteto Clodoaldo Gouveia.

Figura 11. Plano geral do Instituto de Educação da Paraíba – IEP (1936).



Fonte: Departamento de Estatísticas e Publicidade do Estado da Paraíba. Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo. Imprensa Oficial, 1936. (À frente/direita o edifício central, à esquerda a Escola de Aplicação, ao fundo o Jardim da Infância).

Segundo Freire (2016) o Instituto de Educação foi projetado para ser um grande complexo educacional atendendo a formação dos professores primários, contando com espaço de aplicação e realização de estágios.

O Instituto de Educação foi criado para ser um grande complexo educacional com o fim de dar uma formação adequada ao professorado primário paraibano que até então só tinha como instituição formadora a Escola Normal. Tal Escola não contava com espaço de aplicação e com uma estrutura física tão complexa, conforme passou a ser exigida nos projetos de institutos de educação, no Brasil. No caso do Instituto de Educação da Paraíba, o projeto previa abrigar uma Escola de

Professores; uma Escola Secundária, que deveria ser equiparada ao Colégio Pedro II; uma Escola de Aplicação para que os professores formados pudessem realizar seus estágios e um Jardim da Infância.

Dessa forma, podemos perceber que se tratava de um projeto ousado, amplo e grandioso e a própria estrutura física do complexo educacional seria monumental [...] (FREIRE, 2016, p.78-79).

Entretanto, salientamos que por mais que o IEP fosse planejado como um complexo educacional, sua organização foi composta por 4 escolas em espaços diferentes e distintas em suas etapas de ensino, havendo o interesse de articulação entre elas a partir da progressão do/a aluno/a, “parecendo que cada nível de ensino era articulado ao nível subsequente” (CRISPIM, 2012, p.41). Tomando como base o modelo do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, observado por José Baptista de Mello, conforme seu *Relatório de viagem* em 1935, considerou este tipo de organização um sistema educacional completo, com obrigação mínima de 8 anos de curso na instituição, mas podendo seguir por 16 anos, o que “permite cuidadoso estudo individual do aluno” (MELLO, 1935, p.4), ocorrendo ingresso a partir do ensino secundário por via de exames de admissão e permitindo na formação de professores observar e praticar nos demais graus. O ensino era inteiramente gratuito no Jardim de Infância e na Escola Primária¹¹¹.

Está organizado como um systema educacional completo, com oportunidade de educação em todos os graus. O mesmo aluno pode passar no estabelecimento, em cursos seguidos, dezesseis annos: 3, no Jardim de Infancia: 5, na Escola Primaria: 6, na Escola Secundaria: 2 ou mais na Escola de Professores. Essa circumstancia, devidamente, aproveitada nas minucias da organização, permite não só a observação continuada da creança e do adolescente nas phases de maior interesse para a educação escolar, e a experimentação com rigoroso controle dos resultados, dos processos didacticos modernos, como tambem o archivo de dados objectivos para o estudo do escolar brasileiro (MELLO, 1935, p. 3).

As obras do edifício central do IEP foram iniciadas em 1936, e mesmo sendo criado a partir da lei em 1935, somente no ano de 1939 foi inaugurado. Neste espaço deveriam funcionar a Escola Secundária e a Escola de Professores

¹¹¹ Segundo Mello (1935), para a Escola Secundária e a Escola de Professores dependia do pagamento de uma taxa anual de 72\$000 por aluno.

do IEP, porém, foi feita a transferência do Liceu Paraibano com a finalidade de escola secundária. O Decreto nº 1.265 de 21 de janeiro de 1939 extinguiu a Escola Secundária do IEP, deixando somente a do Liceu, em detrimento da escassez de recursos para sustentar as duas escolas¹¹².

Teixeira (2018) aborda que através da inauguração o IEP foi instituído. Entretanto, sua institucionalização oficial ocorreu “somente após 18 anos de seu funcionamento (ou seja, com a publicação do seu primeiro Regimento Interno que data de 1953), isso não significou que o mesmo tenha deixado de funcionar” (TEIXEIRA, 2018, p. 98).

Sobre a inauguração do IEP o Jornal *A União* noticiou em três matérias distintas:

Instituto de Educação – Está em vespas de inaugurar-se a suntuosa construção do edifício central do Instituto de Educação, sem dúvida uma das maiores realizações do govêrno do interventor Argemiro de Figueirêdo. O Jardim da Infância, iniciado em agosto de 37, deverá estar terminado até fins de fevereiro vindouro. O total empenhado, desde os trabalhos preliminares, com a execução do plano do Instituto, montou, em 31 de 1938, em 3.023:041\$200. [...] (A UNIÃO, 25 jan. 1939, p.1-2).

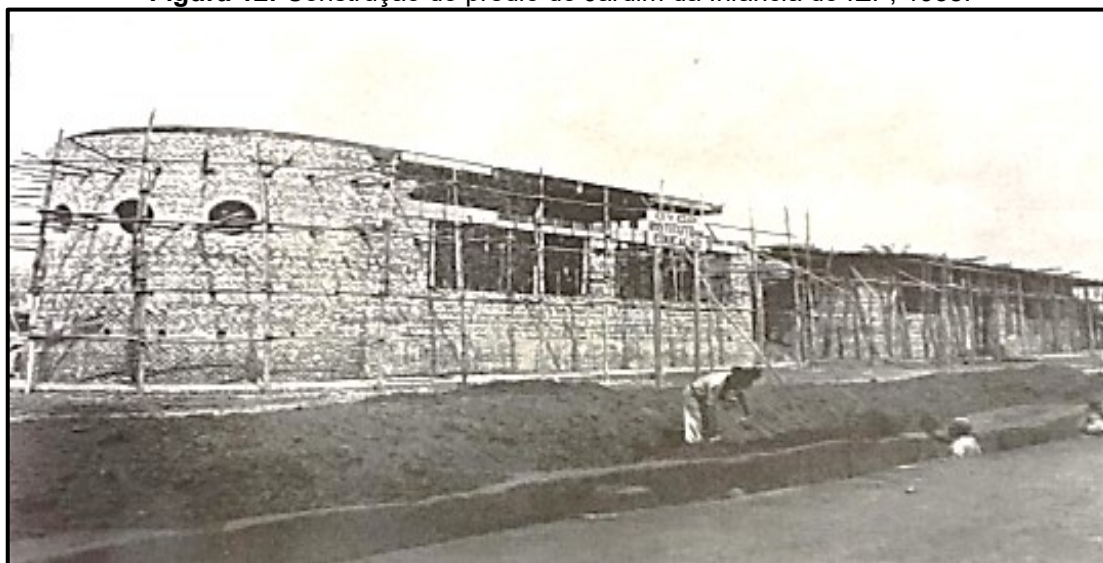
As 15 horas, ocorrerá a solenidade da inauguração do importante Instituto de Educação. O ato terá a presença do interventor Argemiro de Figueirêdo e outras autoridades federais, estaduais e municipais, membros do magistério conterraneo, jornalistas, famílias, etc. (A UNIÃO, 19 abr. 1939, p.1).

[...] um espetáculo da maior imponentia cívica a inauguração, ontem, do Instituto de Educação – uma das maiores realizações do atual Govêrno – em homenagem ao aniversário natalício do presidente Getúlio Vargas. Na tarde esfusiente de sol, o monumental edifício do modelar estabelecimento de ensino, que ladeia largo trecho da avenida Getúlio Vargas, também ontem inaugurada, apresentava-se festivo, com as suas dependências totalmente tomadas por milhares de alunos do Liceu e dos grupos escolares da Capital, além de calculável multidão formada pelos elementos de maior representação dos nossos círculos administrativos, intelectuais e sociais. [...] (A UNIÃO, 20 abr. 1939, p.1).

¹¹² [...] o interventor Argemiro de Figueirêdo decretou a extinção da Escola Secundária do Instituto de Educação, considerando que nenhum motivo de natureza didática ou educacional impõe a manutenção pelo Estado de dois curso ginasiais, um no Licêu Paraibano e outro no referido Instituto, além de imperativos de ordem financeira que justificam a fusão dos dois aludidos cursos (A UNIÃO, 22 jan. 1939, p. 1).

As escolas integradas ao IEP, a exemplo da Escola de professores, Escola de Aplicação e do Jardim da Infância, tiveram seus prédios finalizados e inaugurados posteriormente. Assim, o valor de 3.023:041\$200 totalizado na obra não incluiu gastos com a construção do prédio da Escola de Aplicação, uma vez que não tinha sido iniciado neste período. Já a Escola Professores, criada ainda nos anos de 1935¹¹³ pela Lei nº 16, só foi organizada pelo Decreto de Lei nº 163 de 05 de maio de 1941 no governo de Ruy Carneiro (1940-1945)¹¹⁴, sendo inaugurada em local próprio em 07 de maio de 1941, funcionando no prédio central, “projetado e construído com essa finalidade e que já vinha sendo ocupado pelas aulas do Liceu Paraibano, então Escola Secundária do IEP” (TEIXEIRA, 2018, p. 107). O prédio destinado ao Jardim da Infância apareceu em construção no jornal *A União* de 25 de janeiro de 1938, por meio de fotografias, onde as obras foram iniciadas no ano anterior.

Figura 12: Construção do prédio do Jardim da Infância do IEP, 1938.



Fonte: Jornal A União, 1938.

Sobre o prédio destinado ao Jardim da Infância, Lima (2011, p.63) aborda:

[...] o edifício em construção do jardim de infância (atual Escola Estadual Argentina Pereira Gomes) achava-se anexo ao complexo de edificações do Instituto de Educação, **que**

¹¹³ Já a Escola de Aperfeiçoamento foi criada e organizada em 1934, pelo Decreto nº 497 de 12 de março e Decreto 508 de 3 de abril (ver 3º capítulo).

¹¹⁴ Nasceu em Pombal – PB no dia 20 de agosto de 1906. Formou-se em Direito e Jornalismo. Na política apoiou a chapa de Getúlio Vargas e João Pessoa. Em 1940 substituiu o interventor Argemiro de Figueiredo, assumindo o governo do estado da Paraíba.

compreendia além do jardim de infância, a Escola de Aplicação e o Curso de Aperfeiçoamento de Professores.

Freire (2016) ressalta que,

[...] a Escola Normal da Capital funcionou no prédio localizado na Praça João Pessoa (atual prédio do Tribunal de Justiça da Paraíba), do ano de 1919 a 1939, quando foi transferida para o prédio do Instituto de Educação, na avenida Getúlio Vargas. No período de criação até a inauguração do Instituto de Educação, ou seja, do ano de 1935 até 1939, a Escola Normal foi legalmente extinta e foi criado o Instituto de Educação, porém não funcionou na configuração que ficou estabelecido na Lei Nº 16 de 13 de dezembro de 1935. [...] No mesmo dia da inauguração do Instituto de Educação, foi também inaugurado **o prédio do Jardim da Infância que abrigou a Escola de Aplicação (que no projeto inicial deveria ser ao lado do prédio principal do Instituto de Educação, mas que na verdade acabou não sendo construída com esse intuito, só ficando pronta nos anos de 1950 e acabou por abrigar nesse período a FAFI – Faculdade de Filosofia)**. Desta forma, do projeto inicial do Instituto de Educação que deveria ser formado pela Escola de Professores, Escola Secundária, **Escola de Aplicação** e um Jardim da Infância, houve uma desarticulação, pois o Liceu Paraibano foi incorporado ao Instituto de Educação [...]. Do projeto inicial do Instituto de Educação, funcionou o Jardim da Infância e a Escola de Aplicação, porém não no prédio projetado, e sim em um dos ambientes do prédio do Jardim da Infância e a Escola de Professores [...] (FREIRE, 2016, Nota de Rodapé, p. 109). (Grifos nossos.)

A autora ratifica que a Escola de Aplicação foi incorporada ao complexo do IEP juntamente com o Jardim de Infância e a Escola de Professores, mesmo não sendo abrigada em espaço próprio idêntico ao projeto. Para ela “o cenário político paraibano e as correlações de forças acabaram auxiliando para uma desarticulação do projeto inicial [...]” (FREIRE, 2016, nota de rodapé, p. 109), uma vez que a efetivação da Reforma da Instrução Pública de 1935 da Paraíba se prolongou até período posterior a instauração do Estado Novo, inferindo diretamente nas mudanças do projeto do IEP.

Crispim (2012) aponta que na consolidação das ações referentes ao IEP, após a inauguração, o que foi planejado e seria implantado na Paraíba sofreu modificação a partir do contexto social e político do Estado Novo, ocorrendo outros rumos à instituição que não colaboraram para assumir completamente o modelo previsto na versão inicial, chegando a afirmar que “o que se concretizou na Paraíba, não coube chamar naquele momento de ‘Instituto de Educação’”

(CRISPIM, 2012, p.97). Em contrapartida, Teixeira (2018) contesta que apesar das alterações, a Paraíba teve seu Instituto de Educação formalizado, organizado ao modo paraibano.

Considerando o *Relatório de Viagem* (1935) de Mello, o Jardim da Infância do Instituto do Rio de Janeiro funcionava em pavilhão isolado como também, no período de sua visita estava sendo providenciado um pavilhão destinado a Escola Primária: “O Departamento de Educação providencia, actualmente para a construção de um novo pavilhão especialmente destinado à Escola Primária do Instituto, em terreno anexo ao do actual edifício” (MELLO, 1935, p.6).

Sobre o que foi organizado no projeto e o que foi constituído na prática, ressalva Crispim (2012, p. 15-16),

Localizados no centro da cidade de João Pessoa, os prédios foram construídos em uma disposição diferente da figura 1¹¹⁵, dividindo o espaço, atualmente, com mais um prédio construído entre os anos de 1956-1958, para o funcionamento do Instituto de Educação da Paraíba e da Escola de Aplicação já com nova estrutura organizacional. Atentamos para o motivo pelo qual os prédios dessas escolas fossem construídos num mesmo espaço no centro da cidade de João Pessoa-PB, para o funcionamento de um complexo educativo aos moldes do que foi Instituto de Educação da Paraíba.

Apesar de verificarmos que a projeto inicial do IEP foi alterado, compreendemos que o seu funcionamento foi possível. A Escola de Aplicação funcionou em outro ambiente, dividindo espaço com o Jardim da Infância no prédio da figura 12.

Como justifica Olinda (2003) reformar o ensino e construir prédios eram indicadores da modernidade, sendo assim a arquitetura seria um “importante fator de modernização do ensino” (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 23). Logo, o espaço e o tempo escolar não são neutros, incorporam as inovações pedagógicas e expressam as teorias que as legitimaram.

Na relação com os fatores exteriores, a partir do aparelhamento do complexo educacional do IEP, a Escola de Aplicação inseriu-se na projeção governamental que pretendia desenvolver uma localização que centrada nos

¹¹⁵ Plano geral do Instituto de Educação da Paraíba – IEP (1936).

serviços urbanos. Já na relação interior das instituições, conforme Frago e Escolano (2001):

O edifício-escola, como se sabe, serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos de religião, algumas máximas morais e higiênicas, o campanário e o relógio... Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais. (FRAGO, ESCOLANO, 2001, p. 40).

Por mais que a Escola de Aplicação pertencesse ao conjunto do completo educacional do IEP, a instituição possuiu prédio próprio, como vemos no plano arquitetônico, ligada diretamente apenas a Escola de Professores posteriormente.

A utilização de um edifício em local destinado, ou não, em princípio, ao ensino não deve confundir-se, tampouco com o grau de dependência ou independência do mesmo em relação aos demais. Existe, sem dúvida, uma clara relação entre a construção específica, própria, e a independência espacial. Se um edifício escolar deve ser identificado arquitetonicamente como tal é, em parte, porque a instituição escolar adquire uma autonomia em relação a outras instituições ou poderes, em relação às quais antes guardava uma estreita dependência. E vice-versa. Repito. Porém, ainda que essa seja a tendência ou evolução geral, historicamente se pode assinalar, também, exemplos de edifícios escolares construídos para serem dedicados a essa finalidade e localizados como anexos ou dependências de outros mais amplos, nos quais se integram. [...] Importa, por exemplo, saber se a escola se achava integrada fisicamente no edifício da instituição que a acolhia, ou se era destinado para ela um local anexo ou um edifício próximo. A visualização – plantas, estampas, fotografias – permite também avaliar o caráter dessa relação (FRAGO; ESCOLANO, 2001. p. 72).

Apesar de o modelo arquitetônico ser imponente, prezava-se por uma dimensão mais moderna, sendo construído em uma localização que pretendia direcionar uma expansão urbana, localizando-se em vias de ligação com grandes avenidas que também estavam sendo instaladas no mesmo período.

Grande edifício no meio urbano, com fachada rente à rua [...] pátios internos fechados e invisíveis a partir do exterior, como claustros fachadas imponentes, majestosas, sólidas, estrutura simétrica com grandes alas retilíneas. [...] Edifícios com a fachada rente à rua, com dimensões e de arquitetura mais modernas, mas acessíveis a partir de uma rua perpendicular que permite que sejam totalmente visíveis [...] (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p.91-92).

Como concluímos no capítulo antecedente, a professora Francisca de Ascensão Cunha foi, possivelmente, a primeira diretora da Escola de Formação de Professores¹¹⁶. Através do regulamento de 1941 elaborado para esta escola, elucidaram-se considerações a respeito do cargo de professor e de diretor da escola¹¹⁷, uma vez que, a professora assumiu também a disciplina de Metodologia¹¹⁸.

Art. 2º - O curso de preparação do magistério primário na Escola de Professores, terá a duração de dois anos, com a seguinte seriação de disciplina. 2º ano – Fundamentos sociais da educação: Psicologia aplicada a educação; **Metodologia geral e das matérias do ensino primário**; Educação moral e cívica; Musica e canto orfeônico; Desenho e Trabalhos Manuais. [...] Art. 6º - Para a regencia das disciplinas indicadas no art. 2º, ficam criados 8 cargos de Professor, padrão L, do Quadro Unico do Estado, a serem preenchidos por concurso, de acordo com as instruções que forem expedidas pelo Departamento do Serviço Público. § único – Enquanto não forem realizados os concursos previstos neste artigo, serão designados professores com gratificação por aula, ou aproveitados professores com disponibilidade da extinta Escola Secundária. Art. 7º - Ficam **criados 3 cargos de Professor, padrão I**, no Quadro Unico do Estado, para regencia das cadeiras de Musica e Canto orfeônico, **Metodologia das Matérias do ensino primário** e Desenho e Trabalhos Manuais, que ficam incluídos na relação dos cargos extintos quando vagarem das tabelas anexas ao Decreto-lei 140 de 30 de dezembro de 1940, aproveitando-se o saldo da cotação, quando extintos, no provimento dos cargos de Professor, padrão L, mencionados no art. 6º. Art. 8º - Fica criada a função de **Diretor**

¹¹⁶ Considerando as informações de relatórios encontrados por Teixeira (2018) no arquivo pessoal de Afonso Pereira, apontados no capítulo anterior.

¹¹⁷ [...] o cargo de diretor de grupo escolar já tinha sido mencionado no Regulamento Geral da Instrução da Paraíba de 1917, no entanto o mesmo só poderia ser ocupado por um dos professores efetivos da Instituição de ensino. Posteriormente, ocorreu a criação administrativa do cargo de professor-diretor, extinguindo-se então o cargo do diretor de grupo escolar, conforme podemos ver no decreto nº 914 de 30 de dezembro de 1937 [...], e poderia ser, inclusive, ocupado por um professor/a oriundo de outra Instituição. Tanto na regulamentação de 1917 quanto no decreto de 1937 a ocupação do cargo era indicado formalmente pelo governador. Dessa forma, inferimos que a criação do cargo de professor-diretor de forma oficial se deu no ano de 1937, todavia, na prática já existia o cargo de diretor de grupo escolar desde a criação do primeiro grupo escolar no estado, ou seja, em 1916, sendo inclusive anterior ao Regulamento de 1917 que deu base normativa para a criação de grupos escolares na Paraíba (FREIRE, 2016, p. 98).

¹¹⁸ Diante do regulamento de 1941, a disciplina de Metodologia geral e das matérias do ensino primário¹¹⁸, ministrada pela professora Francisca de Ascensão Cunha de 1941 a 1950 (1946), estaria presente no 2º ano da instituição de formação. Para isto, seriam criados cargos para professores/as lecionarem, compondo a entrância padrão L, função a ser preenchida por concurso. Entretanto, enquanto não se realizassem os concursos, os professores/as receberiam por gratificação por aula, que seria o valor de 7:040\$000, aproveitando aqueles/as com experiência na extinta Escola Secundária. Assim, criaram-se o cargo de Professor padrão I, para a disciplina de Metodologia, entre outras, recebendo o valor de 13:000\$000.

da Escola de Professores com a gratificação anual de 2.400\$000, que será exercida por um Professor da Escola designado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. § único – **cabe ao diretor a coordenação dos trabalhos da Escola de Aplicação** e do Jardim da Infância que ficam anexos à Escola de Professores. [...] Art. 10º - Para atender, no corrente exercício, as despesas resultantes deste decreto-lei fica aberto, na Secretaria do Interior e Segurança Pública, o crédito especial de 25:840\$000 assim distribuído: Pessoal Fixo: 1 – 3 Professores, **padrão I 13:000\$000**. 2 – Gratificação especial por aula 7:040\$000. 3 – **Gratificação ao Diretor da Escola 1:600\$000**. Material de Consumo: 1 – Livro e Material escolar 4:000\$000. 25:840\$000. (Paraíba, 05/05/1941). (Grifos nossos).

Para a função de diretor/a da Escola de professores, designado/a pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, caberia a gratificação anual de 2.400\$000 (gratificação 1:600\$000), ficando responsável por também coordenar os trabalhos da Escola de Aplicação e do Jardim da Infância.

Esta prerrogativa possibilita direcionar para os indícios de que, desde os anos de 1935 até 1941, a Escola de Aplicação esteve sob a atuação de uma única diretora, a professora Francisca de Ascensão Cunha. Contudo, nos anos posteriores, teria sido gerenciada conforme as mudanças de direção da Escola de Professores, visto que a Escola de Aplicação e o Jardim da Infância eram anexos da primeira. Ainda, conforme o *Relatório de Viagem* (1935) do professor José Baptista de Mello sobre o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, cada escola do complexo educacional possui organização autônoma e direção privativa, incumbindo “[...] a coordenação geral dos trabalhos e superintendência administrativa cabe ao director da Escola de Professores, director nato do conjunto, por força da lei” (MELLO, 1935, p. 4). Isto pode indicar ser a decisão adotada para o Instituto da Paraíba.

Teixeira (2018, p.167) apresentou a direção da Escola de Formação de Professores durante os anos de 1940 a 1949, por meio de um quadro elaborado a partir de suas fontes. Em 1940 a instituição esteve sob a administração de Francisca Cunha, em 1941-1942 de Mario Antônio da Gama e Melo, 1943 de José Gomes Coelho, 1944-1946 de Carmelita Pereira Gomes, 1947 de Azeneth de Carvalho Toledo, 1948 de Sinézio Guimarães e de Augusta Simões e em 1949 de Walter Rabelo Pessoa da Costa. Logo, indagamos se teriam sido estes e estas também os/as diretores/as da Escola de Aplicação durante este período.

Contudo, Teixeira (2018) apresenta em seu estudo um relatório¹¹⁹ elaborado por Afonso Pereira assim que o mesmo assumiu sua função de diretor, sendo destinado ao Secretário de Educação e Saúde com conteúdo sobre o funcionamento interno do IEP, composto pela Escola de Formação de Professores e pela Escola de Aplicação (sendo Grupo Escolar e Jardim da Infância). Neste documento o diretor expõe as dificuldades estruturais e pedagógicas presentes no IEP. Sobre a Escola de Aplicação, Afonso Pereira apontou que não havia clareza sobre a subordinação dessa instituição, correspondendo obediência ora ao Diretor do IEP, ora Diretor do Departamento de Educação, o que gerava conflito nos funcionários.

Na parte final do relatório, Afonso Pereira teceu comentários específicos sobre a Escola de Aplicação. **Essa Escola apresentava, àquela altura, segundo o gestor, uma “dúplice subordinação”, ora obedecendo ao Diretor do IEP e ora ao Diretor do Departamento de Educação** - o que deixava a condução e o quadro de funcionários desorientado e confuso. Além dessa questão a **inadequação do pessoal servente, em sua maioria pouco escolarizada, era preocupante: “[...] ora, isto é intolerável numa casa de ensino modelar! [...]”**. (SILVA, 1952, p. 08 apud TEIXEIRA, 2018, p. 192). (Grifos nosso).

Há um alerta no que se refere aos funcionários, constituindo-se, majoritariamente, de servidores não escolarizados. Todavia, não se aponta quem seriam esses funcionários. Seriam professores/as? Porquanto o próprio Afonso Pereira sinaliza para esta situação ocorrer numa instituição *casa de ensino modelar*.

No mesmo relatório escrito por Afonso Pereira também se observaram relatos sobre a infraestrutura precária onde funcionavam o Jardim da Infância e a Escola de Aplicação, que dividiam o mesmo prédio.

[...] na visão do gestor, havia um desafio maior, o físico estrutural, pois o único prédio (construído inicialmente para abrigar o Jardim de Infância) **vinha compartilhando seus espaços também com o Grupo Escolar desde o início do seu funcionamento, o que impedia que os trabalhos internos alcançassem definitivamente seus fins**, (TEIXEIRA, 2018, p. 192). (Grifos nossos).

¹¹⁹ Segundo Teixeira (2018), o relatório encontra-se no arquivo pessoal de Afonso Pereira, localizado no bairro de Jaguaribe na cidade de João Pessoa-PB. Entretanto, anos depois o mesmo documento foi publicado no jornal *Correio da Paraíba* na edição de 11 de janeiro de 1956.

[...] os compartimentos são poucos, a ponto que o Jardim de Infância está oprimido num antigo corredor, fechado para conter as crianças em apenas uma sala de instrução [...] não se pode, sem provocar espécie de opinião pública, descrever-se o que fora, até um mês atrás, o edifício da Escola, com cento e noventa e quatro vidros substituídos, goteiras insinuadas na espessura das paredes, a invasão das águas nas salas mais amplas, o lodo e limo descrevendo desenhos “naturais”, a umidade sendo origem de constipação e ameaça permanente de gripe; as privadas com caixas despregadas; pias quebradas e torneiras roubadas, tudo exposto, desde muito à voraz sede de destruição por parte dos moleques ricos, que não contavam com a vigilância certa dos guardas; os namoros e as cenas indecorosas encontrando abrigo sob a proteção das lâmpadas apagadas, soltos na escuridão... tudo isto é verdade, tudo isso se permitiu por incúria! [...]. (SILVA, 1952, p.13-14 apud TEIXEIRA, 2018, p.192).

Além da situação inóspita do prédio, o diretor denunciou os próprios *moleques ricos* pela depredação dos equipamentos, diante da ausência de uma vigilância interna rigorosa, e também apontou os riscos que podiam gerar tanto a condição de saúde, provocando resfriados e gripes, como circunstância de ato de namoro.

Conforme Teixeira (2018), em 1951 foi publicado um artigo no *Jornal Pedagógico* que reportava sobre a condição da Escola de Aplicação. Este jornal foi criado pelo IEP com “a finalidade de divulgação e circulação de questões gerais do ensino” (TEIXEIRA, 2018, p.192). O artigo com autoria de Auri Mesquita propôs a refletir sobre a audaciosa iniciativa das autoridades de recuperar a Escola de Aplicação para transforma-la em Escola Modelo. Acima, Afonso Pereira também se posicionou sobre a instituição condizer à tentativa de *casa de ensino modelar*, no entanto, tomada por situações precárias.

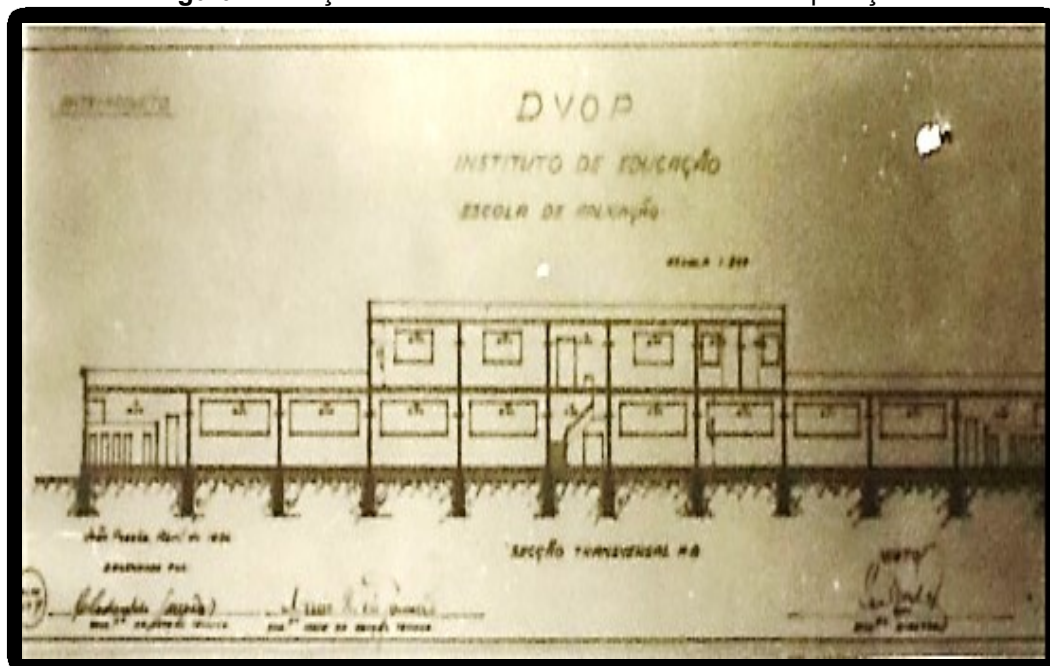
[...] **ESCOLA MODELO E IDEIA DE REFORMA** - Procura a atual administração paraibana, num esforço tremendo para a reorganização do sistema educacional do Estado, **recuperar nossa atual Escola de Aplicação, transformando-a numa Escola Modelo. É auspiciosa a iniciativa, pois, como ponto básico para o soerguimento do nosso nível intelectual, está a formação de professoras habilitadas e eficientes, aptas para a difícil tarefa do magistério. E parte integrante desta formação, cabe ao Corpo Docente da Escola Modelo, responsável em prática de ensino sob os auspícios da nova metodologia, que sabemos, tantas inovações tem a seu cargo na presente época.** Muito já se disse pelos jornais, e, de palavras bonitas não carecemos atualmente. Que se calem os demagogos e se procure

agir neste momento decisivo: “A escola não é uma organização estática, mas um organismo vivo, sujeito às leis de evolução da sociedade em que vive, já disse alguém. Assim é, pois, que nos cabe a tarefa de adaptar a Escola atual ao mundo atual. Sair da rotina e caminhar ao ar livre, não desconstruindo o que foi feito, mas procurando reconstruir noutras bases mais certas e seguras. **A Escola de Aplicação, ressentida-se, atualmente, quer no lado material que no profissional, de meios para atingir a sua finalidade. Funcionando em prédio inadequado, construído para servir de Jardim de infância e onde não foram feitas as devidas adaptações, está cheia de lacunas e erros.** Da concepção da escola atual, que é expandir a vida, está divorciada nos princípios e nas bases. **Dotada de classes deterioradas e desaparelhadas de material escolar, com aspecto do desasseio e pobreza extrema, não agrada à vista, nem engana a inteligência. Um Escola Modelo é laboratório. Como campo experimental de educação modelar,** deve cumprir um programa elaborado na razão direta das suas necessidades e objetivos a atingir. Sua orientação educacional consiste em formar atitudes e ideais, forças de calor vital, encaminhando o indivíduo à consecução dos fins a que se propõe. Mas, se o ambiente condiciona o aluno atuando na sua personalidade, desde dependem seus ideais e preferência de vida. Portanto, é sobre a base material que se mantém a espiritual. **Deste modo falha a Escola de Aplicação em suas bases, e daí uma série de cousas a fazer, erros a sanar. A sua falta de material didático traz como consequência, aulas rotineiras e desestimulantes. É comum observar, ente as crianças, o desinteresse, a desatenção, a fisionomia vagando em busca de algo, que uma aula objetiva e animada poderia reconduzir às suas mais legítimas reivindicações.** Assim, não se reduziria a tarefa diária do aluno em “saber a lição”, mas, em fazer de cada lição uma pesquisa. E para que o mestre procure ser um auxiliar precioso, não será necessário que seja demasiadamente culto, mas, como diz Claparède, basta que seja “um ignorante entusiasta”. Mestre e aluno observando juntos investigando nas bibliotecas e nos museus: esta escola renovada. As instituições extraclasse parte integrante ao desenvolvimento da personalidade infantil, como elemento de adaptação social. **Numa Escola Modelo, impor-se-iam a criação e levantamento de algumas instituições que muito contribuem na tarefa educativa, como: Cinema, Museu, Teatro Infantil, Clube Cultural, Clube Agrícola e outras.** Deste modo, tudo nos diz que no seu atual conceito, educar é socializar. Urge, pois, que a escola tenha ambiente social e favoreça, na criança, o trabalho em cooperação, incentivando-lhe a solidariedade, sem importa-lhe tarefas sem relação com a sua vida. **Não tinha Decroly, em 1907 dado a sua escola o nome “Escola para a vida, pela vida”? Principalmente uma Escola Modelo, poderia adotar este lema, onde tudo deveria fugir a rotina das recitações monótonas, das repetições cansativas [...].** (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1951, P.05-06 apud TEIXEIRA, 2018, p. 192-193) (Grifos nossos).

O projeto arquitetônico elaborado para o IEP sofreu alterações e mudanças. Todavia, o prédio destinado a Escola de Aplicação passou por adaptações, não assumindo a sua finalidade inicial. O término da construção do prédio ocorreu em 1958, no entanto, foi destinado para o funcionamento da Faculdade de Filosofia – FAFI e sendo atualmente a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Olivina Oliva Carneiro da Cunha.

Uma dessas interrupções ou contingências sofridas pelo projeto arquitetônico inicial, por exemplo, foi no edifício da Escola de Aplicação, campo de experimentação do Instituto de Educação que no caso paraibano nunca funcionou no edifício para o qual foi projetado. Isto porque quando sua construção/finalização aconteceu, em 1958, passou a abrigar imediatamente a Faculdade de Filosofia da Paraíba – FAFI, posteriormente a Coordenação de Assistência ao Estudante – CAE e, finalmente, desde 1977 e até os dias atuais a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Olivina Oliva Carneiro da Cunha (TEIXEIRA, 2018, p.135).

Figura 14: Seção transversal do Prédio da Escola de Aplicação.



Fonte: Departamento de Estatísticas e Publicidade do Estado da Paraíba. Imprensa Oficial, 1938

A partir dos dados coletados por Teixeira (2018), só foi possível considerar o funcionamento efetivo da Escola de Aplicação e do Jardim da Infância nos anos de 1942, quando pondera o encontro da primeira notícia sobre o cotidiano escolar da Escola de Aplicação no jornal *A União*, datado no dia 21/09/1942, sobre a

comemoração do Dia da Árvore, onde discorreu sobre a programação desta festividade: “I. Hino à árvore; II. Plantio da árvore; III. Batismo da Árvore; IV. Apresentação de trabalhos de classe e canto orfeônico” (TEIXEIRA, 2018, Nota de rodapé 55, p.110). Assim, a autora pondera que, diante dos indícios, essas instituições funcionaram tempos depois da inauguração da Escola de Professores em 1941.

Figura 15: Comemoração do Dia da Árvore na Escola de Aplicação do IEP¹²⁰.



Fonte: A UNIÃO (22 set. 1942, p. s/p).

Conforme Silva (2011) as festividades alusivas ao dia da árvore foram comuns durante o Estado Novo no Brasil, sendo um apelo aos cuidados com a natureza, associando pátria e natureza. A autora nos lembra de que essa

¹²⁰ Apesar do desgaste da imagem, é possível notarmos a atenção com que todos os presentes observavam o ato do aluno abaixado (quiza um liceano! Uma vez que se trata de um rapaz e não de uma criança) a plantar uma muda de árvore. Ao lado dele acreditamos estar uma normalista (por conta do tipo de vestimenta) acompanhando o plantio. Podemos, ainda, observar, que no segundo plano da foto, do lado direito, há três pessoas mais maduras observando a realização do ritual, possivelmente professores e/ou autoridade convidadas. Do lado esquerdo há, também duas normalistas ou alunas do colégio Nossa Senhora das Neves (?), que estão sendo seguradas, guiadas (?), por uma mulher mais madura (professora?). Notar, que uma das alunas segura um papel que poderá ser um poema, um discurso que foi ou ainda seria proferido. Na parte central da foto encontram-se os menores, os pequenos alunos que estavam organizados de tal forma que todos pudessem ver a solenidade (SILVA, 2011, p.101-102).

comemoração teve início na França e estava relacionada à Revolução Francesa (1789), simbolizando as renovações sociais e políticas. Entretanto, posteriormente, este tipo de comemoração se fez presente em Portugal sendo produzida pelos republicanos.

Observando o caráter dessas comemorações em Portugal e comparando com as realizadas aqui na Paraíba, notamos muitas semelhanças, principalmente o detalhe de se plantar uma muda ao final das solenidades (SILVA, 2011, p. 99).

Silva (2011) analisa que a programação para esse dia era extensa, com a finalidade de estimular a proteção e admiração pela natureza nas crianças e jovens:

I – Hino à Árvore;
 II – Plantio da Árvore;
 III – Batismo da Árvore;
 IV – Amemos à Árvore – trabalho de classe pela aluna Valdeci Pinto de Carvalho;
 V – A Árvore da Serra – poesia – Olgarine Dutra;
 VI – Mês de Setembro – Canto Orfeônico (A UNIÃO, 22 set. 1942 apud SILVA, 2011, p.102).

Assim, no Brasil e, especificamente, na Paraíba, o Dia da Árvore passou a ser comemorado no dia 21 de setembro, seguindo a determinação de que as instituições de ensino iniciassem a solenidade já no turno da manhã, sendo uma comemoração mais restrita ao espaço escolar. Como podemos observar, a Escola de Aplicação teve uma programação própria para esta festividade no ano de 1942, possivelmente, acompanhando em sua organização os demais estabelecimentos que compreendiam o complexo do IEP.

Nessas culminâncias das atividades educativas tinha-se a presença não apenas dos sujeitos ativos da escola, como alunos/as, professoras e direção, mas o comparecimento de autoridades, políticos, figuras eclesiásticas e demais pessoas da sociedade, configurando mais do que uma simples celebração ou solenidade, um ato simbólico. Assim, as festividades escolares presentes nas escolas públicas fazem parte da cultura escolar, atrelando-se a própria identidade das instituições, não apenas uma identidade particular, mas nacional, especialmente com as festas cívicas.

A aproximação com as questões voltadas à natureza carrega a condição simbólica cultural, estrategicamente internalizando atitudes e valores pedagógicos não somente às crianças, mas a sociedade, atendendo a preservação, cuidado e zelo ambiental.

As máximas em favor das árvores foram também inscritas frequentemente nas escolas. Respondiam às propostas de exaltação naturalista e romântica feitas pelos regeneracionistas, os quais acreditavam no poder civilizatório da terra e do bosque e instituíram a **festa da árvore** para sensibilizar a sociedade sobre os riscos do desmatamento, induzida em geral pelos interesses de agricultores e criadores de gado. [...] **na capacidade que a árvore e a paisagem tinham para modular a personalidade e o caráter dos povos e ainda para afirmar a liberdade e a democracia na distribuição racional da terra.** (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 42). (Grifos nossos).

Deste modo, é possível considerar que a prescrição da prática educativa da Escola de Aplicação se organizava de modo a atender as datas comemorativas, elaborando uma programação com apresentação de hino, plantio, poesia e canto onde os/as alunos/as são partícipes. Podemos considerar que estes elementos (da música, da arte, entre outros), mesmo que parcialmente, faziam parte da proposta pedagógica da instituição, presentes na cultura escolar e, logo, parte do seu currículo. A inserção deste modelo metodológico se aproxima das ideias defendidas pelos renovadores da educação ainda nos anos 1930 no Brasil.

Há de se indagar sobre os possíveis percursos e veredas que constituíram o rumo da Escola de Aplicação ao longo deste período, certo de que seriam muitos questionamentos, especialmente, sobre o cotidiano e a prática escolar. Suas mudanças e continuidades possivelmente percorreram o modo de conceber a educação escolar pela sociedade. Todavia, conforme investigação *in loco* constatamos que as atividades da Escola de Aplicação, no que se refere ao acesso de crianças, estiveram e estão ativas, atendendo a séries específicas do ensino fundamental. Contudo, após a desativação do IEP para destinação de Curso de Magistério para professores/as a nível médio, a Escola de Aplicação vem sofrendo com desobrigações de ofertas das séries/anos a cada ano letivo pelo poder público estadual, que considera esta etapa do ensino como

incumbência do poder público municipal. No entanto, com suas metamorfoses, a instituição ainda existe e resiste! (Em partes).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições escolares como campo de experimentação surgem ainda ligadas a Escola Normal, com a nomenclatura de escolas anexas destinadas a práticas das alunas normalistas. Mesmo situando casos que envolveram à macro cultura do ensino primário, especialmente com as escolas/grupos modelos e escolas de aplicação atreladas à aplicabilidade de um projeto nacional em torno dessas instituições sendo modelos oriundos das grandes cidades e mesmo países ditos civilizados e moderno, o diálogo preocupou-se em instalar a cultura escolar específica da instituição paraibana, aparecendo semelhanças e divergências dos demais casos brasileiros. Reconheceu-se a importância dessa instituição para o contexto educacional paraibano, constituindo-se como escola modelo que prescreveu a prática educativa a partir dos saberes presentes nos ideários pedagógicos em voga, ocupando um espaço e lugar na educação primária paraibana, não apenas pela ocupação do seu território, mas pela signos, símbolos, relações e conflitos que o instituiu.

A cultura escolar contribuiu para a construção das representações que direcionaram a institucionalização e o funcionamento da Escola de Aplicação, sendo direcionada por uma prescrição da prática educativa apoiada pelas concepções pedagógicas da Escola Nova.

A instituição foi lugar de grandes mestras, lugar da prescrição de uma prática condicionada aos novos preceitos pedagógicos ditos modernos, aplicando a produção de conhecimento através das professoras normalistas e conjugando-se a um complexo educacional símbolo de uma arquitetura moderna destinada também a educação primária pública.

Logo, as professoras da Escola de Aplicação da Paraíba não eram apenas aplicadoras de métodos e didáticas inovadoras. Em seu processo de formação refletiam sobre a produção do conhecimento, relacionando-o para além da prescrição da prática, com o processo de experimentação a partir teoria que os cercavam. As professoras e professorandas pertenciam ao grupo social atendendo a interesses determinados e contribuía com a produção, circulação e propagação do conhecimento.

É necessário posicionar que os interesses dos grupos sociais não se limitam a um padrão consensual, todavia também contraditórios. Aqui, as professoras da Escola de Aplicação correspondiam à prescrição pedagógica inspiradas no contexto dos renovadores do ensino, o que se determinava nesse momento como consensual e aceito, atendendo uma representação das ideias pedagógicas em voga via representação das professoras primárias. Todavia, Louro (1986) reflete que os espaços de formação podem ser de prendas, submissão, ou de antiprendas, libertação.

As instituições escolares não são partes de uma história, pois integram uma determinada sociedade e cultura, passando por ajustes, mudanças, recuos e avanços, por vezes resistindo, apesar de não funcionar nas condições adequadas e inspiradas na qual se instituiu.

Por mais que tivéssemos uma trajetória institucional apagada nos documentos oficiais, preocupamos em trazer não apenas uma raridade histórica, mas a construção de uma identidade coletiva pela representação da cultura escolar primária da Paraíba, em particular, a Escola de Aplicação.

A Escola de Aplicação da Paraíba também sofreu mudanças de percurso devido a conjuntura política e educacional da sociedade em que se inseria. Apesar de situarmos nesta pesquisa a primeira fase destinada ao processo de institucionalização e funcionamento, a instituição prevaleceu/prevalece resistindo e atuando com as gerações atuais, mesmo diante de um novo modo social, cultural e educacional que configurou a escola a uma etapa da educação básica, o ensino fundamental. Sabemos que esta etapa do ensino não compete como incumbência do governo do estado, previsto conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996). Desse modo, a instituição vem a cada ano perdendo uma série/ano, em decorrência do sistema de municipalização em vigor. Atualmente, a escola oferta o ensino fundamental, todavia, não mais relacionada a um campo de experimentação, uma vez que, nos últimos anos a formação do/a professor/a se constituiu pela medida exclusiva do ensino superior e não mais pelos antigos cursos de magistério de nível médio.

A partir da nova estruturação do campo educacional contemporâneo que conduziu a ausência de um campo de formação ligado à Escola de Aplicação,

cumprindo as novas medidas de políticas educacionais no seio da sociedade, entre outras direções, indagamos: Seria este o fim da Escola de Aplicação?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A Feminização do Magistério ao Longo do Século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. – 3. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2014. (p. 55-96)

ANANIAS, Mauricea. A legislação da educação pública no estado da Paraíba. 1889- 1970: Primeiros apontamentos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.27, p.162 –171, set. 2007 - ISSN: 1676-2584.

ANDREOTTI, Azilde; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (Org.). **Historia da Administração Escolar do Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2010.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil**: do império a república. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ASSUNÇÃO, Albanisa Maria de. **Primaveras de destinos na Revista do Ensino no Estado da Paraíba**: as prescrições na história da educação e as representações do ensino de história (1932 a 1942). Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE. João Pessoa PB: 2016. (Dissertação de Mestrado em Educação).

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX**: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. – João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/> Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

BASTOS, Maria Helena; BASTOS, Elizandra Ambrosio; BUSNELLO, Fernanda. A Pedagogia da Ilustração: uma face do impresso. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

BAUER, Caroline; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos: Fontes sensíveis de história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania de. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. (p. 173-193).

BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

BISERRA, Igrid Karla Cruz. **Conselhos e instruções a ti, professor**: a imprensa pedagógica da Paraíba como lugar de atuação e formação docente em torno das ideias renovadoras (1919-1942). Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE. João Pessoa, PB: 2019. (Tese de Doutorado em Educação).

_____. **Educação na Primeira República Parahybana**: legislação, imprensa e sujeitos no governo Camillo de Hollanda (1916-1920). Universidade

Federal da Paraíba – UFPB. Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE. João Pessoa, PB: 2015. (Dissertação de Mestrado em Educação).

_____. FREIRE, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Luna. O uso da imprensa nos trabalhos de História da Educação no PPGE/UFPB (2007-2014): alguns apontamentos. In: Congresso Brasileiro de História da Educação. Matrizes Interpretativas e Internacionalização, **Anais eletrônicos**, 8, 2015, Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá, 2015.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução por Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

CARVALHO, Fábio Silvestre. **Capanema**: a história do ministro da Educação que atraiu intelectuais, tentou controlar o poder e sobreviveu à Era Vargas. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola Nova no Brasil: uma perspectiva de estudo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 21, n. 7, p. 90-97, set./dez. 2004.

_____. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. **Educação**. Santa Maria, v. 30 – n. 02, p. 87-104, 2005. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista> Acesso em 20 de novembro de 2021.

CATANI, Denice Barbara. A Imprensa Periódica Educacional: as Revistas de Ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, Vol. 10, n. 20, p.115-130, jul./dez., 1996.

CAVALCANTI, Patrícia. Escolas de Aplicação: proposta de formação docente a ser conhecida – levantamento bibliográfico e atualização de dados. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A cultura do plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Á beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Traduzido por Patrícia Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Traduzido por Maria Manuela Galhardo. Portugal: DIFEL, 2002.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro: Publicações ANPOCS, vol. 7, nº 13, maio/jun, 1994.

_____. A visão do historiador modernista. In: AMADO, J. ; FERREIRA, M. (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CORREIA, Evelline. Colégios de Aplicação Pedagógica: sua história e seu papel no contexto educacional brasileiro. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, ISSN: 2177-1626, v. 09, n. 17, p. 116-129. jan.-abr.2017.

COSTA, Simone da Silva. **Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (1933-37):** Entraves e estratégias de uma missão política. e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação & Pesquisa**, vol. 30, nr. 1, jan./abr., 2004.

_____. Escolarização e Cultura Escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

FRAGO, Viñao Antonio. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, SP, nº 0, p. 63-82, set./dez., 1995.

_____. ESCOLANO, Agustin. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. [tradução Alfredo Veiga-Neto]. – 2. Edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRAGOSO, Verônica. **Associação Paraibana pelo Progresso Feminino: as contribuições educacionais para a mulher paraibana (1933 a 1939)**. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Programa de Pós Graduação de Educação – PPGE. João Pessoa, 2011. (Dissertação de Mestrado).

FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. **História da Paraíba para uso Didático**. João Pessoa: A União, Cia Editora, 1987.

FREIRE, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Luna. **A Escola Nova e a modernização do ensino primário na Paraíba: a formação de professores e os grupos escolares (1930-1946)**. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Programa de Pós Graduação de Educação – PPGE. João Pessoa: 2016. (Dissertação de Mestrado).

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

GALVÃO, Ana Maria. Problematizando fontes em História da Educação. In: **Revista Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 21, jul/dez.1996.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. LIMA, Damião de. (Orgs.). **Estudando a História da Paraíba**. 2 ed. atual. e ampl. – Campina Grande, EDUEPB, 2001.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: A memória evanescente. In: PINSKY, Carla; LUCA; Tania de. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. (p. 9-27).

KULESZA, WojciechAndrzej. **Ensaio da Escola Nova na Paraíba (1930-1942)**. Artigo em História da Educação – Universidade Federal da Paraíba, s/d.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Didática**: velhos e novos temas. Edição do autor, maio de 2002.

LIMA, Rosângela Christina Fontes. **Percursos e percalços na implantação dos Jardins de infância na cidade da parahyba**: uma contribuição ao estudo sobre a educação infantil (1917-1939). Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA. Curso de Licenciatura em História. João Pessoa: 2011. (Monografia).

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e Antiprendas**: uma história da Educação Feminina no Rio Grande do Sul. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 1986. (Tese de Doutorado).

MACHADO, Charliton José dos Santos Machado; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Orgs.). **Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX**: práticas, leituras e representações. Vol 1. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

_____. **Maria Camélia Pessoa da Costa**: educação como missão de vida. Fortaleza: Editora EDUECE, 2021.

_____. (Orgs.). **Educação e educadoras na Paraíba do século XX**: práticas, leituras e representações. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

_____. MENEZES, Cristiane Souza de. A mulher e a educação: pelos fios das memórias. In: MACHADO, Charliton José dos Santos Machado; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Orgs.). **Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX**: práticas, leituras e representações. Vol 1. João Pessoa: Editora UFPB, 2009. (p. 15-27).

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural. Uma construção permanente. In: PINSKY, Carla; LUCA; Tania de. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. (p. 281-308).

NÓVOA, Antônio. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do Repertório. In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. (p. 11-31).

OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educando pelo Corpo: saberes e práticas Na Instrução Pública Primária nos anos finais do século XIX. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Maria Goldfard de. **Arquitetura para uma nova escola: modernização da arquitetura escolar de João Pessoa (1930-1939)**. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. João Pessoa: 2013. (Dissertação de Mestrado).

PINHEIRO, Antônio. **Da era das cadeiras isoladas a era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

PORPINO, Piêtra Germana Carvalho de Andrade; MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênero e educação na imprensa paraibana (1964- 966). **Revista Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7208> Acesso em: 23 de maio 2022.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 8ª edição, 1986.

SALES, Ana Maria Coutinho. **Tecendo Fios de Liberdade: escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX**. – Recife: Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco. CAC, Letras, 2005.

SAVIANI, DEMERVAL. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. Campinas: São Paulo. Autores Associados, 2013.

_____. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. Instituições escolares no Brasil: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, 2005. (p. 27-33).

_____. Almeida, Jane; SOUSA, Rosa de Fátima; VALDEMARIM, Vera Tereza. **O legado educacional do século XX no Brasil**. – 3. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

_____. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei. (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito**

e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta grossa, PR: UEPG, 2007.

SILVA, Favianni. **A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras 1891-1945**. Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa-PB, 2007. (Dissertação Mestrado em Educação).

SILVA, Rosiane Machado da. O estado do conhecimento sobre os colégios de aplicação do Brasil de 1987-2013 na história da educação. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve!** : festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Programa de Pós Graduação de Educação – PPGE João Pessoa-PB, 2011. (Dissertação de Mestrado em Educação).

SOARES JUNIOR, Azemar. **Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)**. Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa-PB, 2015. (Tese de Doutorado em Educação).

TEIXEIRA, Mariana Marques. **O Instituto de Educação da Paraíba: uma história de formação docente (1935 - 1956)**. Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa-PB, 2018. (Tese de Doutorado em Educação).

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2.ed. Tradução por Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: Amado, Janaina; Ferreira, Marieta. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Cleonara Maria. (Org.). **História das Culturas Escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

FONTES

Leis, decretos e regulamentos:

PARAÍBA, Estado da. **Lei Nº 16 de dezembro de 1935**. Reformou a Instrução Pública, criou o Departamento de Educação (criou também o Instituto de Educação da Paraíba incluindo uma Escola de Aplicação).

PARAÍBA, Estado da. **Decreto nº 497, de 12 de março de 1934**. Criou a Escola de Aperfeiçoamento.

PARAÍBA, Estado da. **Decreto nº 508, de 3 de abril de 1934**. Regulamentou a Escola de Aperfeiçoamento.

PARAÍBA, Estado da. **Decreto nº 687, de 24 de janeiro 1936**.

PARAÍBA, Estado da. **Decreto nº 33, de 11 de dezembro de 1930**. Unificou o ensino público primário da Paraíba.

PARAÍBA, Estado da. **Decreto nº 278, de 18 de maio de 1932**, Criou a Revista do Ensino da Paraíba.

PARAÍBA, Estado da. **Decreto-Lei nº 163 de 05 de maio de 1941**.

PARAÍBA, Estado da. **Decreto-Lei nº 921 de 30 de dezembro de 1946**.

BRASIL. **Constituição** dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.

BRASIL. **Constituição** dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica Nacional do Ensino Normal.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica Nacional do Ensino Primário.

Revistas e Jornais:

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 1 de abril de 1932, ano I.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 2 de junho de 1932, ano I.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 3 de setembro de 1932, ano I.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 4 e 5 de março de 1933, ano II.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 6 e 7 de setembro de 1933, ano II.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 8 e 9 de março de 1934, ano III.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 10 de Julho de 1934, ano III.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 11 de dezembro de 1934, ano III.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 12 de maio de 1936, ano IV.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 13 de setembro de 1936, ano IV.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 14 de dezembro de 1936, ano IV.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 15 de dezembro de 1937, ano V.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 16 de agosto de 1938, ano VI.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 17 de abril de 1942, ano X.

PARAÍBA, Estado da. **Revista do Ensino** nº 18 de maio, junho e junho de 1942, ano X.

PARAÍBA Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 24 out. 1937 (Plano do Instituto de Educação da Paraíba por Italo Joffily da Costa).

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 25 jan. de 1938.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 25 fev. 1938 (p. 8).

PARAÍBA, Estado da. Jornal **A União**. João Pessoa, 25 jan. 1939, (p.1-2);
 PARAÍBA, Estado da. Jornal **A União**. João Pessoa, 22 jan. 1939 (p. 1).
 PARAÍBA, Estado da. Jornal **A União**. João Pessoa, 19 abr. 1939 (p.1).
 PARAÍBA, Estado da. Jornal **A União**. João Pessoa, 20 abr. 1939 (p.1).
 PARAÍBA, Estado da. Jornal **A União**. João Pessoa, 21 de set. 1942.
 MELLO, José Baptista de. Relatório sobre o Ensino Primário (1930-1932). In: Jornal **A União**. João Pessoa, 1932.
 MELLO, José Baptista de. Plano de Reforma. In: Jornal **A União**. João Pessoa, 01 de agosto de 1935 (p.01).
 PARAÍBA, Estado da. Jornal **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 11 de jan. 1956.
 PERNAMBUCO, Estado de. Jornal **Diário de Pernambuco**, 1931.

Documentos do Arquivo Interno do Instituto de Educação da Paraíba – IEP

PARAÍBA, Instituto de Educação da. **Provas Manuscritas da disciplina de Metodologia** da Escola de Professores, 1942-1943.
 PARAÍBA, Instituto de Educação da. **Prova Manuscrita da disciplina de Música** da Escola de Professores, 1941.
 PARAÍBA, Instituto de Educação da. **Requerimento de Inscrição de Matrícula** no Curso da Escola de Professores, 1942.

APÊNDICE 1 – Estado da Arte

Objetivo: construir um mapeamento de pesquisas a partir do tema da minha tese e objeto de estudo, seguindo o título *Memórias da Escola de Aplicação da Paraíba (1935-1946)*. Baseei-me na escolha de tais palavras chave encontradas em conjunto no corpo do texto: Instituto de Educação da Paraíba, IEP e Escola de Aplicação, além a aproximação com o período histórico investigado.

Título	Autor(a) / ANO	Banco de Dados	Tipo
O Instituto de Educação da Paraíba: uma história de formação docente (1935 - 1956).	Mariana Marques Teixeira / 2018	PPGE UFPB	Tese
A Escola Nova e a modernização do ensino primário na Paraíba: a formação de professores e os grupos escolares (1930-1946)	EvelyanneNathaly Cavalcanti de Luna Freire / 2016	PPGE UFPB	Dissertação
Práticas pedagógicas nos manuais didáticos (1938-1945).	Maria Adélia Clementino Leite / 2013	PPGE UFPB	Dissertação
O Progresso Educacional na Paraíba: o Instituto de Educação (1935-1939).	Shirley Regina Azevedo Crispim / 2012	PPGE UFPB	Dissertação
Modernidade arquitetônica e internacionalismo nos trópicos: o edifício central do Instituto de Educação da Paraíba (1936-1939)	Francisco Sales Trajano Filho / s/d	Universidade de São Paulo	Artigo
Vanguarda e esquecimento: a obra de Clodoaldo Gouveia	Francisco Sales Trajano Filho / 1998	Arquitetura, UFPB	Monografia

D.V.O.P.: Arquitetura Moderna, Estado e Modernização(Paraíba, década de 1930).	Francisco Sales Trajano Filho / 2003	EESC-USP	Dissertação
Arquitetura para uma nova escola: modernização para a arquitetura escolar de João Pessoa (1930-1939).	Marina Goldfarb de Oliveira / 2013	Arquitetura, UFPB	Dissertação
Conjunto urbanístico educacional: proposta de recuperação de um espaço moderno.	M. B. Farias Segundo / 1999	Arquitetura, UFPB	Monografia
Arquitetura moderna em João Pessoa: a memória moderna e local de um movimento internacional	Neci Tinem Lia tavares Marieta Tavares	Arquitetura, UFPB	Artigo
Ensaio da Escola Nova na Paraíba (1930-1942)	Wojciech Andrzej Kulesza	PPGE UFPB	Artigo
Reconstrução Histórica da Educação Infantil na Paraíba: 1935-1945.	Roberta Costa de Carvalho Cherlane do Rêgo Maranhão	PPGE UFPB	Artigo